

Armando Gallo Yahn Filho

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ATORES SUBNACIONAIS: UM ESTUDO DA
INSERÇÃO INTERNACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e desenvolvida com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Shiguenoli Miyamoto.

Campinas

2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Bibliotecária: Sandra Aparecida Pereira CRB nº 7432**

Y1s	Yahn Filho, Armando Gallo Relações internacionais e atores subnacionais : um estudo da inserção internacional da Região Metropolitana de Campinas / Armando Gallo Yahn Filho. - - Campinas, SP : [s. n.], 2011
	Orientador: Shiguenoli Miyamoto Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
	1. Relações internacionais. 2. Regiões metropolitanas - Brasil. 3. Governança. 4. Diplomacia. 5. Campinas, Região Metropolitana (SP) I. Miyamoto, Shiguenoli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: International relations and subnational actors : a study of international insertion of the Metropolitan Region of Campinas

Palavras chaves em inglês (keywords): **International relations**
Metropolitan areas - Brazil
Governance
Diplomacy
Campinas, Metropolitan areas (SP)

Área de Concentração: Relações Internacionais

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora: Shiguenoli Miyamoto, Paulo César Manduca, Gabriel Cepaluni, Karina Lilia Pasquariello Mariano, Suzeley Kalil Mathias

Data da defesa: 25-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Armando Gallo Yahn Filho

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ATORES SUBNACIONAIS: UM ESTUDO DA
INSERÇÃO INTERNACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e desenvolvida com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto.

Este exemplar corresponde ao original da Tese de Doutorado defendida em 25/03/2011.

BANCA

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (Orientador)

Prof. Dr. Paulo César Manduca

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias

Prof. Dr. Gabriel Cepaluni

Profa. Dra. Karina Lilia Pasquariello Mariano

Prof. Dr. Andrei Koerner (Suplente)

Prof. Dr. Álvaro Bianchi (Suplente)

Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille (Suplente)

Campinas, 2011

01/03/2011

Ao meu pai.
(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto, sob orientação de quem eu defini os rumos decisivos deste trabalho, podendo defender a minha tese de doutorado em Ciência Política, e por quem expressei meu respeito e minha admiração.

Não posso deixar de agradecer, também, ao Prof. Dr. Andrei Koerner, sob orientação de quem iniciei este doutorado e obtive a minha bolsa junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Meus agradecimentos à FAPESP, que me possibilitou a dedicação exclusiva a esta pesquisa, por 36 meses, graças à bolsa de doutorado, sem a qual teria sido muito difícil toda esta trajetória.

Agradeço ao Prof. Dr. Gustavo Zimmermann, Diretor Executivo da Agência Metropolitana de Campinas, e ao Sr. Romeu Santini, ex-Secretário de Cooperação Internacional de Campinas, pelas entrevistas que me concederam e que muito contribuíram para as minhas análises. Sou grato, também, ao Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, Diretor da Secretaria de Cooperação Internacional de Campinas, que sempre me manteve informado dos eventos realizados e com quem obtive informações públicas referentes às atividades da Secretaria.

À minha mãe agradeço pelo apoio que me deu nos momentos mais difíceis desta jornada, especialmente neste último semestre, quando estive distante de Campinas e com ela pude contar para resolver problemas burocráticos na UNICAMP. Aos meus tios João, Jordão e Líbia também agradeço pela força e pelo total apoio que me deram, especialmente depois do falecimento de meu pai.

Enfim, agradeço a todos os meus amigos e amigas, Professores e Professoras do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, de quem recebi um grande apoio neste último semestre de 2010, talvez o mais difícil de toda esta minha trajetória acadêmica, ainda que, paradoxalmente, tenha sido o de maiores conquistas.

RESUMO

O processo de globalização, que se intensificou nos anos 1990, mudou a dinâmica das relações internacionais. Apesar da importância que os Estados nacionais ainda têm no cenário internacional, outros atores também começaram a ganhar espaço, conformando uma rede de interdependência complexa que não reconhece as fronteiras nacionais. E, considerando que os fenômenos do mundo globalizado são percebidos, primeiramente, no âmbito local, os governos subnacionais passaram a assumir uma importância cada vez maior na busca de soluções para os problemas globais e de ampliação de suas vantagens competitivas. No entanto, nem a teoria localista, segundo a qual os governos subnacionais têm sua atuação de forma totalmente independente, em busca do seu desenvolvimento, nem a teoria globalista, de acordo com a qual os Estados tendem a desaparecer resultando numa sociedade global sem fronteiras, é capaz de explicar a inserção internacional das cidades e regiões. Ao considerarmos, de forma conjunta, a teoria do reescalonamento do Estado, de Neil Brenner, com a teoria da governança multinível, podemos explicar de forma mais consistente a inserção internacional de uma cidade ou região. Afinal, não obstante a importância da atuação dos governos locais na busca de seu desenvolvimento, inclusive a partir de suas paradiplomacias, é imprescindível a participação de outras esferas de governo, especialmente a do governo federal, que identifica as ilhas de desenvolvimento econômico dentro de seu território, tonando-as *new state spaces*. Assim, tomaremos como estudo de caso a Região Metropolitana de Campinas, para demonstrar como a inserção internacional de uma região não se faz somente por uma paradiplomacia, mas também por meio de uma governança multinível, que extrapola os limites do território nacional, com a participação de atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros. Nossa intenção é, também, apontar o papel que a Agência Metropolitana de Campinas e seu Conselho de Desenvolvimento podem ter nesta inserção internacional, uma vez que se tratam do ponto de interseção desta governança multinível.

ABSTRACT

The process of globalization which intensified during the 1990's has changed the dynamics of international relations. Despite the importance that national states still have in the international scenario, other actors began to gain ground, forming a network of complex interdependence that does not recognize national boundaries. And considering that the phenomena of a globalized world are perceived primarily at the local level, subnational governments began to assume an increasingly important role in seeking solutions to global issues and in expanding their competitive advantage. However, neither the localist theory, according to which subnational governments have their activities completely independently in pursuit their development, nor the globalist theory, according to which the states tend to disappear resulting in a global society without borders, is able to explain the international insertion of cities and regions. When we consider, jointly, the theory of rescaling of the state with the theory of multilevel governance, we can explain more consistently the international insertion of a city or region. After all, despite the importance of the role of local governments in pursuit of their development, including their paradiplomacy, it is essential the participation of other spheres of government, especially the federal government, which identifies the islands of development within its territory, making them the "new state spaces". Thus, we take as a case study the Metropolitan Region of Campinas to demonstrate how the international insertion of a region makes not only through a paradiplomacy, but also through a multilevel governance that goes beyond the limits of national territory, involving public and private, domestic and foreign actors. Our intention is also to point out the role that the Metropolitan Agency of Campinas and its Development Council may have in this international insertion, since they are the point of intersection of this multilevel governance.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACIC	Associação Comercial e Industrial de Campinas
AGEMCAMP	Agência Metropolitana de Campinas
AIAL	Associação Internacional de Autoridades Locais
AMCHAM	Câmara Americana de Comércio
APEX	Agência de Promoção das Exportações
ARF	Assessoria de Relações Federativas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CASA	Comunidade Sulamericana de Nações
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CENIC	Centro de Negócios e Informações de Campinas
CGLU	Associação Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos
CIATEC	Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CPqD	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
CTBE	Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol
CTN	Corporação Transnacional
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FLACMA	Federação Latinoamericana de Cidades, Municípios e Associações
FMCU	Federação Mundial das Cidades Unidas
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IB	Instituto Biológico
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana
ITAL	Instituto de Tecnologia de Alimentos
IZ	Instituto de Zootecnia
LNLS	Laboratório Nacional de Luz Síncrotron
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

OI	Organização Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não-governamental
OSC	Órgão de Solução de Controvérsias
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
RMC	Região Metropolitana de Campinas
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
TAV	Trem de Alta Velocidade
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1.	Macrometrópole Campinas - São Paulo - Baixada Santista.....	94
Figura 2.	Região Metropolitana de Campinas (RMC)	95
Figura 3.	Estrutura Institucional da Região Metropolitana de Campinas.....	103
Figura 4.	PIB da Região Metropolitana de Campinas	108
Figura 5.	Total de Estabelecimentos na RMC	119
Figura 6.	Porcentagem de estabelecimentos por setor na RMC.....	119
Figura 7.	Hidrovia Mercosul.....	165
Figura 8.	Proporção de Investimento Estrangeiro em todos os setores	176
Tabela 1.	Seis formas de governança transnacional	65
Tabela 2.	Distribuição dos Partidos Políticos nos Governos Municipais da RMC	91
Tabela 3.	Produto Interno Bruto (PIB) da RMC (em milhões de reais correntes).....	107
Tabela 4.	Total de Estabelecimentos Industriais na RMC	111
Tabela 5.	Proporção de estabelecimentos industriais no total de estabelecimentos da RMC (%)	112
Tabela 6.	Total de estabelecimentos comerciais na RMC	113
Tabela 7.	Proporção de estabelecimentos comerciais no total de estabelecimentos da RMC (%)	114
Tabela 8.	Total de estabelecimentos do setor agropecuário na RMC.....	115
Tabela 9.	Proporção de estabelecimentos do setor agropecuário no total de estabelecimentos da RMC (%)	116
Tabela 10.	Total de estabelecimentos do setor de serviços na RMC	117
Tabela 11.	Proporção de estabelecimentos do setor de serviços no total de estabelecimentos da RMC (%)	118
Tabela 12.	Perfil Econômico das Cidades da RMC.....	120
Tabela 13.	Proporção de Investimento Estrangeiro em todos os setores	176

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Análise teórico-conceitual da participação dos atores subnacionais nas relações internacionais	7
1.1. Interdependência Complexa, Neo-Realismo e novos atores nas relações internacionais	7
1.2. Globalização: fortalecimento ou fim do Estado-nação?.....	30
1.3. O mito da desterritorialização e a tese da reterritorialização	40
1.4. Globalização e governos subnacionais	49
1.5. Integração regional e governos subnacionais	55
2. Governança multinível, paradiplomacia e a inserção internacional de cidades e regiões	59
2.1. Democracia cosmopolita e as redes globais	70
2.2. O perfil de uma cidade internacional	73
2.3. A cidade global	77
2.4. O exemplo de inserção internacional de cidades brasileiras	80
3. A Região Metropolitana de Campinas como área de interdependência e complementaridade econômica	87
3.1. O perfil socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas.....	104
4. A inserção internacional da Região Metropolitana de Campinas	131
4.1. Ciência e Tecnologia	136
4.2. Infraestrutura.....	155
4.3. Investimentos Estrangeiros	166
4.4. Comércio Exterior	177
4.5. Paradiplomacia municipal de Campinas, Região Metropolitana e Política Externa Brasileira	184
Conclusão	193
Referência Bibliográfica	201
Anexo	213

Introdução

A segunda metade do século XX caracterizou-se por uma evolução tecnológica jamais vista antes na história. Em um período de tempo relativamente curto, os avanços nos meios de comunicação, nos sistemas de informação, na informatização dos processos de produção industrial, entre outros, alteraram significativamente a dinâmica econômica, social e política das sociedades.

Como consequência, no plano das relações internacionais, as fronteiras dos Estados tornaram-se permeáveis, facilitando o acesso à informação, o fluxo de capitais pelo globo e um maior intercâmbio de ideias. Assim, as cidades, esferas locais dos territórios nacionais, passaram a sentir diretamente os impactos de tudo o que ocorria no sistema internacional.

Na medida em que os Estados tornaram-se incapazes de atender plenamente às demandas das localidades, estas viram no processo de globalização uma oportunidade de criar redes de interdependência, de modo a buscar uma cooperação que lhes permitisse enfrentar a vulnerabilidade causada pela “perfuração” das fronteiras, bem como ampliar suas vantagens competitivas.

A globalização trouxe consigo a criação de blocos regionais, constituídos por Estados-nação, mas que se tornaram uma abertura para a participação de governos locais nos processos decisórios que antes estavam restritos aos governos centrais. Na medida em que a integração regional se tornou uma superação das fronteiras nacionais, como consequência da própria globalização, as cidades também sentiram

os impactos. Isso levou-as a buscar uma integração regional paralela, por meio de redes de cidades, a fim de enfrentar os desafios advindos deste mundo globalizado.

O mundo interdependente trouxe, também, uma outra percepção aos governos locais. Se antes a economia internacional estava pautada por vantagens comparativas, em que cada região ou localidade buscava sua inserção na divisão internacional do trabalho, contando com os fatores naturais que a diferenciava das demais, agora, o que determina a inserção internacional é a vantagem competitiva, baseada em fatores dependentes do esforço humano e de muito investimento, como ciência e tecnologia, infraestrutura, serviços especializados, eficiência na produção industrial, entre outros.

Esta busca das cidades e regiões por uma inserção internacional determinou a participação de novos atores nas relações internacionais, cuja atuação se faz por meio de uma paradiplomacia, criando, em alguns casos, conflitos com a política externa nacional, mas, em outros casos, tornando-se uma forma de aliviar a pressão sobre os governos centrais, na busca de solução para os problemas locais e, até mesmo, colaborando com a inserção internacional do país.

No entanto, a inserção internacional de uma determinada cidade ou região depende da sua vantagem competitiva. E a consolidação de fatores determinantes desta vantagem competitiva depende de políticas públicas de outras esferas de governo, bem como de investimentos privados, do que decorre uma governança multinível, nas direções vertical e horizontal.

Ao tomarmos como objeto de estudo a cidade de Campinas e a sua Região Metropolitana, diversos são os fatores que contribuem para o seu processo de

internacionalização. Porém, destacamos alguns fatores principais: ciência e tecnologia, infraestrutura e logística, investimento estrangeiro, serviços especializados.

Todos estes fatores são dependentes de políticas públicas municipais, estaduais e governamentais, além da participação de atores privados (nacionais e estrangeiros), de forma que a governança multinível estabelecida por estas relações se encontram na base de uma paradiplomacia bem sucedida.

Visto desta perspectiva, a inserção internacional de cidades e regiões não atende somente aos interesses locais, mas também aos interesses estaduais e nacionais. Ou seja, conforme demonstraremos em nossa tese, a inserção internacional da Região Metropolitana de Campinas (RMC) está dentro dos interesses nacionais de inserção internacional do País como um todo. O grau de participação do governo federal nesta governança multinível é demonstrativo da percepção deste quanto à importância estratégica da Região para o desenvolvimento nacional. Ainda que a paradiplomacia municipal seja feita pensando-se nos interesses locais, seu sucesso tem respaldo por conta da competitividade da Região que é ampliada pelas políticas nacionais (e também estaduais) de desenvolvimento.

Em outro ponto importante de nosso estudo, pretendemos demonstrar como a Região Metropolitana de Campinas se insere internacionalmente a partir da sua interdependência e complementaridade econômicas, podendo ser analisada como um conjunto orgânico (teoria do “novo regionalismo”), e não de forma fragmentada, cidade por cidade. Ou seja, a cidade de Campinas, centro da Região Metropolitana, só pode ser analisada como uma cidade plenamente internacional se a

considerarmos como uma unidade política derivada da rede de interdependência que conforma a Região. Além disso, esta interdependência intrarregional está na base de nosso argumento de que a paradiplomacia municipal, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Cooperação Internacional de Campinas, acaba “carregando” para o âmbito internacional toda a Região Metropolitana.

Nossa intenção é demonstrar, também, como a RMC se caracteriza como região internacional, a partir dos fatores estabelecidos por Panayotis Soldatos. Conforme nosso argumento da interdependência intrarregional, ao considerarmos a inserção internacional da cidade de Campinas, estaremos considerando também a RMC como um todo.

Neste aspecto, demonstraremos em nossa tese como a inserção internacional de Campinas se faz de forma completa, dentro dos critérios estabelecidos por Soldatos, considerando-a, também, como uma unidade da macrometrópole São Paulo-Campinas-Baixada Santista¹. Não obstante a vocação de Campinas como cidade global, a sua proximidade com São Paulo a impede de chegar a tal. Mas, ao mesmo tempo, permite a ela usufruir de determinados fatores que se concentram na capital paulista. A teoria de Saskia Sassen sobre cidades globais nos será útil para demonstrarmos como a Região Metropolitana de Campinas segue a evolução político-econômica de uma área que se encontra ao redor de uma cidade global.

¹ Assim como consideramos, em nossa análise, a RMC como uma unidade, pelo vínculo de todas as 18 cidades com a cidade-polo (Campinas), também a consideramos como unidade da macrometrópole paulista (ou RMSP Expandida).

No primeiro capítulo desta tese, estabeleceremos um diálogo entre as duas teorias das relações internacionais que estarão na base de nossa análise: a teoria neo-realista e a teoria da interdependência complexa. Nossa intenção é demonstrar que ambas as teorias podem estar na base das análises da inserção internacional de cidades e regiões pelo fato de que tal inserção também é uma questão de interesse do Estado-nação. Ou seja, a participação de novos atores nas relações internacionais não retira do Estado o papel de principal ator no sistema internacional.

Como interseção das teorias neo-realista e da interdependência complexa, tomaremos como base a teoria da reterritorialização (*new state spaces*), de Neil Brenner, segundo a qual o território nacional se vê fragmentado em algumas regiões mais desenvolvidas que outras, onde o governo central acaba focando suas atenções, criando um reescalonamento do Estado-nação, mesmo com uma descentralização político-econômica da esfera nacional para a local.

No Capítulo 2, pretendemos colocar em discussão os conceitos de governança multinível e de paradiplomacia, demonstrando como ambos os processos contribuem, de forma conjunta para uma inserção internacional das cidades e regiões. Acrescenta-se, ainda, a definição de cidade global, segundo Saskia Sassen, e de cidade internacional, de acordo com os treze critérios estabelecidos por Panayotis Soldatos.

No terceiro capítulo, demonstraremos a interdependência e a complementaridade econômica da Região Metropolitana de Campinas, que nos permitirá analisar a sua inserção internacional de forma integrada. Ademais, demonstraremos, neste capítulo, as vantagens e os obstáculos que a proximidade

com São Paulo colocam a Campinas e Região, incluindo a impossibilidade de se chegar a uma cidade global, bem como a possibilidade de termos uma metrópole plenamente internacional.

Por fim, no último capítulo (Capítulo 4), demonstraremos os aspectos que caracterizam a RMC como uma região internacional, independentemente de qualquer vantagem advinda do fato de ser uma unidade da macrometrópole São Paulo-Campinas-Baixada Santista. Neste aspecto, tomaremos como referência a teoria de Michael Porter, sobre a vantagem competitiva das nações, bem como as teorias da governança multinível e da reterritorialização, a fim de demonstrarmos nossa tese de que a inserção internacional da RMC é de interesse nacional, pois leva junto a inserção internacional do próprio Estado-nação. Assim, todos os fatores determinantes das vantagens competitivas regionais acabam sendo alcançados por uma governança multinível, que conta com uma grande participação do governo federal. E, mais ainda, trata-se de uma governança multinível que extrapola as fronteiras nacionais, seja por conta da participação de atores privados estrangeiros, seja pela cooperação com instituições públicas internacionais. Além disso, demonstraremos que há uma paradiplomacia pública que, por mais que seja feita no plano municipal, leva junto toda a Região Metropolitana e, também, joga na mesma direção da política externa nacional, porém de forma adaptada ao contexto da Região.

1. Análise teórico-conceitual da participação dos atores subnacionais nas relações internacionais

1.1. Interdependência Complexa, Neo-Realismo e novos atores nas relações internacionais

Não obstante a globalização tenha adquirido força na década de 1990, ou mesmo os estudos de suas causas e seus desdobramentos terem ocorrido desde então, podemos buscar suas raízes ainda na década de 1970.

Apesar da centralidade do Estado nas tomadas de decisão e seu papel primordial na economia nacional, e considerando-se as relações internacionais baseadas no mundo bipolar da Guerra Fria, muitas mudanças já vinham provocando uma alteração na ordem internacional, a ponto de chamar a atenção para alguns teóricos e suscitar debates que colocavam em cheque os princípios da teoria realista clássica.

O conceito de *jogo de soma-zero*, segundo o qual os ganhos de um Estado na defesa de seus interesses implicam, necessariamente, na perda de outros, passa a ser questionado, dando origem a novas teorias sobre cooperação internacional. O velho *equilíbrio de poder*, que perdurou nas escolas de análise das relações internacionais entre as grandes potências durante anos, mostra-se insuficiente para resolver os problemas de um mundo cada vez mais complexo e interligado por relações que vão além da capacidade do Estado de geri-las.

Nesse contexto de crise do realismo, a *teoria da interdependência complexa*, desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye, oferece uma sensível ampliação dos mecanismos de análise para as Relações Internacionais. Fundamentando sua tese nos principais acontecimentos políticos e econômicos que marcaram as relações internacionais nas décadas de 1970 e 1980, o artifício mais importante dessa visão teórica é o conceito de *interdependência*. De acordo com esses autores, “interdependência, em política mundial, refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre os países ou entre atores em diferentes países” (KEOHANE & NYE, 1989, p. 8).

Assim, em um mundo cada vez mais interligado, em que pequenas turbulências econômicas na Ásia podem ter impactos gigantescos nas principais bolsas de valores do mundo, percebe-se a necessidade de se buscar uma forma de cooperação entre os Estados, que substitua o jogo de soma-zero pelos ganhos múltiplos. Nas palavras de Tullo VIGEVANI (*et al.*, 1994, p. 15), a teoria da interdependência “altera qualitativamente o conceito de soberania nacional”, dado o surgimento de “novas estruturas de relações (os regimes internacionais), onde a ação dos Estados ficaria reduzida e onde, numa visão *grociana* ou *kantiana*, a capacidade de se promoverem situações de vantagens multilaterais, eclipsando as concepções de jogos de soma zero, acabaria prevalecendo de forma definitiva”.

A própria ideia de poder ganha uma nova interpretação. Para Keohane e Nye, o poder não está mais restrito à força militar. Porém, é preciso tomar cuidado para não se concluir que um mundo de maior interdependência signifique o fim dos conflitos internacionais. Na verdade, mesmo em situações de ganhos múltiplos, pode

haver um conflito pela divisão dos ganhos, pois é impossível especificar, *a priori*, se os benefícios de uma relação excederão os custos, o que dependerá dos valores dos atores, bem como da natureza das relações (KEOHANE & NYE, 1989, p. 10).

Numa situação de interdependência, as relações de poder devem ser entendidas de maneira diferente daquelas descritas pelos realistas. Há dois conceitos fundamentais que definem o poder na interdependência: *sensibilidade* e *vulnerabilidade* (Idem, p. 11 *et seq.*).

A *sensibilidade* pode ser entendida como a reação imediata de um Estado a uma determinada política ou conjunto de políticas, presumindo-se que estas permaneçam imutáveis. Quanto à *vulnerabilidade*, esta pode ser compreendida como a capacidade de reação de um Estado, considerando-se a disponibilidade e a dispendiosidade das alternativas que os atores possuem (Idem, p. 12 *et seq.*).

A sensibilidade de um ator pode ser utilizada como forma de influência por parte de outro somente quando as regras e as normas podem ser tomadas como certas, ou quando seja proibitivamente custoso para os Estados insatisfeitos mudarem suas políticas rapidamente (Idem, p. 18).

Nas palavras de KEOHANE & NYE (1989, p. 13):

Em termos de custos de dependência, sensibilidade significa suscetibilidade aos efeitos custosos impostos de fora antes das políticas serem alteradas para se tentar mudar a situação. Vulnerabilidade pode ser definida como a suscetibilidade de um ator de sofrer os custos impostos pelos acontecimentos externos mesmo após as políticas terem sido alteradas.

Podemos tomar, como exemplo recente, o caso da retaliação brasileira aos produtos norte-americanos, decorrente de uma reação aos subsídios dos Estados Unidos aos nossos produtores de algodão. A princípio, não restam dúvidas de que a suscetibilidade da indústria têxtil brasileira aos altos preços pagos pelo algodão subsidiado se caracteriza como sensibilidade.

Não obstante a imprensa brasileira ter colocado os Estados Unidos como vulneráveis às retaliações brasileiras, na medida em que a Representação do Comércio e o Departamento de Agricultura norte-americanos anunciaram que não poderiam cumprir o compromisso de derrubar a barreira sanitária que impedia as exportações de carne suína de Santa Catarina e alterar sua política de subsídios, é preciso compreender que a vulnerabilidade também se faz sentir no lado brasileiro, haja vista sua batalha insistente pelo fim dos subsídios norte-americanos.

Disso concluímos que sensibilidade sem vulnerabilidade não acaba sendo determinante do poder de influência de um ator sobre o outro. De outra forma, a sensibilidade aliada à vulnerabilidade é motivo de perda de poder relativo para um ator, haja vista sua incapacidade de encontrar alternativas para fugir dos efeitos de uma determinada política imposta por outro. Ou, ainda, a sensibilidade aliada à vulnerabilidade é fator de legitimidade do poder deste último Estado em relação ao primeiro, o que pode ser considerada, até mesmo, uma legitimidade de poder frente a todos os demais Estados do sistema internacional.

A teoria da interdependência complexa baseia-se em três características principais, quais sejam: *múltiplos canais de negociação, ausência de hierarquia entre os temas da agenda internacional e menor papel da força militar.*

Para a teoria da interdependência complexa, há múltiplos canais pelos quais as sociedades podem se conectar. São eles: *relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais*. As primeiras são as relações entre os Estados, tal como na teoria realista. As segundas pressupõem que os Estados não agem como unidades coerentes e, portanto, podem se juntar para constituírem organizações internacionais. Por fim, as relações transnacionais partem do princípio de que os Estados não são os únicos atores na arena internacional. Como exemplo destas últimas, temos as comunidades epistêmicas, os governos subnacionais, as organizações não-governamentais, entre outras (KEOHANE & NYE, 1989, p. 25).

Sob a interdependência complexa, o uso da força perde sua importância e não mais tem a capacidade de atrelar outros temas nas negociações pelo simples medo que os demais países possam ter de sofrer retaliações militares. Além disso, a presença de outros atores nas relações internacionais torna mais difícil associar o poder econômico aos demais temas da agenda internacional, uma vez que atores domésticos, transnacionais e transgovernamentais não aceitariam ver seus interesses “comercializados” (Idem, p. 31).

Ao assumirmos que não há hierarquia entre os múltiplos temas, temos que presumir que as políticas de formação e controle da agenda internacional se tornam mais importantes. A complexidade de atores na arena internacional torna difícil a diferença entre política doméstica e política externa. Nestas circunstâncias, pode-se esperar que a agenda seja afetada pelos problemas nacionais e internacionais criados pelo crescimento econômico e pelo aumento da interdependência pela sensibilidade (Idem, p. 32 *et seq.*).

Por um lado, a interdependência desencadeou um processo de integração regional fundado na *soberania compartilhada*, por meio do qual pode-se resolver problemas com caráter de transnacionalidade. Por outro, a incapacidade do Estado de atender às demandas de todas as suas unidades subnacionais gera uma segmentação, com diminuição da concentração do poder político central, e os municípios passam a exercer uma atividade que, até então, era da competência exclusiva do Estado-nação (PHILIP *et al.*, 1996, p. 17 e 19; KUGELMAS & BRANCO, 2005, p. 184).

De acordo com Ulysses SEMEGHINI (2006, p. 12):

Na década de 70, a descentralização do Estado torna-se irreversível, correspondendo de fato a uma descentralização da crise. O poder local é obrigado a assumir o papel de mediador dos interesses antagônicos, numa conjuntura de ausência e recursos.

Ainda que tomemos a teoria da interdependência complexa, de Keohane e Nye, como explicação para as relações internacionais em um mundo globalizado, não podemos nos ater somente a ela para explicá-las. Um dos motivos que nos conduz a este questionamento, como veremos mais adiante, é a própria ideia do que sejam atores na esfera internacional e que papéis estes desempenham. Ademais, a própria ideia de que outros possíveis atores possam estar dissociados do Estado, quando se analisa suas relações internacionais, deve ser melhor analisada.

Vale ressaltar que, ao tomarem como discussão inicial, em sua obra, o conceito de poder, ainda que lhe atribuindo um novo significado, Keohane e Nye estão admitindo o Estado-nação como ator principal nas relações internacionais.

O conceito de poder pensado como a capacidade de um ator para obrigar outro a fazer algo que não gostaria, ou como a capacidade de influenciar resultados, tomando como referência os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade, é determinante para Keohane e Nye demonstrarem o “menor papel da força militar” em um mundo interdependente (KEOHANE & NYE, 1989, p. 11).

Ou seja, a própria necessidade de demonstrar que o poder não se constrói mais em torno, unicamente, da força militar – porém, deixando claro que esta não se extingue – reforça o papel do Estado como principal ator nas relações internacionais. Ainda que a reformulação de poder nas relações internacionais tenha sido feita para desconstruir uma das premissas do realismo clássico, não teve a intenção de tirar a importância do Estado como ator principal do sistema.

Kenneth Waltz alerta para o fato de que, por mais que os cientistas políticos tentem criar teorias explicativas da presença de novos atores nas relações internacionais, sempre mantêm suas visões centradas no Estado, o que se justifica pela confusão que fazem entre processos e estruturas (WALTZ, 2002, p. 135).

Importante salientar que não estamos, em nenhum momento, levantado a hipótese de que Keohane e Nye quiseram apontar para o fim do Estado-nação. Queremos, sim, dizer que, ao aceitar a tese da *interdependência complexa* de que há outros atores nas relações internacionais, estaremos sempre considerando o Estado como o principal deles, tal como o fez o próprio Kenneth Waltz na sua teoria neo-realista. Isso já antecipa a minha posição frente a autores que tomaremos como referência, mas cuja ideia de mundo globalizado caminha em paralelo com o “fim do Estado-nação”, como é o caso de Kenichi Ohmae.

Aproveitando a nossa observação acima, de que a própria teoria neo-realista considerava outros atores nas relações internacionais, apesar de ressaltar a diferença que se deveria ter entre processo e estrutura, vamos analisar melhor os fundamentos da teoria sistêmica de Kenneth Waltz.

Segundo Waltz, “um sistema é composto por uma estrutura e por unidades em interação”. Uma estrutura, por sua vez, é definida pela disposição das unidades, desconsiderando-se suas ações, interações e comportamentos. Ou seja, as estruturas podem durar, mesmo com as mudanças de comportamento, personalidade e interações entre as unidades. Disso podemos entender a diferença entre processo e estrutura, na medida em que os processos levam em conta as ações e interações (WALTZ, 2002, p. 114, 115 e 135).

Para Waltz, “o conceito de estrutura baseia-se no fato de que unidades justapostas e combinadas de forma diferente produzem diferentes resultantes”. Para o autor, uma estrutura política é definida: 1) de acordo com o princípio pelo qual é ordenada; 2) pela especificação das funções de unidades formalmente diferenciadas; 3) pela distribuição das capacidades dessas unidades (Idem, p. 116 e 117).

No plano das relações internacionais, o que prevalece nas relações entre os Estados é a cooperação. Diferentemente das estruturas internas, o sistema internacional é anárquico e descentralizado. Não há nenhuma entidade supranacional capaz de impor ordem ao sistema, de forma que cada unidade atua de acordo com os seus interesses. Isso não significa, no entanto, que são livres de qualquer sanção ou constrangimento que a permitam ir adiante com qualquer projeto de dominação, por exemplo. O que ocorre, e Waltz explica por analogia com a

microeconomia, é um constrangimento gerado pela própria forma de interação entre os Estados. Ou seja, o comportamento de cada um será definido pelas capacidades que têm dentro do sistema (WALTZ, 2002, p. 125 *et seq.*).

O segundo fator a se considerar na definição de uma estrutura é a função diferenciada de suas unidades. Diferentemente das unidades políticas internas, o sistema político internacional é composto por unidades que não têm funções diferenciadas. Conforme coloca Waltz, “a anarquia impõe relações de coordenação entre as unidades de um sistema, e isso implica a sua semelhança”. Dessa forma, Waltz ressalta que uma variação na estrutura internacional só se dá pela mudança no princípio organizador ou nas variações de capacidades das unidades (Idem, p. 132).

A partir deste fator, Waltz levanta um debate com os chamados “teóricos liberais”, entre os quais viriam a se enquadrar Keohane e Nye, com a teoria da interdependência complexa, dez anos mais tarde. Este ponto é de extrema relevância para a nossa pesquisa. Trata-se da justificativa que Waltz dá ao fato de o Estado ser a unidade do sistema internacional, não-obstante a existência de diferentes atores de importância na cena internacional e a hipótese que já se levantava, na década de 1970, da perda de importância dos Estados frente a estes novos atores.

Desta forma, ressaltamos, mais uma vez, o fato de que nossa análise das relações internacionais subnacionais não quer derrubar de nenhuma forma a prioridade do Estado-nação. Ao contrário, é justamente o fato de o Estado-nação ser o ator principal das relações internacionais que estamos apenas analisando uma

alteração nos processos que se verificam dentro do sistema internacional e não na sua estrutura.

Primeiramente, para Waltz, os Estados são as unidades do sistema internacional, pois diferentemente de quaisquer outros atores (cuja importância ele reconhece, frisa-se), eles são os únicos cujas interações definem as estruturas (WALTZ, 2002, p. 132).

Enfim, o terceiro fator que define a estrutura é a distribuição das capacidades entre as unidades. Vale dizer que essa distribuição não significa uma característica das unidades, mas sim do sistema. Dessa forma, dizer que um país tem mais poder do que outros, por conta de seu maior arsenal militar, não significa quantificar esse arsenal.

Retomando as características centrais da interdependência complexa, façamos uma análise de dois *canais de comunicação* (ou processos), especificamente, de forma que poderemos nos valer da referida teoria sem deixar de lado a relevância do Estado-nação. São eles: as *relações transgovernamentais* e *transnacionais*.

Ao considerarem que os Estados não agem como unidades coerentes e constituem organizações internacionais, a fim de “ajudar a determinar as prioridades governamentais e a natureza dos comitês departamentais e de outros arranjos institucionais dentro dos governos para tratar destes temas” (KEOHANE & NYE, 1989, p. 35), os autores estão, implicitamente, colocando como de alta relevância a política externa dos Estados, porém colocando-a como dependente da participação de outros atores na sua definição. Afinal, é impensável se falar em constituição de

organizações internacionais, que tenham como membros os Estados, sem um corpo diplomático que aja em nome de um Estado-nação, cujo governo nacional esteja estabilizado, no plano interno, e muito bem articulado, no plano externo, e sob diretrizes de política externa definidas em nome do Estado e não de um simples governo.

Assim, ao considerarmos um Estado federalista, não fica difícil compreender que todas as unidades que compõem a federação são atores influentes na definição da política externa, dentro dos limites da ordem constitucional vigente. E, por sua vez, esta política externa pode ser definida de acordo com o peso político que um determinado ente federado tenha no sistema político nacional, considerando-se o tema em questão e/ou a conjuntura política, econômica e social.

Segundo KEOHANE e NYE (1989, p. 34 e 35):

A existência de redes de políticas transgovernamentais conduz a uma diferente interpretação de um dos princípios padrões da política internacional – que os Estados agem em seu próprio interesse, [considerando que] interesse nacional será definido diferentemente, sobre diferentes temas, em diferentes tempos, e por diferentes unidades governamentais.

Nesta citação, reside um sério problema: o de que as organizações internacionais poderiam se constituir para defesa de interesses que não são dos Estados. Ora, como já defendemos acima, se as organizações internacionais nascem das relações entre os Estados, a partir de suas diplomacias, e com base em suas políticas externas, não se pode negar que os interesses destes estejam envolvidos, ainda que em defesa de setores específicos ou com base nos interesses

de unidades governamentais específicas. Ninguém vai contestar que a defesa do setor têxtil brasileiro, na OMC, pelo Itamaraty, ou que a assinatura de um tratado de cooperação científico-tecnológica, que atenda a uma determinada região do País, seja de interesse do Estado.

Desta forma, ressaltamos aqui o conceito de “diplomacia constituinte”.

Segundo John KINCAID (1970, p.74):

O termo “diplomacia constituinte” tem a intenção de ser um descritor neutro, que evita a afirmação de que as atividades dos governos constituintes são, necessariamente, inferiores, acessórias ou complementares à alta política da diplomacia do Estado-nação.

Segundo esta afirmação, Kincaid ressalta o fato de que a diplomacia realizada por atores subnacionais (diplomacia constituinte) tem a mesma importância que aquela realizada pelo governo central e por seus órgãos diplomáticos. Destarte, reforçamos aqui o fato de que os interesses específicos das unidades subnacionais são também interesses do Estado-nação.

No entanto, é importante ressaltar que, na interpretação de Kincaid, a diplomacia constituinte se diferencia da paradiplomacia, na medida em que este último termo se refere a uma visão do governo central, que subordina a diplomacia dos entes federados à diplomacia de Estado, atribuindo a este a legitimidade plena para representar os interesses do povo que habita seu território (KINCAID, 1990, p. 74).

É preciso notar que a tese de John Kincaid está muito mais atrelada à ideia de uma participação direta, ou indireta, dos atores subnacionais na definição da

política externa, podendo estes ter uma influência nas tomadas de decisões dos representantes do Estado nas organizações internacionais, por exemplo.

Este nosso trabalho, no entanto, não se atém ao conceito de diplomacia constituinte ou de influência dos atores subnacionais na política externa. Trata-se, principalmente, de um estudo das relações internacionais diretas realizadas pelos atores subnacionais, sejam eles governamentais ou não. Desta forma, consideraremos, também, o conceito de paradiplomacia. Segundo Michael KEATING (1999, p. 11):

Paradiplomacia não é o mesmo que a diplomacia nacional convencional, que está por perseguir um interesse definido do Estado na arena internacional. Ela é mais funcionalmente específica e focada, sempre oportunista e experimental. Há certamente uma forte lógica funcional na atividade, e nós notamos como isto tem se expandido com a globalização e com a necessidade das regiões operarem no mercado global.

(...)

Paradiplomacia é também caracterizada por um alto grau de envolvimento da sociedade civil e do setor privado.

Importante salientar que Michael Keating, ao dizer que a paradiplomacia não está por perseguir um interesse definido do Estado, tal como faz a política externa, quer reforçar o fato de que esta última tem uma forte ligação com a “alta política” e é trabalhada por um corpo diplomático previamente preparado para tal função. Diferentemente do que ocorre com a paradiplomacia, que pode estar mais vinculada a temas de “baixa política” e não é, necessariamente, realizada como uma atividade previamente pensada como diplomática.

Ademais, vale dizer que o fato de a paradiplomacia ser mais específica e focada, no plano funcional, significa que ela é realizada por setores interessados naquele tema específico. Diferentemente do que ocorre no âmbito da diplomacia de Estado, em que os seus representantes não escolhem o tema de interesse do Estado, estando estes dentro de uma rede temática complexa, que se revela de acordo com a conjuntura econômica e política do país e do mundo.

Importante, ademais, deixar claro que o fato de reforçarmos o conceito de “interesse de Estado”, no caso da diplomacia convencional, não significa que a paradiplomacia não seja, também, de interesse nacional. Afinal, como já havíamos colocado anteriormente, os interesses dos atores subnacionais se refletem na definição da política externa e acabam se refletindo nas relações transgovernamentais e interestatais. Então, podemos colocar a hipótese de que as relações transnacionais sejam uma simples forma de agilizar o processo para obtenção de interesses locais que, depois de conquistados, se reflitam na esfera nacional, especialmente no âmbito econômico.

Talvez, numa visão de colaboração com a própria política externa e com a conquista de interesses nacionais, o Ministério das Relações Exteriores tenha criado a Assessoria de Relações Federativas (ARF), bem como convidado todos os prefeitos e governadores do Brasil a um evento para discutir as relações internacionais subnacionais em pleno Palácio do Itamaraty, em 2006.

Conforme Eduardo Kugelmas e Marcello Simão Branco:

A situação de inserção internacional independente de estados e municípios tem-se efetivado de tal maneira que o Estado federal criou uma agência para poder conhecer e controlar as ações autônomas externas de seus entes federados, a Assessoria de Relações Federativas (ARF), um órgão que se destina a fazer a interface entre um dado ministério, os governos estaduais e municipais, com o objetivo de melhor captar os interesses e as ações das unidades federadas na formulação da política externa. Esta iniciativa desenvolveu-se a ponto de serem instalados escritórios do Itamaraty em alguns estados e regiões do Brasil. (KUGELMAS & BRANCO, 2005, p. 181)

Analiseemos, portanto, as *relações transnacionais*, realizadas pelos novos atores subnacionais e não-estatais. Trata-se de uma percepção inequívoca da realidade. Porém, do ponto de vista ontológico, ao se considerar o papel destes novos atores nas relações internacionais, tanto nas suas relações horizontais quanto verticais, com os atores principais (Estados-nação), vale uma crítica a Keohane e Nye.

Fica claro, numa leitura cautelosa da obra *Power and Interdependence*, que os autores estabelecem uma nova dimensão das relações internacionais (*relações transnacionais*), a partir da simples assunção de que novos atores do processo globalizante alteram a estrutura do sistema internacional, considerando-os como unidades deste. Trata-se aqui da confusão entre processo e estrutura, para a qual Waltz chama a atenção em toda a sua obra *Teoria das Relações Internacionais*. É como se a simples existência dos seres humanos pudesse, por si só, estabelecer o conceito de relações sociais, sem estabelecermos, primeiramente, qual a estrutura do sistema social, suas unidades e as funções que elas assumem, bem como a distribuição de suas capacidades.

Além disso, ao criarem o conceito de relações transnacionais, os autores atribuem uma autonomia aos atores não-estatais e subnacionais, desconsiderando o

sistema internacional como um todo e a soberania dos Estados sobre seus territórios, com poder de decisão sobre as unidades que se encontram nele e de controle sobre toda a dinâmica social, política e econômica dentro de suas fronteiras e sobre as relações com os demais Estados.

Importante ressaltar que soberania e autonomia são conceitos distintos. Quando se deixa implícita, acima, a ideia de que os Estados têm soberania e os atores subnacionais têm autonomia, reforça-se a ideia central deste trabalho de que soberania é prerrogativa tão somente do Estado, e a ela está condicionada a capacidade de ação de seus governos subnacionais. Seguindo a linha de raciocínio de Waltz, que define a estrutura política interna como sendo centralizada e hierárquica, composta por unidades superiores e subordinadas, concluímos que a soberania do Estado limita a autonomia de suas unidades subnacionais, principalmente no plano das relações internacionais. No entanto, esta limitação não é, necessariamente, uma barreira que impeça a atuação dos atores subnacionais no plano internacional.

No caso brasileiro, a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 84:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

Importante ressaltar que este artigo se refere à política externa, não deixando de tirar a autonomia dos entes federados. Autonomia esta que não impede que

governadores e prefeitos estabeleçam relações internacionais com atores estrangeiros, desde que não sejam eles chefes-de-Estado.

Segundo o artigo 18 da Constituição Federal:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. (grifo nosso)

Mas, como explicar a realidade concreta de relações internacionais entre atores subnacionais, no mundo globalizado?

Para responder a essa pergunta, é preciso fazer uma distinção entre política externa e diplomacia. Conforme Boris BIANCHERI (2005, p. 4), “a primeira condição de uma política externa autônoma é a de uma soberania plena”. Destarte, política externa é política de Estado. No entanto, quando se pensa na maneira como esta política externa pode ser colocada em prática, ou como as relações internacionais se concretizam sob determinado contexto gerado pelos efeitos estruturais dentro do sistema internacional, já estamos falando de diplomacia. Um diplomata de Estado não tem autonomia para desenvolver suas atividades sem obedecer às ordens que lhe são impostas pelos seus superiores e que são originadas de uma política externa pensada com base nos interesses do Estado. Da mesma forma, ainda que um prefeito possa estabelecer uma Secretaria de Relações Internacionais, em sua cidade, aquele que estiver no cargo de Secretário não terá autonomia para colocar em prática uma política externa, mas tão somente uma diplomacia municipal (ou paradiplomacia).

Vamos, ainda, além disso. Se as unidades federadas, tais como os municípios, estão subordinadas ao poder estatal, que possui soberania plena sobre seu território, então um Secretário municipal pode ser comparado a um diplomata, na medida em que, ao estabelecer as relações internacionais de seu município, está buscando interesses deste e, por conseguinte, acabam sendo interesses do próprio País. Por isso, ao se pensar em relações internacionais subnacionais, devemos também estar atentos ao vínculo destas com a política externa nacional, de modo que nenhuma atuação externa de governantes municipais pode, *a priori*, conflitar com aquela, pois tal ação seria inconstitucional, dentro de uma análise jurídica.

Dessa forma, retomamos a teoria neo-realista, ressaltando a natureza do sistema internacional e o grau de inserção dos Estados nele, para analisarmos a relação de dependência entre os governos subnacionais e centrais no processo de inserção internacional dos primeiros.

Para fortalecermos mais o nosso argumento, vale confrontar a explicação de soberania, dada por Kenneth Waltz, com a reformulação do conceito de poder, feita por Keohane e Nye. Ao diferenciar soberania de liberdade de ação e de influência dos Estados, Waltz é claro ao dizer que “os Estados soberanos podem ser muito pressionados por todos à sua volta, impelidos a agir de forma que prefiram evitar, e incapazes de fazer quase tudo como gostariam” (WALTZ, 2002, p. 135).

A partir disso, Waltz diz que um Estado soberano é aquele que “decide por si mesmo como irá enfrentar os seus problemas internos e externos, incluindo se quer ou não procurar a assistência de outros e ao fazê-lo limitar a sua liberdade chegando a compromissos com eles” (WALTZ, 2002, p. 136). E ainda completa que “os

Estados desenvolvem as suas próprias estratégias, cartografam os seus próprios caminhos, tomam as suas próprias decisões sobre como responder a qualquer necessidade que tenham ou quaisquer desejos que desenvolvam” (Idem, ibidem).

Dessa forma, ao redefinir o poder com base nos conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade, tal como já explicamos acima, Keohane e Nye estão admitindo o conceito de soberania de Waltz e tudo o que decorre dele. Afinal, se o Estado não fosse soberano, não se poderia diferenciar sensibilidade de vulnerabilidade, haja vista estes conceitos estarem vinculados à maior ou menor capacidade de decisão e de ação dos Estados frente aos problemas que enfrentam no plano internacional.

Neste sentido, se estamos falando de um mundo interdependente, com novos atores nas relações internacionais, devemos considerar que a sensibilidade e a vulnerabilidade se fazem sentir, primeiramente, no âmbito local. É o caso das mudanças climáticas que são percebidas, independentemente da delimitação das fronteiras políticas. E, ao se considerar a soberania dos Estados, qualquer consequência dos acontecimentos internacionais no território nacional, torna-se uma questão de Estado. Dessa forma, podemos concluir que a diplomacia local terá como função a defesa da própria soberania do Estado ou jamais poderá colocá-la em risco.

Como exemplo, temos o caso das papeleras no Rio Uruguai. Tudo se iniciou como uma causa defendida pelos habitantes da província de Entre Rios, na Argentina, e, mais especificamente, pelo governo municipal da cidade de Gualeguaychú. Alegava-se que a construção das indústrias de celulose, na cidade de Fray Bentos, no Uruguai, contaminaria o rio, causando danos à saúde da população argentina que se abastece daquelas águas. O próprio governo de

Gualeduaychú foi ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, solicitando a suspensão das verbas para construção das papeleras, tendo conseguido. Ademais, o peso dos atores subnacionais na questão foi tão grande que o governo argentino acatou o pedido de que o caso fosse levado à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Um conflito que parecia se restringir a uma cidade, ou mesmo a uma província, foi percebido como uma questão de Estado pelo governo central.

Nas palavras de John Kincaid, “onde uma união federal é voluntariamente forte e amigável, é improvável que um estado estrangeiro seja capaz de dirigir uma cunha no coração da União, abrindo uma profunda clivagem entre os governos constituintes [da federação] e o governo central” (KINCAID, 1990, p. 73).

Seguindo nesta linha de Kincaid e analisando o caso das papeleras, Miriam Saraiva e Marcelo Medeiros argumentam:

A ação da província de Entre Rios, e da província com o governo federal em conjunto, frente ao Uruguai, expressa, atualmente, uma união pontual de interesses; mas, ainda assim, confirma uma tendência de contração do Estado que, de uma maneira ou de outra, aumenta a margem de manobra dos entes subnacionais, estimulando o aumento da paradiplomacia (MEDEIROS & SARAIVA, 2007, p.182).

Isso reforça a ideia de que a paradiplomacia está a favor dos interesses do Estado e não se contrapõe a eles, de modo que o próprio Estado pode fazer da paradiplomacia um fator de apoio para defesa de seus interesses, mesmo quando se trata de uma causa em que o conflito está em jogo e não a cooperação.

Nas palavras de Kenneth WALTZ (2002, p. 134):

Os Estados definem o cenário no qual eles, com atores que não são Estados, representam os seus dramas ou continuam com seus assuntos mais monótonos. Apesar de eles poderem escolher interferir pouco nos assuntos dos atores que não são Estados por longos períodos de tempo, os Estados, no entanto, estabelecem as condições da relação, quer permitindo passivamente que regras informais se desenvolvam ou intervindo ativamente para mudar as regras que já não os servem. Na hora do aperto, os Estados refazem as regras segundo as quais os outros atores operam.

Dessa forma, não se deixa de aceitar a tese dos “novos atores”, mas pretende-se estudar com cautela o grau de autonomia destes atores nas suas relações transnacionais, sem perder de vista o papel da soberania estatal.

De forma conclusiva, vale salientar a necessidade de interpretação conjunta das *relações transgovernamentais* e das *relações transnacionais*. Ainda que se considere a existência de atores subnacionais e não-estatais atuando em redes no sistema internacional, não se pode desconsiderar que, paralelamente, os Estados-nação também fazem o mesmo, colocando em prática suas políticas externas. E, como Keohane e Nye dizem, a defesa de diversos interesses que os Estados levam para as organizações internacionais são interesses de setores específicos, constituídos pelos atores não-estatais.

Segundo Panayotis Soldatos, essas mudanças ocorridas nas relações internacionais do último quarto do século XX implicaram no “desenvolvimento quantitativo e qualitativo acelerado de um processo de implantação internacional direto e indireto de unidades urbanas (cidades, comunidades urbanas e outras áreas metropolitanas)” (SOLDATOS, 1996, p. 205).

Consequentemente, estes novos atores desenvolveram uma paradiplomacia, cujas bases estão centradas em alguns elementos como: burocracia voltada para as

relações internacionais, infraestrutura de promoção internacional das localidades, mobilização de recursos financeiros para acelerar a presença internacional desses atores, atenção especial aos temas da agenda internacional (SOLDATOS, 1996, p. 205).

Como veremos melhor no Capítulo 2, essa paradiplomacia pode nascer de diversas formas, seja no plano político, econômico, social ou cultural. Afinal, cada cidade ou região tem suas características que a torna competitiva e atrativa internacionalmente.

Segundo Michael Storper:

O impacto de forças globais é mediado pelas características de territórios específicos, enquanto a bem sucedida inserção de regiões na economia global depende muito de suas capacidades de engajamento na cooperação social e de produção de bens públicos. Retomando a velha ideia de distritos industriais, as qualidades de locais específicos são vistas, agora, como sendo fatores-chave na competitividade, na medida em que a velha ideia de vantagem comparativa, segundo a qual cada região encontrava seu lugar na divisão internacional do trabalho, deu lugar à ideia de vantagem competitiva, nas quais as vantagens absolutas advêm às regiões com características apropriadas (STORPER apud KEATING, 1999, p. 2).

Conforme a tese de Michael Porter, as políticas nacionais são determinantes das suas vantagens competitivas. Tal competitividade é estabelecida pela produtividade, que gera uma qualidade de vida, com aumento da renda per capita (PORTER, 2002, p. 6).

Michael Porter ressalta o fato de que as indústrias estão localizadas, muitas vezes, em espaços concentrados dentro de um país, de modo que sua tese pode ser aplicada a “unidades políticas ou geográficas menores do que um país”, de forma

que “as políticas governamentais em nível estadual e municipal têm papel importante na formação da vantagem nacional” (PORTER, 2002, p. 30).

No entanto, ao analisarmos a Região Metropolitana de Campinas, estaremos trabalhando de forma conjunta com políticas nacional, estadual e municipal, que, por vezes, resultam de cooperação internacional ou de investimentos privados internacionais que ampliam a competitividade regional. Neste sentido, incluem-se no nosso estudo os conceitos de governança multinível e paradiplomacia (Capítulo 2).

Trata-se de uma competição típica de um mundo globalizado e interdependente. Globalização esta que torna as regiões como espaços geográficos que buscam seu desenvolvimento com base nas suas vantagens competitivas, com consequências para o Estado como um todo. Não fosse o fato de essas vantagens competitivas locais interessarem aos Estados, não veríamos o aumento, cada vez maior, do repasse de verbas federais para as localidades mais desenvolvidas do País, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e à logística, visando à atração de investimentos estrangeiros diretos, como a instalação de multinacionais.

Ademais, ainda no que diz respeito ao aspecto das relações transnacionais associadas às relações transgovernamentais, vale destacar o fato de que os processos de integração regional e os blocos econômicos têm sido objetos de uma paradiplomacia.

Enfim, podemos trabalhar com a hipótese de que a inserção internacional das regiões conduz o Estado à sua própria inserção internacional, sendo as paradiplomacias seguidora das diretrizes de política externa que vise ao desenvolvimento do país, ainda que de forma adaptada às características de suas

regiões. Certamente, não se trata de uma participação direta, mas sim, indireta, por meio da percepção do governo central e de seus diplomatas das vantagens competitivas que determinadas regiões do país oferecem, tornando-as um elemento de negociação na cooperação com outros países. Ou seja, a diplomacia nacional vale-se da abertura de portas que a paradiplomacia faz para as relações interestatais, e vice-versa.

Conforme veremos no item 1.3, a tese de Neil Brenner, sobre o reescalonamento do Estado e os *new state spaces*, se coloca como interseção das teorias neo-realista e da interdependência complexa, especialmente ao trabalharmos o tema das relações internacionais dos atores subnacionais. Da mesma forma, no Capítulo 2, veremos como a teoria da governança multinível se apresenta como a alternativa do Estado de compartilhar com as demais esferas de governo suas responsabilidades, sem que se afaste do controle das suas unidades políticas subnacionais.

1.2. Globalização: fortalecimento ou fim do Estado-nação?

A partir da década de 1980, e com o fim da Guerra Fria, o processo de globalização ensejou uma grande discussão, carregada de controvérsias, a respeito do papel do Estado como ator central no sistema internacional e na manutenção da sua estrutura. No plano internacional, se, para alguns autores, este processo representou o fim do Estado e a construção de uma “sociedade global”, para outros, o mesmo mostrou o fortalecimento do Estado, haja vista o crescimento das

economias nacionais que acompanhou o aumento da participação de novos atores nas relações internacionais e a expansão do fluxo de comércio e de pessoas, em razão de uma evolução nas redes de transporte e nas tecnologias de comunicação. Além disso, a capacidade de penetração e intercâmbio entre novos atores, a despeito das fronteiras nacionais, teria aumentado a vulnerabilidade dos Estados, implicando na necessidade destes de se prepararem para possíveis reações.

Já no plano interno, tanto os adeptos da tese do fim do Estado quanto aqueles que o consideram na sua plenitude viram no processo de liberalização econômica o fim do estado-centrismo, com uma descentralização política e econômica. Realmente, houve um processo intenso de privatizações, uma abertura para o capital estrangeiro, uma perda de controle do Estado sobre o fluxo de capitais, de empresas e de pessoas. Porém, tudo isso não retira do Estado sua característica principal que é a soberania, atribuindo-lhe a capacidade de decisão, organização e controle sobre tudo o que está em seu território.

Relembrando Waltz, a estrutura política interna tem como princípios ordenadores a hierarquia e a centralização, consequência da própria soberania estatal. Neste sentido, como veremos na tese de Neil Brenner, ainda que a descentralização seja uma característica marcante da reformulação política de diversos Estados, ela não se faz de forma aleatória, anárquica, mas sim de cima para baixo, a partir do governo central, que repassa suas atribuições para outras escalas de governo, tais como o estadual, provincial, regional e municipal. Portanto, não se trata de uma descentralização em que o Estado abdica das suas responsabilidades, mas sim, compartilha-as com outras esferas de governo.

Os que criticam a visão “globalista” crêem que a diminuição do controle do Estado sobre a economia e sobre as relações políticas que se travam como decorrência do processo de globalização não teria tirado do Estado a sua condição de ator central nas relações internacionais.

Se, em uma época de Guerra Fria, essa tendência parecia mais controlada, seja do ponto de vista político (em que os Estados estavam divididos em dois grandes blocos), seja do ponto de vista econômico (em que o controle da economia estava totalmente nas mãos do Estado), com o fim da bipolaridade, os Estados percebem uma maior dificuldade de controle sobre todos os problemas decorrentes de uma interdependência global.

Dois problemas se colocam quando se trabalha com a globalização. O primeiro diz respeito à confusão, para a qual Waltz chama a atenção, entre processo e estrutura. O segundo é de ordem ontológica, ao se estudar a globalização como um processo meramente econômico, desconsiderando seus aspectos políticos, sociais e culturais. Com relação ao primeiro, vimos no item anterior. Vamos analisar o segundo, tomando como referência a obra de Kenichi Ohmae.

Ao se fazer uma leitura ingênua e desatenta do livro *O Fim do Estado-nação*, corre-se o risco de, facilmente, chegar à mesma conclusão de Ohmae quanto à tendência de estarmos chegando a uma nova era em que o Estado não terá mais importância e perderá completamente seu poder de decisão e controle dentro das suas próprias fronteiras. Ou seja, a conclusão de que as próprias fronteiras que conhecemos hoje não representarão mais a divisão política do globo.

No entanto, trata-se de uma visão economicista que, apesar de expor uma realidade, deixa de fazê-la sem levar em consideração a multidisciplinaridade que envolve o estudo deste tema. Desde logo, quero aqui salientar que muitos argumentos de Ohmae fundamentam a minha tese sobre a inserção internacional de uma região metropolitana (neste caso, a Região Metropolitana de Campinas), mas desde que se considere, também, a interdisciplinaridade que buscamos para fundamentar nosso trabalho.

A teoria globalista de Ohmae é, antes de mais nada, uma radicalização da teoria da interdependência complexa, na medida em que parte da hipótese central do fim do Estado, em decorrência da existência de novos atores nas relações internacionais. À parte essa ideia, temos que considerar alguns pontos importantes na análise do autor, a começar pela regionalização da economia.

Ao demonstrarem as mudanças nas relações econômicas internacionais com o processo de globalização, os globalistas, como Kenichi Ohmae, partem do princípio de que estaríamos passando por uma revolução da informação, desde a década de 1990, de forma que os novos recursos tecnológicos alteraram os padrões de comportamento de indústrias, investidores, consumidores e todos os demais elementos que movimentam a economia. Nas palavras de Ohmae:

Tomadas conjuntamente, essas evoluções [na tecnologia da informação] tiveram três grandes efeitos. Primeiro, no nível macroeconômico, possibilitaram a transferência instantânea de capital para qualquer parte do mundo. (...) Segundo, no nível da empresa, alteraram o que os gerentes podem saber em tempo real sobre seus mercados, produtos e processos organizacionais. (...) Terceiro, no nível do mercado, essas evoluções mudaram o que os clientes por toda a parte conseguem saber sobre o modo de vida das outras pessoas, sobre os produtos e serviços disponíveis para

elas e sobre o valor relativo proporcionado por tais ofertas (OHMAE, 1996, p. 21 e 22).

Como consequência desta evolução tecnológica e de uma maior possibilidade de informação, “esse processo de californização tem propiciado grande parte do apoio mercadológico ao desenvolvimento de uma economia global realmente sem fronteiras” (OHMAE, 1996, p. 23). Observe-se, desde logo, como o foco de Ohmae está centrado na economia.

Um ponto importante da teoria globalista de Ohmae, e que vai ao encontro da tese de Neil Brenner – como veremos adiante – é o fato de que, diferentemente da economia regida pela mão do Estado (no modelo de Adam Smith), em que a atividade econômica estava definida nos limites fronteiriços do país, agora é a atividade econômica que define a paisagem onde as instituições e a máquina do governo devem funcionar (OHMAE, 1996, p. 35).

Ao fundamentar a tese de que não vivemos mais em mundo de economia keynesiana e que, portanto, as leis a serem obedecidas não são mais aquelas restritas às relações econômicas dentro do Estado-nação, Ohmae defende, implicitamente, a teoria sistêmica de Waltz, ao demonstrar que os acontecimentos dentro de um Estado podem ter efeitos em todo o globo, de modo que as resultantes estruturais são as novas determinantes da ordem global (Idem, p. 35 e 36).

A citação a seguir nos faz lembrar a analogia de Waltz entre a estrutura política internacional e a economia de mercado, explicando que as relações entre as unidades são as condicionantes da própria estrutura:

Portanto, em questões de economia política, houve uma virada de mesa – com uma vingança. Como vimos nos capítulos anteriores, o Estado-nação tornou-se rapidamente uma unidade antinatural, até disfuncional, em termos da qual pensar ou organizar a atividade econômica. Isso não deveria causar nenhuma surpresa real. Como a criação de um estágio bem anterior da história industrial, ele carece da vontade, do incentivo, da credibilidade das ferramentas e da base política para desempenhar um papel eficaz numa economia realmente sem fronteiras (OHMAE, 1996, p. 36).

Em decorrência da evolução de uma economia global, o autor defende que o desenvolvimento não seria mais uma questão de Estado-nação, mas sim de regiões que tivessem capacidade para mobilizar suas políticas, instituições e infraestruturas corretas, no momento certo.

Outro ponto que merece atenção na tese de Ohmae é a incompatibilidade que ele vê entre o Estado-nação garantidor de um “mínimo público” e o Estado-nação adepto de uma economia global. Para o autor, a preocupação do governo com seu desempenho frente a um eleitorado deixa o Estado com uma visão obsoleta de mundo, incapaz de aceitar a “nova lógica global”. O desenvolvimento desigual de regiões dentro de um país, somado às facilidades de comunicação e informação atuais, colocará o Estado sempre sob pressão daqueles que se sentem injustiçados, obrigando-o a gastar um “mínimo público” para manter certa qualidade de vida nas regiões menos desenvolvidas e subsidiar setores defasados da economia. A partir deste fator, o autor reforça seu argumento de que, numa economia sem fronteiras, o Estado perdeu sua função e as regiões deveriam ter maior flexibilidade para buscar seus desenvolvimentos além das fronteiras nacionais.

A definição de “interesse nacional” no modelo realista clássico é outro fator que Ohmae coloca como barreira para o desenvolvimento numa economia global.

Para o autor, aqueles Estados que continuarem a definir seus interesses com base nos seus recursos naturais escassos continuarão marginalizados neste novo sistema internacional baseado numa economia sem fronteiras (OHMAE, 1996, p. 54).

Aqui ele entra em contradição consigo mesmo. Na medida em que ele culpa o governo central por não se abrir para a economia global, dando oportunidade para o desenvolvimento de regiões do país baseadas em economias pautadas por setores altamente especializados e de grande competitividade, ele reconhece o papel do Estado na nova ordem econômica global.

Ainda, segundo o autor:

O crescimento depende de abrir as portas à economia global, e não de mantê-la do lado de fora. Depende de criar e fortalecer vínculos econômicos agregadores de valor que ignorem as fronteiras políticas, e não em excluí-los implacavelmente, em nome do “interesse nacional”, como um insulto às prerrogativas da soberania (OHMAE, 1996, p. 56).

Mais uma vez, vemos um erro na tese do autor, derivado da tentativa de se inserir conceitos políticos numa discussão predominantemente econômica, sem fazê-lo com o devido ajuste metodológico que exige uma análise multidisciplinar. Afinal, não podemos aceitar que a defesa do interesse nacional e, como consequência, a própria soberania estejam ameaçados pela inserção do Estado no sistema internacional e na economia global. Pelo contrário, tal inserção, e todo o desenvolvimento que decorre dela, só pode significar o fortalecimento do Estado e de sua soberania, bem como o fortalecimento do seu poder na reestruturação do sistema internacional, ainda que se faça por meio de uma descentralização política.

O desenvolvimento de regiões dentro de um país resulta na elevação do PIB nacional, bem como na capacidade de manutenção do “mínimo público” (tal como definido por Ohmae) e, ainda a própria estabilidade política e econômica do Estado, condições fundamentais para que este tenha legitimidade e credibilidade no sistema internacional.

Portanto, não se pode aceitar a contradição colocada por Ohmae entre interesse nacional, na proteção de grupos econômicos específicos por meio de subsídios, e interesse do povo. Se assim fosse, a Organização Mundial do Comércio (OMC) perderia sua função, ou seu Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) não precisaria existir. É impossível não reconhecer que a defesa de grupos de interesses, na medida em que resulte no desenvolvimento econômico de um país, resulte também no aumento dos gastos públicos com investimentos em saúde, educação, entre outros serviços que se consolidam no âmbito estadual, provincial, regional ou local.

Não restam dúvidas de que regiões, dentro de um mesmo país, prosperam de forma desigual. Ademais, não restam dúvidas de que estes desenvolvimentos regionais se devem a causas estruturais, institucionais e a um bom planejamento, nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Ou seja, não se pode retirar o papel do Estado neste processo, muito menos quando se trata de abertura e inserção internacional, que, como tentaremos demonstrar, não depende somente de uma política externa, mas está atrelada, também, a políticas nacionais e locais de desenvolvimento, incluindo uma paradiplomacia que tenha este objetivo.

O grande erro de Kenichi Ohmae é desvincular o sucesso de determinadas regiões e de grupos empresariais específicos das políticas de Estado, justificando este argumento na falta de desenvolvimento uniforme ao longo do território nacional, ainda que, por vezes, caia em contradição, admitindo que, “à margem, uma política inteligente do governo central pode, certamente, ajudar” (OHMAE, 1996, p. 62). Conforme as obras de Neil BRENNER (2004) e de Carlos Américo PACHECO (1998), o desenvolvimento de determinadas regiões está atrelado a cenários internacionais, mas cujos atores centrais são os Estados.

Um outro erro de Ohmae é o fato de que ele impõe o fim do Estado no âmbito econômico – seja nacional ou internacional –, mas sem desconsiderar o fato de ser ele o principal protagonista político na arena internacional. Isso nos coloca diante do problema de termos mais de uma unidade compondo o sistema internacional. Quando falamos de economia, tratamos o Estado-região como a unidade e, ao falarmos de política, a unidade é o Estado-nação.

De acordo com Kenichi OHMAE (1996, p. 73):

(...) a argamassa que mantém coesos os Estados-nações (*sic*) tradicionais, ao menos em termos econômicos, começou a dissolver-se. (...) esses agregados políticos já não fazem mais sentido convincente como unidades delimitadas e significativas num mapa atualizado da atividade econômica. Eles persistem, é claro, como os grandes protagonistas na arena mundial. Entretanto, perderam, em grande parte, a capacidade de pôr a lógica global em primeiro lugar nas decisões que tomam. (grifo nosso)

A distinção que a obra de Ohmae faz entre as abordagens política e econômica tem mais um exemplo na tentativa do autor de diferenciar megacidades

dos Estados-região. Ao explicar que as primeiras não se confundem com os segundos pelo simples tamanho ou população, o autor argumenta que aquelas se caracterizam pela sua independência econômica, inserção internacional e capacidade de aquisição de recursos externos para a solução de seus problemas, enquanto estes se submetem à soberania do Estado e buscam neste os recursos de que precisam. Dessa forma, fica evidente que o conceito de megacidade é político e o de Estado-região econômico. Ademais, pode-se dizer, do ponto de vista metodológico, que a megacidade é uma unidade da estrutura política interna, enquanto o Estado-região é uma unidade da estrutura política internacional.

Indo um pouco além, fica aqui a crítica ao autor, na medida em que a distinção entre megacidade e Estado-região, assim como a distinção que se fizesse entre este e qualquer outra unidade da estrutura política interna, implica na assunção de que o Estado-região independe completamente do Estado-nação, contrariando nossa tese.

Importante dizer que a tese de Ohmae sobre a importância das regiões numa nova economia global está dentro da nossa visão de trabalho. Porém, diferentemente de Brenner, Ohmae aceita o fim do Estado-nação, considerando a região como sua substituta e a nova unidade do sistema internacional, do que decorreria toda uma alteração político-estrutural, seja no âmbito interno ou internacional. Já Brenner, admite a importância das regiões e das cidades em um mundo globalizado, mas o faz sem desconsiderar o Estado como ator central nas relações internacionais e na própria estrutura política internacional. Para Brenner, o que há é um

reescalonamento do Estado, sem desconsiderar a hierarquia como o princípio ordenador básico da estrutura política interna.

De forma conclusiva, e como ponto de apoio teórico para o desenvolvimento da nossa análise, pode-se dizer que a tese de Ohmae e a teoria da interdependência complexa, à parte as críticas que aqui foram feitas, nos servirão de fundamento para compreender o processo de globalização. Porém, ao se falar de estrutura política interna e internacional, tomaremos como referência a tese de Neil Brenner e a teoria neo-realista de Kenneth Waltz.

1.3. O mito da desterritorialização e a tese da reterritorialização

Tomemos, então, a tese de Neil Brenner que, ao traçar a rearticulação das políticas públicas urbanas e explorar suas múltiplas implicações para a natureza do Estado, na Europa ocidental pós-1970, reforça o papel deste último no processo. Brenner contrapõe-se às teses da globalização que apontam como resultado desta o fim do papel do Estado e de sua importância no desenvolvimento local. Estas teorias, chamadas por alguns de globalistas, apontam para uma “desterritorialização”.

A corrente de análise seguida por Neil Brenner e Bob Jessop, de inspiração regulacionista, “vinculou os processos de reestruturação urbana a várias transformações da organização espacial do Estado que estão desprivilegiando o nível regulatório nacional e dando nova importância às formas de governança supranacional e subnacional” (BRENNER, 2009, p. 67).

Segundo Neil BRENNER (2009, p. 67 e 68):

Desta perspectiva, a escala urbana não é somente uma arena localizada para acumulação do capital global, mas também uma coordenada regulatória estratégica na qual uma reestruturação multiescalar da espacialidade estatal (nacional) está atualmente se desdobrando.

Dessa forma, Brenner considera, em sua corrente de análise, que existe uma diminuição da centralização do Estado no processo regulatório nacional, porém essa distribuição de responsabilidades com as escalas urbanas e regionais não retira, de forma total, o papel do Estado no seu processo de desenvolvimento. Ademais, esta “reestruturação multiescalar” traz consigo o conceito de governança, que extrapola a fronteira nacional. Ou seja, a cidade é o local onde as coisas acontecem em um mundo globalizado, porém o Estado não deixa de ser o ator central deste sistema internacional, redistribuindo suas funções ao longo das principais cidades e regiões que compõem seu território.

Tomando a obra *New State Spaces*, de Neil Brenner, sua primeira hipótese está centrada no fato de que as cidades e as regiões se tornaram locais-chaves, do ponto de vista institucional, nos quais se desdobrou um grande reescalonamento do poder estatal. Como segunda hipótese central de seu trabalho, Brenner sustenta que as instituições públicas nacionais continuam exercendo um papel primordial na formulação, implementação, coordenação e supervisão de iniciativas de políticas públicas urbanas, mesmo tendo havido uma primazia da descentralização político-econômica da esfera nacional para a local (BRENNER, 2004, p. 3).

Ressalta-se aqui o reconhecimento do autor da descentralização do poder político-econômico sem, contudo, retirar o papel da funcionalidade do Estado. Interessante notar que, ao reconhecer o papel do Estado, Brenner não distingue sua análise política da econômica, fazendo-a de forma multidisciplinar. Diferentemente de Ohmae que, ao tentar comprovar a irrelevância do Estado na economia global, adota uma análise meramente econômica. Essa metodologia utilizada por Brenner é definida por Sayer como “pós-disciplinar”, ou seja “quando acadêmicos esquecem suas disciplinas e as ideias podem ser identificadas com qualquer uma delas” (SAYER apud BRENNER, 2004, p. 23).

Para Brenner, é fundamental pensar em uma mudança metodológica e epistemológica ao se tentar estudar a globalização e suas consequências. Ao fazê-lo, Brenner refuta a antiga ideia de que o capitalismo se desenvolve em uma única escala espacial (no caso, o Estado), mas sim em diversas escalas. Neste sentido, o autor aponta três tendências derivadas da globalização: integração econômica global; ressurgimento urbano e regional; consolidação de novas instituições supranacionais e transfronteiriças (BRENNER, 2004, p. 5 e 6).

Interessante notar que, apesar de jogar contra a tese do fim do Estado ou da diminuição de sua importância, Brenner admite as mesmas tendências globais contemporâneas que Ohmae, Keohane, Nye e outros teóricos neoliberais. Ao explicar a integração econômica global, Brenner deixa implícita a tese da permeabilização das fronteiras, reforçando a facilidade de fluxo de capitais entre os Estados, o aumento do investimento direto estrangeiro e o desenvolvimento de

novas tecnologias de informação, comunicação e transporte, decisivas para tal integração (BRENNER, 2004, p. 5).

Como já demonstramos no item 1.1, a consolidação de instituições supranacionais fortalece a tese do Estado como a unidade do sistema internacional e definidora de sua estrutura, na medida em que este processo se faz por meio de relações diplomáticas, pautadas em políticas externas.

No que diz respeito ao ressurgimento urbano e regional, Brenner toma como referência a tese de uma das autoras de maior destaque entre os neoliberais, que é a Profa. Saskia Sassen. Brenner concorda com a ideia de que as novas relações globais de comércio e a integração dos mercados de capitais ao longo do mundo colocam as economias locais e regionais como atores decisivos para o desenvolvimento econômico (BRENNER, 2004, p. 6).

Quanto à consolidação de instituições supranacionais e transfronteiriças, Brenner segue a mesma linha de pensamento de Keohane e Nye, ao afirmar que o desenvolvimento de tais instituições “sugere que as economias capitalistas não mais representam unidades geográficas perfeitamente autônomas e coerentes, mas hoje estão sendo permeadas por novos tipos de ligações verticais e horizontais entre formas institucionais diversas e multiescalares” (Idem, ibidem).

Retomando o que já havíamos dito mais acima, o reconhecimento de Brenner dessa característica da interdependência complexa (múltiplos canais de comunicação) reforça o papel do Estado e da sua política externa nas relações internacionais. No entanto, ao afirmar que os Estados não são unidades perfeitamente autônomas, Brenner considera a autonomia dos atores subnacionais e

não-estatais nas relações internacionais. Neste sentido, percebe-se, novamente, a distinção entre soberania e autonomia.

Mais uma vez, reforçamos aqui o fato de que as relações internacionais, mesmo quando realizadas pelos atores subnacionais, não conduzem um interesse desarticulado dos interesses do Estado, da mesma forma que a política externa estatal não deixa de incluir os interesses de atores públicos e privados espalhados pelo território nacional.

Ao reconhecer essas três tendências globais, Brenner aponta para um reescalonamento da regulação espacial do Estado e da política urbana. O objetivo do autor é examinar a dissolução da configuração centralizadora fordista-keynesiana do Estado-nação e a consolidação contestada da nova hierarquização da atividade regulatória do Estado (BRENNER, 2004, p. 7).

É fundamental esclarecer que Brenner considera *escala* como um processo (tal como localização, regionalização, nacionalização ou globalização) ao invés de algo pré-determinado e permanentemente fixo. Isto facilita sua identificação com a teoria neo-realista, pois o reescalonamento do Estado não vai afetar a estrutura do sistema internacional, considerando que o próprio Kenneth WALTZ (2002) reconhece os processos acima, tomados por Brenner como exemplo.

O objetivo de Brenner, ao estudar o reescalonamento do Estado, está focado na regulação da urbanização capitalista e na mediação institucional do desenvolvimento geográfico desigual. Nas palavras do autor:

Em termos genéricos, desenvolvimento geográfico desigual se refere às circunstâncias em que os processos sociais, políticos e econômicos, sob o regime capitalista, não são distribuídos uniformemente ou homoganeamente pela superfície terrestre, mas são sempre organizados dentro de configurações sócio-espaciais distintas – tais como aglomerados urbanos, *clusters* regionais, zonas rurais, territórios nacionais, blocos econômicos supranacionais, etc. – que são caracterizados por divergentes condições sócio-econômicas, capacidades de desenvolvimento e arranjos institucionais (BRENNER, 2004, p. 13).

Citando Neil Smith, em sua obra *Uneven Development*, Brenner retoma a ideia de que o desenvolvimento desigual “representa expressões sistêmicas da tensão endêmica sob o capitalismo entre a tentativa de equalizar o investimento do capital ao longo do espaço e a pressão para diferenciar tal investimento no sentido de criar condições locais, territoriais e escalares específicas para a acumulação” (SMITH apud BRENNER, 2004, p. 13).

Brenner ressalta que, diferentemente de muitas obras focadas na relação entre investimento financeiro e desigualdade territorial, a sua, especificamente, destina-se à explicação do papel fundamental das instituições estatais, em diversas escalas, na mediação desta relação (BRENNER, 2004, p. 14).

Percebe-se aqui o fato de que a tese de Brenner tende, de certa forma, a confirmar a ideia de Storper de que os países em um mundo globalizado, caracterizados por relações diplomáticas e paradiplomáticas, têm seu desenvolvimento pautado pelas vantagens competitivas, e não as comparativas. Infelizmente, este pode não ser o caminho mais adequado para se chegar a uma igualdade na distribuição espacial e social deste desenvolvimento, mas trata-se de um meio inevitável de se chegar a um desenvolvimento nacional, na medida em que os locais que atraem os investimentos estrangeiros e já apresentam as condições

para a instalação das indústrias, dos grandes escritórios de prestação de serviços e das instituições financeiras não poderão ser trocados com facilidade depois de um processo que rendeu anos para ser consolidado, tal como é o caso da Região Metropolitana de Campinas.

Neste sentido, não fica fácil imaginar uma política nacional que vise retirar de São Paulo, por exemplo, a sua condição de cidade global. Ao estudarmos a Região Metropolitana de Campinas, levaremos em conta um processo de metropolização que se iniciou muito antes da institucionalização da Região, por lei estadual paulista. Ou seja, todas as vantagens competitivas que apresentaremos neste trabalho, com fundamento na obra de Michael Porter, como base da sua inserção internacional, estão também na pauta de uma política de desenvolvimento nacional, tendo em vista a importância estratégica da Região para o País.

Voltando à obra de Brenner, o autor diferencia dois períodos do capitalismo no século XX. O primeiro, iniciado nos anos 1930 e estendido até meados dos anos 1970, é denominado de *capitalismo fordista-keynesiano*, caracterizado por estratégias nacionais distributivas e coesas. O segundo, que se inicia no final dos anos 1970 e se estende até os dias atuais, é conhecido por *capitalismo pós-keynesiano*, caracterizado por políticas espaciais estatais direcionadas para o crescimento das cidades. A partir deste último período, política urbana se tornou um campo de intervenção estatal cujo objetivo é promover a competitividade territorial localizada dentro de um contexto global. É o que Pacheco define como causa da fragmentação da nação e que é tema de sua tese de doutorado e de seu livro (PACHECO, 1998).

Ao adotar o conceito de “nova economia política de escala”, Brenner argumenta que é um espaço geográfico mutável que se adapta à geografia do capital, ao contrário de um espaço geográfico fixo ao qual o capital se adapta (BRENNER, 2004, p. 16). Neste sentido, a política de desenvolvimento, ao longo do território nacional, está sendo feita pela identificação das características próprias das localidades e de suas vocações específicas, tal como a vocação da Região Metropolitana de Campinas, como veremos em mais detalhes.

A exemplo disto, o próprio autor relembra o fato de que, na antiga economia política de escala, quando um país pretendia desenvolver determinada região, a fim de superar as desigualdades econômicas internas, o governo nacional buscava redirecionar os investimentos, redistribuindo o capital pelo espaço geográfico.

Atualmente, o que se percebe no mundo globalizado é justamente o contrário. As regiões que se desenvolvem são aquelas que possuem condições e características de atrair os investimentos. O mesmo vale para todas as escalas geográficas: cidades, regiões metropolitanas, estados federados, países e continentes.

Não é à toa que a cidade do Rio de Janeiro lutou tanto para ser a sede das Olimpíadas de 2016 e o Brasil se empenhou ao máximo para sediar a Copa do Mundo de 2014, suscitando, ainda, uma disputa acirrada entre as cidades que receberiam os jogos. Aliás, como exemplo que comprova a própria tese de Brenner, temos o fato de que o governo nacional desempenhou um papel fundamental na escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016. Não apenas como um

ator de peso no processo de escolha, mas como um ator que, assim como a própria cidade, sabia da importância daquele evento para o País como um todo.

Observa-se que a preocupação de Brenner é a mesma de Ohmae, quanto à desigualdade do desenvolvimento ao longo do território nacional. Porém, enquanto Ohmae argumenta que a solução seria a saída completa do Estado e a liberalização das cidades para suas próprias regulamentações e seu planejamento – considerando que esta economia global ou “nova economia de escala” tende ao fim do Estado -, Brenner reforça o papel das instituições estatais, porém em novas escalas (reterritorialização).

A partir do momento em que Brenner reforça a presença do Estado neste processo, ressaltando que o desenvolvimento local depende de uma inserção na economia global, ele está dando força ao nosso argumento de que a paradiplomacia segue uma linha importante para um país. Ressalto o *I Encontro de Negociações Internacionais – Estados e Municípios*, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, com o intuito de debater de forma conjunta as ações paradiplomáticas, dentro do quadro constitucional brasileiro, pensando nas possibilidades de municípios e estados federados firmarem acordos internacionais, sem que sejam equivalentes aos tratados internacionais, porém com capacidade jurídica. Ademais, vale destacar o papel dos Ministérios da Integração Regional e das Cidades no gerenciamento de programas de desenvolvimentos locais com financiamento do governo federal.

Portanto, retomamos aqui o nosso argumento de que as relações transnacionais, conforme definidas por Robert Keohane e Joseph Nye, também são

decisivas para a inserção internacional do país como um todo e, para isso, devem ser feitas de forma coerente com a política externa, especialmente quando se trata de uma cidade ou região considerada um *new state space*. Um prefeito, ou qualquer agente público representante de uma região metropolitana considerada estratégica nos planos de desenvolvimento nacional, não terá sucesso em suas missões internacionais se elas não estiverem em consonância com a política externa do Estado. O prefeito em missão internacional, ou seu secretário de relações internacionais, é também um “diplomata” do Estado. Afinal, o prefeito de Tel-Aviv, em Israel, não terá sucesso na tentativa de cooperação com o prefeito de Basra, no Irã.

Veremos como isso acontece, de forma clara, no caso da paradiplomacia do município de Campinas em relação à política externa do Governo Lula, da mesma forma como demonstraremos toda preocupação que a Região levou para este governo na sua política nacional desenvolvimentista (Capítulo 4).

De forma contrária, não se pode pensar a paradiplomacia com objetivos que, ao atender ao interesse local, espaço geográfico sob soberania do Estado, não atenda também aos interesses deste. Tanto é que Ivo Duchacek atribui um outro nome ao caso que em que essa paradiplomacia ameace a soberania do Estado: protodiplomacia (DUCHACEK, 1990, p. 27).

1.4. Globalização e governos subnacionais

Conforme vimos, o fenômeno da globalização traz como consequência uma maior participação da dimensão local na esfera internacional. Este processo, tanto no

plano político quanto no econômico, gerou uma “perfuração” das fronteiras nacionais, criando para os Estados e para as unidades subnacionais um quadro de interdependência-oportunidade e interdependência-vulnerabilidade (SOLDATOS, 1996, p. 206).

Do ponto de vista da vulnerabilidade, as cidades passaram a enfrentar problemas sócio-econômicos e políticos globais, por conta de não mais haver uma proteção das fronteiras nacionais. Assim, as cidades se tornam atores internacionais, colocando em prática uma espécie de política externa municipal (ou paradiplomacia), a fim de superar os problemas enfrentados, dos quais o governo central não dá conta (Idem, p. 207).

Nas palavras de Karina e Marcelo Mariano:

(...) os impactos da globalização são cada vez mais locais e regionais, levando os governos subnacionais a assumirem novas responsabilidades, entre elas criar estratégias próprias de inserção internacional (MARIANO & MARIANO, 2005, p. 133).

Cidades, estados federados, províncias e departamentos procuram assumir um papel estratégico nas relações internacionais, de forma complementar ao papel do Estado, a fim de garantir investimentos externos e tomar a iniciativa de políticas de cooperação no âmbito subnacional (ROMERO, 2004, p. 410).

Ainda segundo SOLDATOS (1996, p. 207), a interdependência também tem seu aspecto de oportunidade, podendo as cidades explorar as possibilidades da economia internacional, concebendo políticas e legislações favoráveis para acolher atividades comerciais, tecnológicas, investimentos, etc. Neste caso, a ideia de

interdependência-oportunidade vai ao encontro da ideia da vantagem competitiva das regiões com características apropriadas para inserção internacional.

Ainda nesta mesma linha de pensamento, e diferenciando a vantagem comparativa, vinculada à especialização das cidades e seu papel diferenciado na divisão internacional do trabalho, da vantagem competitiva, G. Ross STEPHENS e Nelson WIKSTROM (2000, p. 5) destacam que quanto maior é uma região metropolitana, mais diversificada tende a ser sua economia, justamente pelos fatores como infraestrutura e tecnologia, que facilitam a interação entre as unidades que a compõem e seus habitantes. Assim, a distância entre residência e trabalho pode ser superada pela facilidade de locomoção, via estradas de rodagem e redes de transportes intermunicipais, ou mesmo pela possibilidade do *home work* em razão das redes avançadas de comunicação.

Como veremos adiante, a cidade de Campinas e sua Região Metropolitana valem-se de suas infraestruturas aeroportuária, logística, científica e tecnológica para aproveitar as oportunidades que a interdependência complexa gerou, acentuadas pelo processo de globalização. Mais ainda, a Região Metropolitana de Campinas se insere numa macrometrópole (**Figura 1**), num processo de conurbação com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que já é uma cidade global, pela definição de Saskia SASSEN (2001).

Ou seja, a Região Metropolitana de Campinas pega carona na estrutura de cidade global que é São Paulo (considerando sua região metropolitana), além de vivenciar um processo de inserção internacional próprio, tendo-se em conta a

interdependência que existe entre as suas 19 cidades, numa complementaridade econômica.

Nas palavras de Maria Flora GONÇALVES e Ulysses Cidade SEMEGHINI (2002, p. 27):

Como singularidade histórica, a transformação de Campinas em metrópole expressa o extraordinário desenvolvimento de um dos mais tradicionais centros regionais do Estado de São Paulo. Certamente, parte importante da explicação para isto está no fato de Campinas pertencer ao espaço econômico e social desse estado – frente avançada do capitalismo no Brasil – e, dentro dele, estar numa situação estratégica: no raio de influência imediata da Região Metropolitana de São Paulo, mas estruturando uma área de influência própria, originada da particularidade do papel que sua elite soube sempre construir: o de frente de expansão da modernização capitalista para o Interior, conquistando posições de liderança com base na irradiação de sua atuação para além dos limites do município.

Segundo David HELD (1998, p. 13):

A globalização é fenômeno espacial fundado num *continuum* com ‘o global’ numa ponta e o ‘o local’ na outra. (...) Ela envolve uma extensão e um aprofundamento das relações sociais e das instituições no espaço e no tempo de tal modo que, por um lado, as atividades diárias estão crescentemente influenciadas por fatos que acontecem do outro lado do globo e, por outro lado, as práticas e decisões de grupos ou comunidades locais podem ter significativas repercussões globais.

E, ainda:

A globalização implica, hoje, em dois fenômenos distintos. Primeiramente, ela sugere que muitas cadeias de atividade política, econômica e social estão se tornando inter-regionais e inter-continentais e, em segundo lugar, sugere que tem havido uma intensificação dos níveis de interação e interconexão dentro e entre os Estados e as sociedades (HELD, 1998, p. 13).

As cidades e regiões procuram assumir um papel estratégico nas relações internacionais, de forma complementar ao papel do Estado, a fim de garantir investimentos externos e tomar a iniciativa de políticas de cooperação no âmbito subnacional. E, ao redor do mundo, redes de cidades e regiões formam uma paradiplomacia eficiente e capaz de trazer soluções para os problemas locais.

Importante salientar que essa paradiplomacia, cuja definição veremos melhor no Capítulo 2, pode entrar em confronto com a política externa do Estado-nação, mesmo que a primeira tenda a abranger temas de “baixa política” (meio ambiente, comércio, etc.), enquanto a segunda continue a tratar de temas de “alta política”, tal como segurança nacional.

Como exemplo, na década de 1980, o Estado da Califórnia instituiu um sistema de tributação que impunha impostos sobre os ganhos globais das multinacionais instaladas no estado, e não apenas sobre os lucros obtidos na Califórnia. Tanto o presidente Ronald Reagan quanto o presidente George Bush eram contra esse sistema, mas a Califórnia prosseguiu com ele. Em contrapartida, o governo britânico alegou que este sistema feria o acordo bilateral de tributação firmado com Washington, D.C., e ameaçou impor diferentes taxas sobre as multinacionais californianas que tinham recebido benefícios para se instalar na Grã-Bretanha, caso Sacramento ou Washington não tomassem uma atitude que respeitasse o referido acordo. Em 1993, a Califórnia aceitou voltar atrás com o sistema de tributação sobre as multinacionais, mas, em 1994, a Suprema Corte acatou o direito do estado de impor suas próprias taxas (FRY, 1998, p.15 *et seq.*).

Neste sentido, reforçamos nosso argumento, na linha de pensamento de Neil Brenner, de que o Estado deve coordenar essa paradiplomacia, ao mesmo tempo em que amplie o grau de autonomia das unidades subnacionais, em conjunto com os atores não-estatais, nas suas relações internacionais. Ainda mais quando se trata de uma república federativa, como é o caso do Brasil, em que estados e municípios tem suas autonomias e compartilham responsabilidades com a União.

Ademais, o que se percebe atualmente é uma participação, cada vez maior, dos governos subnacionais na definição da política externa nacional, ainda que de forma indireta. Conforme Karina e Marcelo Mariano:

A globalização está provocando uma alteração nos Estados, na qual os limites entre o doméstico e o internacional tornaram-se menos nítidos devido ao crescimento das redes mundiais de interdependência (MARIANO & MARIANO, 2005, p. 136).

Tomemos como exemplo, mais uma vez, os Estados Unidos, onde já se percebe, há algum tempo, que os temas da política externa são, também, temas das agendas dos governos subnacionais. Em janeiro de 2009, no mesmo dia em que o Presidente Obama autorizou o Estado da Califórnia a renunciar às normas federais, criando sua própria legislação com padrões mais rigorosos sobre a emissão de dióxido de carbono por veículos automotivos, a Secretária de Estado, Hillary Clinton, declarou que as soluções para a crise ambiental eram domésticas e globais. Acrescentou, ainda, que o papel de liderança dos Estados Unidos, a fim de envolver todos os países nesta luta, passa pelo exemplo que os norte-americanos possam dar a partir de suas próprias ações internas.

De uma perspectiva mais economicista, porém dentro da mesma linha de análise sobre a internacionalização das cidades e regiões, a partir da globalização econômica, Kenichi OHMAE (2006, p. 116) considera que “o que está acontecendo é que a economia e a tecnologia estão impingindo uma nova escala na organização geopolítica”, de forma que “ainda haverá fronteiras, mas elas serão transparentes e representarão oportunidades e apoio à diversidade”. Para o autor, o Estado-região (como ele define as unidades subnacionais que passam a ser atores nas relações internacionais) “não é uma unidade política, mas sim, econômica” (Idem, ibidem).

O mundo interdependente possui uma economia interdependente, de forma que há muito tempo já se constatou a impossibilidade de um determinado Estado-nação, ou mesmo de uma unidade subnacional, voltar suas atividades para atender apenas um mercado consumidor interno. O desenvolvimento econômico, atualmente, se faz a partir de uma abertura para o mundo externo.

1.5. Integração regional e governos subnacionais

Em decorrência do processo de globalização, tivemos também os processos integracionistas, que são respostas aos desafios impostos pela globalização. Diante das vulnerabilidades enfrentadas pelos países, a regionalização se torna uma forma de proteção, ao mesmo tempo em que se converte em estratégia para a inserção dos países do bloco no sistema econômico internacional.

E, se a globalização se faz sentir, em primeira instância, no âmbito local, a regionalização não deixa de ser uma resposta das próprias unidades subnacionais a

este fenômeno. Ou seja, não há regionalização sem a incorporação da dimensão subnacional, do que decorre a importância da participação de cidades, estados federados, províncias e departamentos para o êxito desse processo de integração.

Nas palavras de Karina e Marcelo Mariano:

Os processos de globalização e de integração regional deixaram de ser políticas de Estado para serem incorporados ao cotidiano das localidades, passando a influenciar de modo direto a atuação dos governos subnacionais. Consequentemente, houve uma redefinição quanto à sua função e ao seu papel no cenário internacional, sobretudo no caso dos processos integracionistas (MARIANO & MARIANO, 2005, p. 148).

Nessa mesma linha de raciocínio, Maria del Huerto ROMERO (2004, p. 412) observa que “as cidades redefinem (ou vêem redefinidos) seus papéis internacionais, regionais e inclusive nacionais, como resposta à estrutura de oportunidades e à matriz de impactos derivados do entorno imediato da integração regional”, do que decorre que “a participação das cidades constitui um contrapeso aos déficits democráticos característicos da maioria dos esquemas integrativos” (Idem, ibidem).

Os processos de integração regional se iniciam a partir de negociações entre os governos centrais. A interdependência nem sempre é acompanhada da criação de instâncias supranacionais, ou de mecanismos de decisão e controle dentro do bloco. Assim sendo, os atores subnacionais se aproximam e passam a ocupar as lacunas deixadas pelos governos centrais e ainda não preenchidas por uma estrutura jurídico-funcional regional (MARIANO & MARIANO, 2005, p.146).

Neste sentido, formam-se unidades funcionais representativas de governos subnacionais, dentro dos blocos regionais, como é o caso do Foro Consultivo de

Cidades, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul. Mas, também, não podemos deixar de destacar que a interdependência conduz a um processo de integração regional dos governos subnacionais, independentemente dos blocos criados pelos governos centrais, tal como a Rede Mercocidades e a Federação Latinoamericana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA), das quais faz parte o Município de Campinas.

2. Governança multinível, paradiplomacia e a inserção internacional de cidades e regiões

Como já expusemos na introdução, o processo de globalização – especialmente a econômica – mudou o rumo do processo produtivo e a distribuição do capital pelo globo assumiu uma dinâmica que foge ao controle dos Estados. Nem por isso o território perdeu sua importância. Vale dizer, as cidades assumiram um papel estratégico na “nova geografia do poder”².

Segundo Saskia SASSEN (2004, p. 375), as grandes corporações não podem dar conta de executar todas as funções que necessitam para seu pleno funcionamento, do que decorre que as “cidades globais, com suas complexas redes de empresas, que oferecem serviços altamente especializados e talento profissional, são lugares estratégicos para a produção destas funções especializadas”.

Ainda segundo a mesma autora, “a economia global se materializa, em grande parte, nos territórios nacionais”, de modo que “os Estados nacionais tiveram que se envolver profundamente na implantação do sistema econômico global”, sofrendo “transformações em sua estrutura institucional” (SASSEN, 2004, p. 375).

O que ocorre é que a “principal dinâmica que opera na economia global tem a capacidade de desligar o Estado moderno da interseção entre a soberania e o território que caracterizam o Estado e o sistema estatal modernos” (Idem, p. 376).

O *locus* da atividade econômica global não se restringe mais ao território e as transações econômicas são feitas no espaço eletrônico. Contudo, é no território que

² Expressão cunhada por Saskia Sassen (SASSEN, 2004).

se encontram as instituições e os atores que dão corpo à globalização. Disso tudo decorre a necessidade de um novo arcabouço jurídico capaz de regular as novas relações econômicas do mundo globalizado (SASSEN, 2004, p. 377).

Vemos, portanto, que a globalização não retira do Estado sua importância. Ao contrário, a materialização da globalização no âmbito das cidades e regiões dá aos governos locais um papel político de maior relevância dentro do próprio Estado nacional e cria a possibilidade da formação de uma nova estratégia de desenvolvimento do próprio Estado, que é fruto da somatória do desenvolvimento de cada uma das unidades que o compõem. A recente criação do Ministério das Cidades, na história política brasileira, é a demonstração de que o governo federal, não obstante a descentralização de suas políticas públicas, não deixa de se preocupar em ser o coordenador de um sistema de governança multinível. No plano estadual, destacamos no mesmo sentido a Secretaria de Transportes Metropolitanos e a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa). No plano regional, destaca-se a Região Metropolitana de Campinas, cuja gestão está sob responsabilidade dos representantes dos municípios envolvidos, conjuntamente com um Diretor Executivo indicado pelo governador do Estado.

Segundo a definição de Gary Marks, governança multinível é “um sistema de contínua negociação entre governos ligados em diversos níveis territoriais”, além de inseridos dentro de redes políticas que ultrapassam os limites da esfera pública (MARKS apud BACHE & FLINDERS, p. 3). Desta forma, segundo Ian Bache e Matthew Flinders, o conceito de governança multinível contém tanto a dimensão horizontal como a vertical. A palavra *multinível* se refere ao “aumento da

interdependência de governos operando em diferentes níveis territoriais, enquanto *governança* “assinala o crescimento da interdependência entre atores governamentais e não-governamentais em vários níveis territoriais” (BACHE & FLINDERS, p. 3).

A ideia de governança multinível está centrada, principalmente, no fato de que há uma grande variação de externalidades na provisão dos bens públicos. E tais externalidades não são internalizadas por uma única escala de governo, requerendo uma negociação entre diversas escalas para se chegar a uma decisão final. Muitas vezes, esta negociação também envolve setores da sociedade, como empresas, organizações não-governamentais, entidades de classe, etc. (MARKS & HOOGHE, 2004, p. 16).

Afinal, se o Estado-nação não consegue proteger suas unidades subnacionais dos efeitos devastadores externos (econômicos, principalmente), não há que se impedir que estas unidades defendam seus interesses por conta própria, às vezes, contribuindo com o próprio Estado-nação (KINCAID, 1990, p. 56). No entanto, esta ação por conta própria nem sempre ocorre sem a participação, ainda que indireta, de outros níveis de governo ou de outros atores não-governamentais.

De acordo com MARKS & HOOGHE (2004, p. 16), a governança multinível pode ser dividida em dois tipos. A primeira (tipo I) está intimamente ligada ao federalismo e consiste da dispersão de autoridade para jurisdições em um número limitado de níveis, tais como: internacional, nacional, regional e local. Estas jurisdições têm suas funções baseadas em diversos temas. Ademais, o tipo I de governança se destaca pelo fato de que não há interseção entre as suas jurisdições.

No Brasil, a Constituição deixa clara esta divisão jurisdicional em três esferas de governo (federal, estadual e municipal), cada qual com suas competências delimitadas, porém nem sempre exclusivas.

O segundo tipo de governança (tipo II) consiste de jurisdições especializadas, restritas à solução de problemas específicos. A grande diferença deste tipo de governança está no fato de que ela não se restringe a um número específico dentro dos diferentes níveis de jurisdição, são flexíveis, na medida em que a demanda as requer, e contam com a participação de atores não-governamentais. Outro ponto que a diferencia é o fato de haver interseção entre seus membros (MARKS & HOOGHE, 2004, p.17). Podemos tomar como exemplo, o Consórcio dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que não só envolve diversos municípios, mas também parte dos territórios de dois estados federados (São Paulo e Minas Gerais), além de cidadãos.

No caso da Região Metropolitana de Campinas, conforme veremos melhor adiante, há uma mistura dos dois tipos de governança definidos por Gary Marks e Liesbet Hooghe. Primeiramente, ela não se enquadra perfeitamente no tipo I, pois não se trata de uma jurisdição definida constitucionalmente, dentro do sistema federativo brasileiro. Ademais, trata-se de uma nova esfera política, em que a competição governamental se submete a uma gestão multipartidária, em busca dos interesses de uma região composta por diversos municípios. Mais interessante ainda está o fato de que a autarquia responsável por esta gestão – a Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP) – está sob controle do governo estadual, tendo seu Diretor Executivo indicado pelo governador, mas nem por isso coloca a

ideologia política deste sobre os interesses que movem todos os prefeitos na sua participação. Por outro lado, a Região Metropolitana de Campinas não deixa de se enquadrar, de alguma forma, na governança tipo I, ao se considerar o fato de que suas metas não se restringem a uma área específica.

Ao considerarmos o aspecto da interseção dos membros, percebe-se na Região Metropolitana de Campinas que não só há uma interseção no plano horizontal, quanto no vertical, enquadrando-se no tipo II. A gestão metropolitana é feita a partir de uma rede de governantes municipais, de representantes do governo estadual e de representantes da sociedade civil, ainda em interação com o governo federal.

Uma boa definição desta governança, que se aplica à Região Metropolitana de Campinas, é dada por Dominique Joye e Jean-Philippe Leresche:

De um modo geral a governança é abordada essencialmente em termos de eficácia dos instrumentos de ação pública, ou seja, em termos de coordenação das ações e dos atores, sejam estes privados ou públicos, de um ponto de vista horizontal ou vertical. (JOYE & LERESCHE, 1997, p. 284)

Seguindo a mesma linha de pensamento de Neil Brenner, Joye e Leresche entendem que a ação pública, atualmente, inaugura um retorno dos territórios e não um fim destes. (JOYE & LERESCHE, 1997, p. 285)

O retorno não somente *do* território, mas sobretudo *dos* territórios, ocorre, principalmente, pela ascensão de novos poderes territoriais, tanto subnacionais quanto supranacionais, e fortemente marcados pela crescente urbanização. Neste contexto de reterritorialização, a problemática da governança territorial coloca em questão a centralidade do Estado, a

democracia e a cidadania, sob o ângulo da identificação dos espaços de debate e da participação política. (Idem, ibidem)

Importante salientar que esta governança metropolitana não se restringe aos atores nacionais. Trata-se de uma governança que, por estar jogando com os impactos da globalização, também age no plano internacional, por redes de contatos, acordos transnacionais, contratos de prestação de serviços, comércio exterior, etc.. Como já vimos anteriormente, o próprio processo de integração regional trouxe para as esferas subnacionais suas repercussões, tornando-as atores desse processo, por meio de redes de governança, como é o caso de Mercocidades e Eurocidades.

James Rosenau analisa com mais profundidade esta governança multinível no plano internacional, apresentando um esquema com seis tipos de governança: *top-down governance*, *bottom-up governance*, *market governance*, *network governance*, *side-by-side governance* e *mobius-web governance*. Este esquema, conforme a **tabela 1**, é derivado da relação de diferentes atores no cenário internacional, combinando duas variáveis que definem tal relação: uma de caráter estrutural (relação formal, informal ou mista) e outra de caráter processual (relação de direção única ou de direção múltipla) (ROSENAU, 2004, p. 41 e 42).

Segundo James Rosenau, “os atores nacionais e subnacionais podem ser participantes de algumas ou de todas as seis formas de governança, mas suas participações decorrem de suas interdependências com as questões que se desdobram para além de suas jurisdições nacional ou subnacional” (ROSENAU, 2004, p. 43).

Tabela 1. Seis formas de governança transnacional

		Processos	
		Unidirecional (vertical ou horizontal)	Multidirecional (vertical e horizontal)
Estruturas	Formal	Top-down governance (governos, CTNs, OIs)	Network governance (governos, OIs, ONGs)
	Informal	Bottom-up governance (público de massa, ONGs)	Side-by-side governance (ONGs, governos)
	Formal e Informal (Mista)	Market governance (governos, OIs, elites, mercados, público de massa, CTNs)	Mobius-web governance (governos, elites, público de massa, CTNs, ONGs, OIs)

Fonte: ROSENAU, 2004, p. 42

Nas palavras de Ladislau DOWBOR (1997, p. 12):

Constatamos que as grandes metrópoles mundiais estão adquirindo um peso novo no processo de gestão das nossas sociedades, como polos de um conjunto de atividades internacionalizadas, e como articuladoras das políticas internas.

Conforme veremos com mais detalhes, é o caso da Região Metropolitana de Campinas, cujos órgãos de gestão fazem a articulação entre os municípios, o estado e a União, incluindo atores não-governamentais.

Verificando com atenção o processo eleitoral nas cidades brasileiras, nas últimas eleições municipais, percebemos a ênfase que se deu à importância das cidades no desenvolvimento do País. Também, as últimas eleições municipais mostraram a preocupação dos políticos locais com as decisões governamentais no âmbito nacional, inclusive na política externa. A federalização do debate local não reflete somente uma disputa político-partidária, mas também a preocupação dos atores sociais, políticos e econômicos locais em participar do processo decisório nacional, cujos reflexos são percebidos, imediatamente, na esfera local.

Este crescente intervencionismo das autoridades subnacionais nos setores de atividades que transcendem as fronteiras nacionais é chamado por Earl Fry de “globolocalismo” e é resultante da combinação dos seguintes fatores: 1) proteção e reforço das coletividades locais, em uma época de ligações transregionais crescentes; 2) necessidade e busca de receitas mais elevadas; 3) contraponto às assimetrias e desigualdades no âmbito do sistema nacional; 4) maior acessibilidade em matéria de estabelecimento de ligações internacionais; 5) preocupação eleitoral;

6) ampliação progressiva das esferas de ação dos comitês regionais; 7) internacionalização crescente da população; 8) protecionismo; 9) defesa de certos princípios de moralidade internacional; 10) incertezas com relação à interpretação de dispositivos constitucionais (FRY, 1996, p. 42).

A concretização dessa inserção internacional sustentada se faz através de uma paradiplomacia que pode ser definida, segundo Noé Cornago Prieto, como

(...) o envolvimento de governos não centrais nas relações internacionais, mediante o estabelecimento de contatos permanentes e *ad hoc*, com entidades públicas ou privadas estrangeiras, com o objetivo de promoção socioeconômica e cultural, bem como de qualquer outra dimensão exterior nos limites de sua competência constitucional (PRIETO apud RODRIGUES, 2004a, p. 443).

Segundo Michael KEATING (1999, p. 6):

Paradiplomacia é parte de uma ampliação do universo das relações internacionais, no qual os Estados não são mais os únicos atores. Regiões funcionam junto com empresas, sindicatos, movimentos sociais e organizações transnacionais, como Greenpeace ou Oxfam.

No entanto, alguns autores, como Gilberto Rodrigues, preferem o termo *política externa federativa* para definir a ação das cidades no plano internacional. Segundo este autor, se é aceitável a tese de Celso Lafer de que há uma identidade internacional do Brasil, que marca a política externa brasileira, então poder-se-ia admitir que as ações internacionais de governos subnacionais possuem uma identidade própria, não necessariamente coincidentes ou concordes com a diplomacia federativa (RODRIGUES, 2004b, p. 40).

Ainda segundo o mesmo autor, essa *política externa federativa* pode ser definida como “a estratégia própria de um estado ou município, desenvolvida no âmbito de sua autonomia, visando à sua inserção internacional, de forma individual ou coletiva” (RODRIGUES, 2004b, p. 40).

Em nossa tese, optamos pelo conceito de paradiplomacia, segundo o qual os atores subnacionais se relacionam de forma limitada, dentro de uma autonomia constitucional, respeitando a soberania do Estado. Ademais, estaremos trabalhando com uma região metropolitana, que não é um ente federado reconhecido constitucionalmente e, portanto, não usufrui da mesma autonomia municipal estabelecida pela Constituição Federal.

O processo de inserção internacional das cidades é um processo em curso e a prova disso está na formação da Associação Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), bem como de redes de cidades, como é o caso das Redes Mercocidades e Eurocidades.

Vale salientar que a inserção internacional das cidades não se faz apenas no âmbito econômico. Assim como a globalização deve ser “melhor pensada como um fenômeno multidimensional, envolvendo diversos domínios de atividade e interação, inclusive econômica, política, tecnológica, militar, jurídica, cultural e ambiental” (HELD, 1998, p. 13), também a inserção das cidades no plano internacional se dá seguindo a mesma abrangência. Segundo Michael KEATING (1999, p. 3), “olhando a nova paradiplomacia de uma perspectiva das próprias regiões, podemos discernir três tipos de motivações para que elas ingressem na arena internacional: econômica, política e cultural”.

Importante diferenciar, também, a paradiplomacia daquilo que vem a ser a influência dos governos subnacionais na política externa de um determinado país. Afinal, no primeiro caso, objeto da nossa tese, os atores subnacionais se relacionam por conta própria, buscando atender aos interesses locais, de forma direta, sem a necessidade de inserir suas demandas na agenda diplomática nacional. Isso não significa, no entanto, que a paradiplomacia deixe de ser de interesse nacional.

Alguns estudiosos do tema, no entanto, têm como objeto de análise a influência de governos subnacionais e atores não-estatais na política externa nacional, num “jogo de dois níveis”, tal como a teoria de Robert PUTNAM (1993).

Percebe-se, no caso do Brasil, um início de diálogo entre o Itamaraty e os governos subnacionais, o que sugere uma tentativa de centralizar os esforços no corpo diplomático brasileiro, a fim de não deixar a paradiplomacia ganhar força em todo o território nacional e minimizar a capacidade de controle do Estado sobre os entes federados.

A percepção que o Itamaraty tem da tendência inevitável dessa crescente paradiplomacia faz com que o diálogo entre os chefes da diplomacia nacional e os governantes subnacionais seja estabelecido, de forma a criar uma convergência nas políticas desenvolvidas. Assim, há uma diplomacia paralela, mas de mesmo sentido. Isso reforça a nossa hipótese de que a inserção internacional dos municípios, em seu conjunto, colabora com o desenvolvimento nacional, não podendo ser vista com descaso.

2.1. Democracia cosmopolita e as redes globais

A inserção internacional das cidades traz consigo um elemento extremamente importante e que não pode passar despercebido em uma análise das relações internacionais no âmbito subnacional, qual seja: a participação de diversos atores sociais, com grande capacidade de influência nas decisões.

A rede de contatos e de intercâmbio propiciada pela ação internacional dos governos locais é de grande importância para o desenvolvimento de uma democracia cosmopolita, que supere a incapacidade que os Estados têm, hoje em dia, de solucionar todos os problemas da nação, especialmente aqueles de ordem local.

Em um mundo cada vez mais interdependente, em que problemas de ordem econômica, social, política e ambiental extrapolam as fronteiras dos Estados-nação e são causados por agentes não-estatais, verifica-se a fragilidade do modelo de democracia, baseado na legitimidade obtida pelo voto. Urge pensar novas formas de participação direta que envolva a sociedade, indo além dos limites fronteiriços do Estado-nação (HELD, 1998, p. 22).

Para John KINCAID (1990, p. 73), a diplomacia constituinte reforça a participação não só dos atores subnacionais, mas também dos cidadãos na política externa. A inserção internacional das cidades traz o contexto internacional para o âmbito local, deslocando as representações diplomáticas e comerciais da capital nacional para estas localidades.

Os intercâmbios científicos, tecnológicos e educacionais são exemplos que têm como objetivo criar redes de contatos entre comunidades locais, a fim de

solucionar problemas comuns e desenvolver projetos que possam ser colocados em prática independentemente da atuação governamental. Tal como as organizações não-governamentais, as comunidades epistêmicas ganham cada vez mais importância no mundo globalizado.

Nas palavras de James ROSENAU (1998, p. 29):

(...) é importante esclarecer que a governança global não se refere somente às instituições e organizações formais, através das quais o gerenciamento das relações internacionais é ou não sustentado. (...) Em um mundo cada vez mais interdependente, onde o que acontece em um canto, ou em um nível, pode ter consequências para o que ocorre em todos os outros cantos e níveis, parece um erro aderir a uma definição estreita, na qual somente instituições formais, nos âmbitos nacional e internacional, são consideradas relevantes.

Muito comum, hoje em dia, são os acordos de cooperação entre as universidades, propiciando uma troca de conhecimento e experiências, que resultam numa democracia cosmopolita sem a interferência de instituições formais.

Outro exemplo são os acordos comerciais que se firmam entre os governos locais e que resultam numa rede de empresários interessados em viabilizar negócios entre cidades e/ou regiões de diferentes países sem, contudo, a intermediação de um poder estatal. De acordo com ROSENAU (1998, p. 44):

No caso de micro-regiões, chama-se a atenção para o papel emergente de certas cidades e zonas econômicas 'naturais' como formas sutis e nascentes de sistemas normativos transnacionais, que não são afiançados pelos Estados e que, ao contrário, emergem das atividades de outros tipos de atores que, pelo menos inicialmente, podem promover um deslocamento de autoridade da esfera política para a econômica.

De fato, o que tem acontecido é uma crescente preocupação com o aspecto local, sem perder de vista o aspecto global. Ou seja, o desenvolvimento local, em um mundo globalizado, só pode ser alcançado através das relações horizontais com as demais comunidades. W. DROZDIAC (apud ROSENAU, 1998, p. 44), observando o desenvolvimento alcançado por cidades européias, de diferentes países, que assinaram acordos de cooperação, afirma que “uma ressurreição de ‘cidades-estado’ e regiões está transformando, silenciosamente, a paisagem política e econômica da Europa, diminuindo a influência de governos nacionais e redesenhando o mapa continental de poder para o século XXI”.

Diante dessa realidade surge o conceito de *redes globais*. Segundo a definição de Jordi Borja, “as redes globais são redes de cooperação e competência entre iguais e servem para a cooperação e elaboração de estratégias comuns, além de serem redes de representatividade e *lobby* político” (BORJA apud ROMERO, 2004, p. 410). O autor cita como exemplo as Eurocidades e as Mercocidades.

A Rede Mercocidades teve sua origem com a Declaração de Assunção, em 7 de março de 1995, resultado do Seminário *Mercosul: opções e desafios para as cidades*. Este documento, assinado pelos prefeitos de Assunção e Montevideú, além dos representantes de Brasília, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Santiago, destacava a necessidade da criação de uma rede de cidades, através da qual os prefeitos das cidades do Mercosul pudessem participar das decisões para a integração regional em temas específicos de suas competências. Assim, em novembro de 1995, realiza-se, na cidade de Assunção, a Primeira Câmara da Rede Mercocidades, cuja Ata de Fundação foi assinada por onze cidades: Assunção, Montevideú, Rosário, Córdoba,

La Plata, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Brasília, Salvador e Rio de Janeiro (ROMERO, 2004, p. 419).

Atualmente, Campinas também se insere na Rede Mercocidades. E, considerando o fato de que ela é o centro político da sua Região Metropolitana e o nosso argumento de que sua Secretaria Municipal de Cooperação Internacional acaba exercendo uma paradiplomacia que “carrega” toda a Região, podemos dizer que a RMC como um todo se insere na Rede Mercocidades. Da mesma forma, é muito difícil imaginar cidades como São Paulo e Buenos Aires, na Rede Mercocidades, limitadas às suas esferas municipais e não metropolitanas.

2.2. O perfil de uma cidade internacional

Para Panayotis SOLDATOS (1996, p. 216 *et seq.*), são 13 as características que conformam uma cidade internacional moderna:

1. posição geográfica de abertura para o mundo;
2. recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições sócio-econômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

4. exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
5. multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
6. é diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;
7. possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
8. possui uma mídia de repercussão e difusão internacionais;
9. acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.);
10. abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;
11. exerce uma paradiplomacia urbana (municipal ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;
12. mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades;
13. possui uma população com composição étnica diversificada.

A partir deste perfil, SOLDATOS (1996, p. 218) identifica dois tipos de internacionalização das cidades: a *passiva* e a *ativa*.

A internacionalização passiva é aquela desempenhada pelas *idades-espaço*, que acolhem atividades e instituições internacionais, mas não acolhem instituições e serviços de importância estratégica para o desenvolvimento de funções de influência, ou de controle (sedes de grandes organizações internacionais, sedes de grandes empresas multinacionais, serviços estratégicos, etc). Seu papel é de peso regional (SOLDATOS, 1996, p. 218).

Por sua vez, a internacionalização ativa é aquela desempenhada pelas *idades-atores*, que se distinguem por uma atuação dinâmica. Estas cidades possuem uma rede de serviços de suporte para as atividades internacionais (grandes escritórios internacionais de advocacia, grandes escritórios de arbitragem internacional, grandes instituições bancárias, estrutura sofisticada de transportes e comunicações, etc.). Essas cidades fazem parte das grandes redes internacionais de alta tecnologia (aeronáutica, informática, etc.) e de serviços de ponta, além de disporem de uma estratégia de planificação da sua atividade internacional. São cidades que exportam fatores de produção (Idem, p. 218 *et seq.*).

Conforme demonstraremos, Campinas, vista de uma perspectiva metropolitana, enquadra-se tanto no conceito de *cidade-espaço* como de *cidade-ator*. Entretanto, tomando como referência a teoria de Neil Brenner, veremos que uma cidade internacional, nos padrões estabelecidos por Panayotis Soldatos, só chega a esse *status* com a participação de outras esferas de governo. No caso brasileiro, a participação dos governos federal e estadual são imprescindíveis no

desenvolvimento sócio-econômico das cidades, especialmente pela questão fiscal, haja vista a necessidade de repasses de verbas para a concretização de diversos projetos de infraestrutura, de serviços públicos e de programas sociais.

Neste sentido, não obstante a cooperação internacional que vem sendo desenvolvida por diversos municípios ter uma importância cada vez maior na busca de recursos e na troca de experiências, tornar-se uma cidade com capacidade de inserção internacional depende de alguns fatores que são concretizados a partir de políticas públicas nacionais ou, ainda que estaduais e/ou municipais, contam com o financiamento do governo federal ou de instituições nacionais e internacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Neste último caso, depende-se de uma intervenção do governo federal para se chegar a uma negociação.

Portanto, ser uma cidade internacional não é algo que decorre de uma iniciativa isolada de um município com vocações para tal, mas é preciso contar com a visão estratégica de outras esferas de governos, que percebam nesta vocação uma possibilidade de ampliar suas vantagens competitivas.

Soma-se a isso a participação de atores privados que, em muitos casos, são empresários que querem ampliar seus mercados e, para isso, ampliam seus investimentos em ciência, tecnologia e inovação, bem como requerem grandes especialistas, criando redes de cooperação com os institutos e centros de pesquisa da cidade e região.

2.3. A cidade global

Além da simples inserção internacional de uma cidade, o processo de globalização e a nova economia global decorrente dele trouxe à tona um novo modelo de cidade, conhecido por *cidade global*. Analisando três cidades específicas (Nova York, Londres e Tóquio), a socióloga Saskia Sassen, da Universidade de Columbia, definiu o modelo de uma cidade global.

Não se trata de um conceito simples, que pode ser definido de modo muito objetivo, com poucas palavras. Ao contrário, trata-se de um conceito abstrato, decorrente de um processo que se arrasta há anos, como consequência de um mundo globalizado.

Se até décadas atrás a economia de mercado podia ser dividida em setores primário, secundário e terciário, de uma forma muito clara, cada qual exercendo seu papel de forma independente e sem grande interação, atualmente, é difícil analisar a economia global como tão dividida.

A dispersão das atividades econômicas em um mundo globalizado torna cada vez mais necessária a centralização das funções corporativas. Quanto mais dispersos são as operações de uma firma por diversos países, mais complexo e estratégico se tornam suas funções centrais (SASSEN, 2001).

Como consequência disso, as diversas atividades complementares que dão suporte às grandes corporações, que se espalham pelo globo, também conformam um novo setor de serviços altamente especializados, que contribui no delineamento dessa nova cidade global.

Vale dizer que, se hoje pode-se falar em uma economia global, é porque existe uma rede de comunicação que permite gerir qualquer negócio, em qualquer canto do mundo, a partir de qualquer localidade. No entanto, é essa última localidade que vai ser aquela onde se encontrará todo o arcabouço de serviços e de infraestrutura necessários para que se faça a gestão empresarial.

Ao se falar em cidade global, deve-se ter em mente, primeiramente, a ideia de uma cidade pós-industrial. No entanto, a região que está ao seu redor não é necessariamente pós-industrial, mas depende de toda essa rede de serviços e comunicação que se concentra na cidade global.

Assim, Saskia Sassen distingue bem a Grande Londres da cidade de Londres, ou mesmo a Manhattan da cidade de Nova York. O mesmo se faz quando se estuda a Grande São Paulo, distinguindo-a da cidade de São Paulo. Em nosso estudo queremos atentar para a inserção internacional da Região Metropolitana de Campinas, e não simplesmente para a cidade de Campinas.

Importante notar que a cidade global se caracteriza como tal na medida em que se torna a grande concentradora das atividades de serviços que dão suporte aos demais setores produtivos. Assim, quanto mais uma cidade concentra as atividades especializadas em comunicação, informação, ciência e tecnologia, serviços portuários e aeroportuários, comércio exterior, jurídico, financeiro, mais ela tende a ser uma cidade onde se concentram as unidades gestoras e administrativas das grandes corporações.

Não será qualquer cidade litorânea que terá um porto, nem mesmo qualquer grande cidade que terá um aeroporto. Tudo depende da sua geografia. Vale dizer, posição estratégica em relação ao resto do país ou do mundo.

Se até pouco tempo atrás a cidade de Campinas, e todas as que se encontram ao seu redor, eram dependentes da cidade de São Paulo, considerada como a cidade global, no centro de uma macrorregião metropolitana (Região Metropolitana Expandida de São Paulo), atualmente, a cidade de Campinas passa a ser uma nova cidade internacional, trazendo diversas firmas de serviços especializados que estavam em São Paulo, e atendendo às diversas empresas que se espalham por toda a Região Metropolitana de Campinas. As **tabelas 10 e 11** mostram como essa tendência vem se concretizando.

A proporção de estabelecimentos de serviços no total de estabelecimentos, na Região Metropolitana de Campinas, chega a ser quase 3 vezes maior que a proporção de estabelecimentos industriais no total de estabelecimentos. Se considerarmos somente a cidade de Campinas, essa diferença chega a ser 6 vezes maior.

Ademais, as duas únicas cidades que superam a proporção metropolitana de estabelecimentos de serviços em relação ao total de estabelecimentos são Campinas e Paulínia. E, considerando a diferença dessas proporções, podemos crer que são duas cidades que concentram estabelecimentos de serviços que atendem à demanda de toda a Região Metropolitana. Nas palavras de Saskia Sassen, trata-se de *producer services*, ou seja, um setor de serviços fundamental para o funcionamento do setor industrial (SASSEN, 2001, p. 90 e 91).

Neste sentido, as 19 cidades da Região Metropolitana de Campinas conformam uma economia regional interdependente. Não se trata de uma simples delimitação política, consolidada por lei estadual, de forma aleatória. Porém, há toda uma lógica que antecede a sua existência e que define, de forma racional, os membros participantes.

Da mesma forma como não se fala em União Européia sem toda uma compreensão de um processo histórico que a antecede, incluindo fatores econômicos, políticos, sociais e geográficos, também não se fala em Região Metropolitana de Campinas ou de Baixada Santista sem um estudo dos fatores que levaram a isso.

2.4. O exemplo de inserção internacional de cidades brasileiras

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 atribuiu aos municípios a qualidade de ente federado, como decorre da leitura dos seus arts. 1º e 18³. Além disso, a Constituição atribuiu aos municípios a autonomia, em seu art. 29, ao determinar que o município “reger-se-á por lei orgânica”, e explicitou suas competências no art. 30, entre as quais não se inserem as relações internacionais. Estas são de competência

³ Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal constitui-se em Estado Democrático de Direito (...).

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

exclusiva da União, pelo art. 21⁴, não tendo os entes federados representação nem competência para tal (SILVA, 1999, p. 620).

Contudo, é preciso entender que a dinâmica das relações internacionais, após 1988, mudou muito e a necessidade de enfrentar os novos desafios do mundo globalizado conduziu as cidades e os estados federados a uma inserção internacional. No que se refere às cidades, especificamente, destacamos a formação de uma organização internacional de cidades, Associação Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), surgida da fusão da Federação Mundial das Cidades Unidas (FMCU) com a Associação Internacional de Autoridades Locais (AIAL).

Creemos, portanto, que seja preciso fazer uma reinterpretação desses artigos constitucionais, revendo as competências dos entes federados no que diz respeito à sua atuação externa. Desse modo, vale destacar o entendimento de Gilberto RODRIGUES (2004a, p. 451), a respeito desse tema:

Perante o atual ordenamento jurídico brasileiro, a situação dos municípios é a mesma da dos estados federados e do distrito federal nesta matéria: nem há competências, nem existe reconhecimento legal para ações internacionais. Mas os fatos e a atuação de diversos municípios superam e ultrapassam o arcabouço jurídico doméstico, e demandam algum tipo de modificação, alteração ou criação de normas para essas novas ações federativas.

Gilberto RODRIGUES (2004b, p. 177) chama a atenção para o fato de que “apenas cidades médias e grandes, sobretudo as globais (...) têm tido condições de

⁴ Art. 21. Compete à União: I – manter relações com os Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.

atuar de forma independente ou despertaram politicamente para as relações internacionais e passaram a exercer alguma forma de ação internacional estruturada e sistemática”. Não obstante, o mesmo autor aponta um fenômeno que não é exclusivo das médias e grandes cidades, qual seja: a incorporação de princípios e valores globais na ordem doméstica, “internacionalizando o *modus vivendi* das cidades” (Idem, ibidem). Como exemplo, o autor cita a Agenda 21 e sua influência nas diretrizes contidas no Estatuto da Cidade.

Outro exemplo, no mesmo sentido, são os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, lançados pela ONU, e que se concretizam, em grande parte, por meio da ação local, nas cidades. São eles: 1) Erradicar a pobreza e a fome; 2) Atingir o ensino básico universal; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Trata-se, portanto, de um processo de incorporação de valores e princípios globais, como menciona Rodrigues.

Alguns exemplos de cidades brasileiras que ganharam expressão internacional são notórios. Gilberto Rodrigues destaca três delas: Curitiba, Porto Alegre e São Paulo.

Curitiba se destacou no plano internacional e se tornou referência mundial pela sua qualidade de vida, decorrente do planejamento urbano e da qualidade ambiental, que a tornaram um modelo de cidade sustentável. Porto Alegre, assim como Curitiba, também apresenta um histórico de políticas públicas aplicadas com

êxito e com continuidade, mas conquistou sua inserção definitiva no plano internacional por ter sido sede do Primeiro Fórum Social Mundial, cujo objetivo era fazer um contraponto ao Fórum Econômico de Davos, na Suíça. Por fim, São Paulo é, *a priori*, uma típica cidade global. Sendo o centro financeiro, comercial, tecnológico e logístico do Brasil e da América do Sul, institucionalizou a cooperação internacional com a criação da Secretaria Municipal de Relações Exteriores (RODRIGUES, 2004a, p. 454 *et seq.*).

Em suma:

(...) os casos vistos mostram como é possível inserir-se no meio internacional, seja através da divulgação das melhores práticas fruto da continuidade de políticas de boa governança (Curitiba, Porto Alegre), seja pela projeção dada por um evento de proporções globais (Porto Alegre) e por uma ação estratégica institucional voltada expressamente para as relações internacionais, com ênfase no econômico. (Idem, p. 458)

Contudo, não são apenas as capitais de estados brasileiros que vivem um processo de internacionalização. Há muitas outras cidades que buscaram na ação internacional uma possibilidade de solucionar seus problemas, principalmente por meio da cooperação técnica.

Um caso é o da cidade de Santos, que assinou um Acordo⁵ de Cooperação Técnico-Científica com Amsterdã, em março de 1993, para desenvolver estudos e projetos nas áreas de planejamento urbano e meio ambiente, haja vista serem duas cidades portuárias (RODRIGUES, 2004b, p. 185).

⁵ Importante esclarecer que utilizamos a palavra *Acordo* na sua definição mais genérica, cientes de que não caberia, neste caso, o uso dessa expressão tal como definida pelo Direito Internacional Público.

Outro caso é a cidade de Campinas. Com uma população de quase 1 milhão de habitantes⁶, dos quais 98% estão concentrados em área urbana, Campinas é o núcleo de sua Região Metropolitana, com um total de 2,3 milhões de habitantes. Altamente industrializada, é sede da Região Administrativa de Campinas (RAC). Localizada a 100 km da capital do Estado de São Paulo, e a 166 km do porto de Santos, Campinas é dotada de uma malha rodoviária moderna e de uma malha ferroviária que liga a cidade ao Porto de Santos, ao Mato Grosso do Sul e à Bolívia. Possui também o Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado a apenas 20 km do centro (CAIADO *et al.*, 2002, p. 99 e 100).

Ademais, a Região Metropolitana de Campinas, juntamente com a Baixada Santista, está inserida na Região Metropolitana Expandida de São Paulo, conformando uma macrometrópole (**Figura 1**), que se caracteriza pela sua relação de interdependência e complementaridade. A cidade de São Paulo é, hoje, um grande centro de escritórios de serviços especializados, que atendem, em grande parte, às demandas de empresas instaladas em seu entorno, até um raio de 100 a 150 km. Por sua vez, Santos e Campinas ainda se caracterizam por suas atividades industriais, abrigando grandes multinacionais, e como polos de escoamento e entrada de produtos, via Aeroporto de Viracopos e Porto de Santos.

Campinas tem sido uma grande receptora de investimentos em vários segmentos produtivos, principalmente nos de maior complexidade tecnológica e a “motivação principal manifestada pelas empresas de alta tecnologia que estão se

⁶ O Censo demográfico de 2000 registrou uma população de 967.921 habitantes. (CAIADO *et al.*, 2002, p. 99)

instalando em Campinas é a existência de infraestrutura e logística privilegiadas” (CAIADO *et al.*, 2002, p. 113).

Campinas se destaca nas atividades comerciais, de abastecimento e de serviços especializados, tais como “serviços bancários, hospitais regionais e serviços médicos especializados, comércio de grande porte e comércio especializado, *shopping centers*, serviços pessoais diferenciados, etc.” (Idem, *ibidem*).

Na área científica e tecnológica destacam-se duas universidades, UNICAMP e PUC-Campinas, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outras entidades (Idem, p. 113 *et seq.*).

A Região Administrativa de Campinas apresenta um PIB em torno de US\$ 60 bilhões, representando 9% do PIB brasileiro. Na atividade de comércio exterior, medida pelo volume de câmbio contratado, a praça de Campinas é a 4ª do País, ficando atrás apenas das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O Aeroporto Internacional de Viracopos é o maior em volume de cargas, no Brasil (CAMPINAS, 2005).

A paradiplomacia da cidade de Campinas – e, conseqüentemente, a da sua Região Metropolitana – está a cargo da Secretaria de Cooperação Internacional, que tem sob sua responsabilidade a Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC) e CENIC/Trade Point. A CIATEC responde por um grande projeto de incubação de 26 empresas de base tecnológica, enquanto que o *Trade Point* é o órgão responsável pela promoção comercial de Campinas e Região.

3. A Região Metropolitana de Campinas como área de interdependência e complementaridade econômica

Diferentemente dos estados e municípios, a região metropolitana não é um ente federado. Dessa forma, sua análise deve ser feita com mais cautela, levando-se em consideração o fato de que sua gestão não é feita por meio de governo, mas sim por uma Agência Metropolitana definida por lei estadual. Neste sentido, essa gestão se faz por meio de uma governança metropolitana.

A emergência do conceito metropolitano coincide com a mudança do quadro conceitual centrado no governo para um centrado na governança. Governança é o ato de tomada de decisão pública não mais de domínio exclusivo de um único governo. (...) A região metropolitana não é um governo, mas governos em todos os níveis, organizações não-governamentais e o setor privado trabalhando juntos em novas parcerias e relações que obscurecem linhas geográficas, jurisdicionais e setoriais (HAMILTON *et al.*, 2004, p.150).

Neste sentido, a região metropolitana deve ser estudada a partir das suas relações horizontais, considerando-se aquelas entre os municípios que a compõem, e as relações verticais, entre os municípios e os governos estadual e federal. Importante que, em ambas essas relações, incluem-se, também, os atores não-estatais (ou privados).

Curioso notar que, muitas vezes, estes atores não-estatais, destacando-se as empresas privadas, estão representados pelos próprios políticos que estão no comando de governos municipais. É o caso, por exemplo, do atual Prefeito de Jaguariúna, Gustavo Reis, que é empresário, diretor licenciado do Centro das

Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), e ainda preside o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (JAGUARIÚNA, 2010).

Assim como já havíamos argumentado no primeiro capítulo desta tese, com relação ao fato de que as unidades da Federação, através de suas ações e respectivas consequências, conduzem a União como um todo, isso também se faz no caso das regiões metropolitanas e do estado federado.

As relações variam entre e mesmo dentro dos estados. Por um lado, os governos locais são unidades do estado federado. Reciprocamente, os governos estaduais são frequentemente compostos por antigos representantes destes governos locais e muito influenciados por agentes oficiais e não-oficiais de interesses locais, que contam com aqueles para apoio político. Se a região metropolitana representa inovação, tal inovação será estruturada verticalmente, em torno das relações existentes entre o estado federado e as localidades, bem como horizontalmente, em torno das relações entre os governos locais dentro da área metropolitana (HAMILTON *et al.*, 2004, p. 151).

Como consequência, no plano vertical, pode-se ter um estado federado que decida por uma descentralização na região metropolitana, atribuindo maior poder aos governos locais para a gestão da mesma, ou podem manter o poder em suas mãos, de forma a centralizá-lo, com a gestão sendo feita por órgãos do estado federado, cujos cargos serão de indicação do governador. No plano horizontal, as relações podem estar concentradas na esfera metropolitana ou podem estar espalhadas pelas unidades da região (HAMILTON *et al.*, 2004, p. 151).

A tese do “novo regionalismo”, desenvolvida pelos estudiosos da questão metropolitana nos Estados Unidos, na década de 1990, parte do princípio de que a metropolização tem como função manter a competitividade econômica em um mundo

em processo de globalização econômica. Destarte, a tese do “novo regionalismo” demonstra que os municípios inseridos em uma região metropolitana são economicamente interdependentes, não sendo as fronteiras políticas barreiras para os fluxos econômicos e que as empresas privadas estão mais preocupadas com as vantagens competitivas regionais do que com as políticas públicas dos governos locais (HAMILTON *et al.*, 2004, p. 154).

Se atentarmos bem, a tese do “novo regionalismo” vai ao encontro da tese do reescalonamento do Estado, de Neil Brenner, na medida em que este também coloca as regiões metropolitanas como polos de desenvolvimento, de acordo com as suas vantagens competitivas, tornando-se espaços estratégicos para as políticas nacionais e estaduais (ou provinciais) de desenvolvimento, e desconsiderando as fronteiras entre os municípios que as compõem (BRENNER, 2004).

Interessante que o “novo regionalismo” não foca na consolidação do governo metropolitano, como outras teorias sobre modelos de urbanização, mas sim na estrutura. Ou seja, o que garante a funcionalidade de uma região metropolitana são os seguintes fatores: cooperação, redes de contato, parceria entre os governos locais e com setores privados, direcionando para uma governança regional (HAMILTON *et al.*, 2004, p. 154).

No caso da Região Metropolitana de Campinas, assim como em todas as demais no Brasil, não há um governo eleito diretamente. A gestão se faz por meio de uma Agência Metropolitana, cujo Diretor Executivo é nomeado pelo governador do Estado, além de um Conselho de Desenvolvimento, composto pelos prefeitos das cidades que a integram (**Figura 3**). Mesmo assim, conforme veremos, sua estrutura

está aberta para a participação de todos os representantes dos 19 municípios metropolitanos, bem como de atores da sociedade civil.

Interessante notar que as Agências Metropolitanas, como é o caso da Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), são órgãos gestores dessa governança, fazendo o elo dos atores públicos e privados por meio de suas câmaras temáticas, criadas pela Lei Estadual nº 870. Conforme veremos mais adiante, diferentemente do que ocorre nos governos municipais, em que as Secretarias são muitas vezes uma moeda de troca para obtenção de apoio político na Câmara Municipal, as Agências Metropolitanas unem todos os governantes, independentemente de partido, além de empresários, organizações não-governamentais e cidadãos, para um trabalho conjunto visando ao desenvolvimento da região, de forma a eliminar a competição e as disputas, garantindo que o espaço físico da região seja visto como uma economia integrada e gerido sem rivalidades políticas.

A **tabela 2** nos mostra a diversidade de partidos políticos que se encontram no comando das prefeituras municipais da RMC. Para quem acompanha a política nacional brasileira fica claro o grau de rivalidade entre muitos deles, de modo que, num primeiro olhar, poderia parecer impossível um entendimento entre todos, dentro de um processo de governança. De forma contrária, se esse entendimento ocorre, ainda que com divergências naturais de qualquer processo político, este é um ponto de partida na confirmação da nossa hipótese de que a Região Metropolitana está inserida em um processo de interdependência e complementaridade econômica, que se sobrepõem às rivalidades políticas.

Tabela 2
Distribuição dos Partidos Políticos nos Governos Municipais da RMC

	Mandato 2005-2008	Mandato 2009-2012
Americana	PDT	PSDB
Artur Nogueira	PT	PT
Campinas	PDT	PDT
Cosmópolis	PT	PT
Engenheiro Coelho	PTB	PSDB
Holambra	DEM	PPS
Hortolândia	PT	PT
Indaiatuba	PDT	PDT
Itatiba	PMDB	PSDB
Jaguariúna	PTB	PPS
Monte Mor	PSDB	PSDB
Nova Odessa	PDT	PDT
Paulínia	PMDB	DEM
Pedreira	PSB	PSB
Sta. Bárbara d'Oeste	PSDB	PDT
Sto. Antônio da Posse	PPS	PPS
Sumaré	PT	PT
Valinhos	PMDB	PMDB
Vinhedo	PR	PTB

Fonte: EMPLASA e Prefeituras Municipais da RMC

Já no que tange aos impactos de esferas governamentais nas regiões metropolitanas, há duas teses que se contrapõe entre os teóricos da área: *localismo e regionalismo*.

Os localistas defendem a tese de que com o policentrismo, numa região metropolitana composta por diversas unidades autônomas que competem entre si pelo desenvolvimento, os efeitos negativos de uma administração centralizadora são minimizados. Tomando como referência a macroeconomia, os defensores da tese localista entendem que a competição dos governos locais por habitantes e por comércio diminui os custos. Quanto mais governos locais, maior será a competitividade e, portanto, maior a eficiência econômica de cada localidade. O fluxo de bens e serviços atenderá às leis de oferta e demanda, conforme a vantagem competitiva de cada localidade (HAMILTON *et al.*, 2004, p. 155).

No entanto, é preciso perceber que esta eficiência apontada pelos localistas está levando em consideração o mercado interno da região metropolitana e as relações entre as suas unidades. Ou seja, o sistema que está em jogo é a região metropolitana, desconsiderando-se as suas relações com outras regiões, seja no plano nacional ou internacional.

Desta forma, ao trabalharmos o desenvolvimento regional a partir da ideia de inserção internacional, devemos levar em consideração a competitividade da região metropolitana com outras fora do país, de modo que a tese localista não contribui para o nosso estudo.

Deste modo, nossa análise da Região Metropolitana de Campinas ficará restrita na tese do “novo regionalismo” que, não obstante a aceitação de que não é

necessário um governo central para a região metropolitana, considera esta como um conjunto orgânico.

A título de exemplo desta percepção da Região Metropolitana de Campinas como uma esfera de autoridade integrada, cujos membros não competem entre si, está a resposta do então Secretário de Cooperação Internacional de Campinas, Romeu Santini, à nossa pergunta sobre o trabalho da Secretaria em função somente da cidade de Campinas ou da Região como um todo:

Em primeiro lugar, estamos colocando o interesse da Região. Não há competição dentro da Região, na medida em que os ganhos de desenvolvimento de cada cidade representam ganhos para toda a Região (ANEXO, Entrevista).

Esta colocação é análoga ao nosso argumento de que o desenvolvimento do Estado-nação é igual à somatória do desenvolvimento de cada localidade que compõe seu território.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi criada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000, e promulgada pelo Governador Geraldo Alckmin. De acordo com seu artigo 1º, constituem a RMC os seguintes municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (ver **Figura 2**).

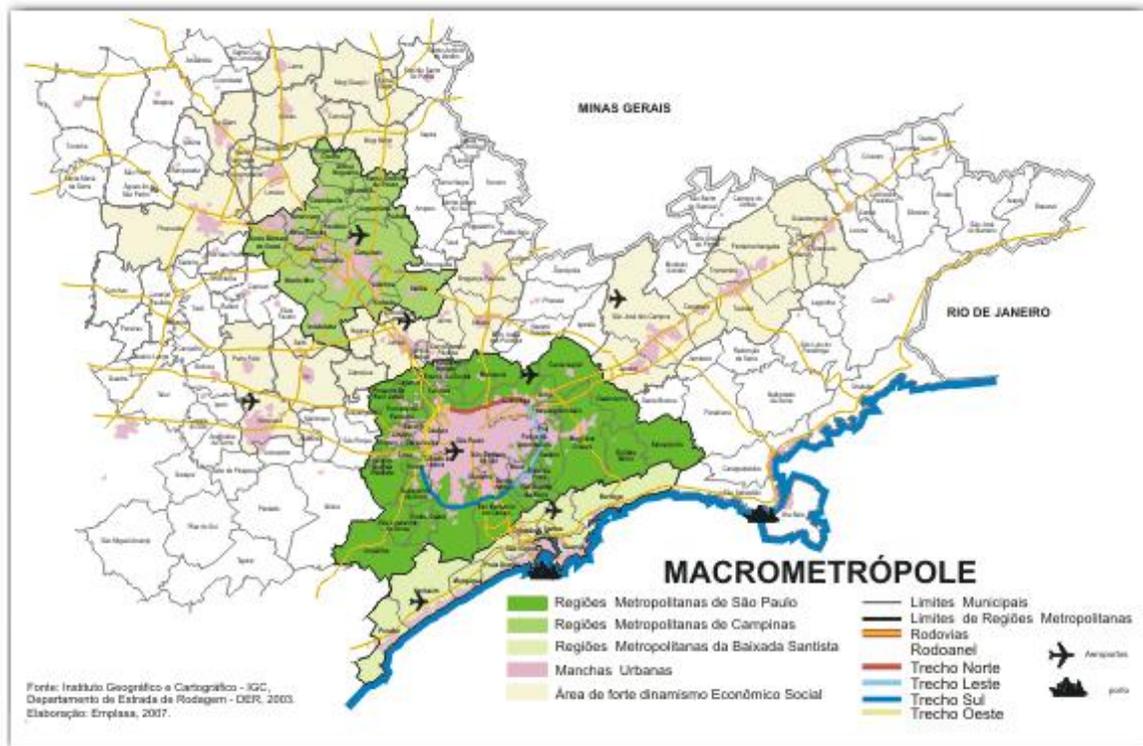


Figura 1. Macrometrópole Campinas - São Paulo - Baixada Santista

Fonte: Emplasa

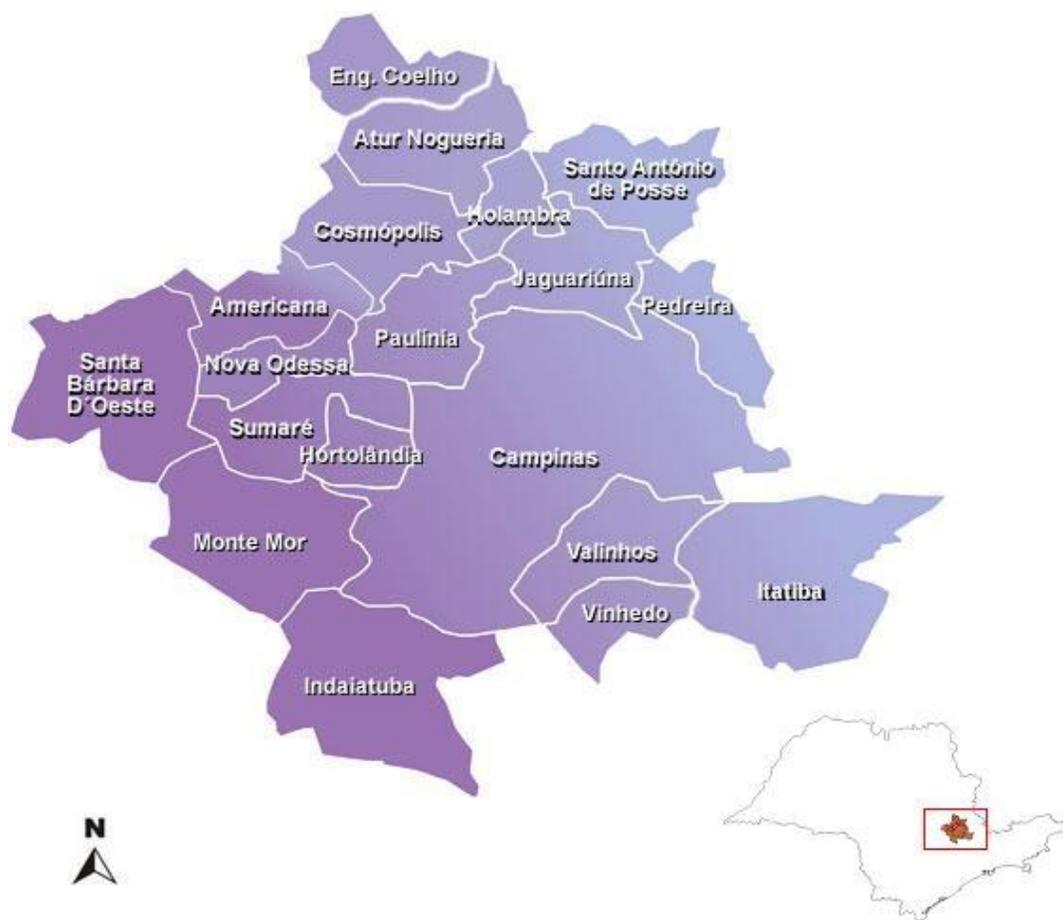


Figura 2. Região Metropolitana de Campinas (RMC)

Fonte: Emplasa

Ainda com a referida Lei Complementar, em seu artigo 3º, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, de caráter deliberativo e normativo, composto por um representante de cada município que a integra e por representantes do Estado de São Paulo nos campos funcionais de interesse comum.

Voltando à questão das relações verticais da gestão metropolitana, percebe-se, desde logo, que o governo estadual não centralizou os poderes e a autoridade para si, mas também não os descentralizou de maneira plena, a ponto de torná-la uma região policêntrica, o que nos remete às teorias de Neil Brenner, sobre o reescalonamento do poder diferente da descentralização (BRENNER, 2004), e de Bache e Flinders, sobre a governança multinível (BACHE & FLINDERS, 2005). Ademais, interessante ressaltar o caráter técnico e funcional do Conselho de Desenvolvimento, que atende aos seguintes campos: planejamento e uso do solo; transporte e sistema viário regional; habitação; saneamento básico; meio ambiente; desenvolvimento econômico; e atendimento social.

Este aspecto da eficiência da gestão metropolitana e de seu caráter técnico, em contraposição à rivalidade política que caracteriza as esferas de poder, nos remete às teorias que deram origem aos estudos sobre regiões metropolitanas nos Estados Unidos. Todo o debate norteamericano sobre a gestão metropolitana iniciou-se com a intenção de separar administração de política. Segundo Woodrow Wilson, Frank Goodnow e Frederick Taylor, a administração deveria ser considerada uma questão técnica, partindo de princípios científicos de gestão, e não uma questão política, envolvendo disputas pelo poder. Neste sentido, a região metropolitana

surgia como uma alternativa jurídica para se criar uma esfera de administração que não estivesse entre as unidades políticas definidas pela Constituição, atribuindo-lhes um caráter mais técnico-administrativo e menos político (STEPHENS & WIKSTROM, 2000, p. 31 e 32).

Segundo Chester Maxey:

A cidade como entidade política não é idêntica à comunidade metropolitana como fato social e econômico; então, como uma casa dividida contra si mesma, a região metropolitana se encontra obrigada a lutar pela conquista cívica entre os conflitos, as discórdias e divergências entre as diversas jurisdições que a compõem (MAXEY apud STEPHENS & WIKSTROM, 2000, p. 34)

Segundo Bruno DENTE (apud SEMEGHINI, 2006, p. 10 e 11), alguns requerimentos devem ser considerados ao se criar instituições com o objetivo de identificar os problemas, chegar a soluções e fazer a gestão metropolitana:

- ter um mandato de mediação claramente percebido por todos os agentes políticos, não se constituindo, assim, num novo nível de poder, o que pode minimizar a oposição e as tentativas de resistir à integração;
- dispor de expertise técnica, o que dependerá de relações diretas com instituições de pesquisa e/ou de burocracia profissional adequada;

- dispor de comando sobre recursos financeiros ou outros recursos valorizados, que parece ser uma das condições mais importantes para uma organização desse tipo;
- dispor de capacidade de inovação.

Ao considerarmos o desenvolvimento econômico como um tema de interesse da Região Metropolitana de Campinas e submetido à gestão do seu Conselho de Desenvolvimento que trabalha com sua unidade, reforçamos a nossa tese de que a teoria localista não se adéqua à RMC. Caso contrário, o desenvolvimento econômico da Região não seria uma questão trabalhada pelo referido Conselho, dentro de uma visão conjunta. Mesmo porque, qualquer competitividade entre as unidades da Metrópole seria um fator de empecilho para o trabalho conjunto dos seus representantes políticos no âmbito administrativo da Região. Esta visão pode ser constatada nas palavras do próprio presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMC, Gustavo Reis:

Acredito que todos os 19 prefeitos têm uma visão muito clara de que o desenvolvimento individual, com auxílio e a força de uma região metropolitana, se faz com a união de todos. Se ele não aproveitar o momento e o conceito de região metropolitana... Uma coisa é o Bertinho (Norberto de Olivério Júnior, do PPS, prefeito de Posse) ir lá em Brasília solicitar auxílio do governo federal, uma é o Hamilton (Bernardes Júnior, do PSB), de Pedreira, solicitar o mesmo apoio. Outra coisa é você ir falar enquanto região. O atendimento que os governos federal e estadual podem dar para uma pequena cidade ou para outra é diferenciado quando você fala: "Olha, temos aqui o PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), então nós vamos atender a Região Metropolitana de Campinas". É um outro nível de conversa, é uma outra força. (REIS, 2010)

Fortalecendo a tese da descentralização sem policentrismo, destaca-se a criação da Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), em 23 de setembro de 2003, pela Lei Complementar nº 946. Trata-se de entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo⁷, e que “tem por finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Campinas” (grifo nosso).

Mais uma vez, destaca-se o fato de que a Região Metropolitana tem a sua razão de ser fundamentada no interesse comum, descartando a competitividade entre seus membros e buscando uma gestão compartilhada de seus principais desafios. Consideremos, portanto, a RMC como uma unidade política sem governo, mas pautada por uma lógica de governança que incorpora diversos outros setores da sociedade, além de outras esferas de governo, e não apenas os representantes dos governos municipais.

Segundo Ulysses Semeghini,

uma reflexão bastante instigante diz respeito à necessidade de definição para as grandes metrópoles, de um projeto estratégico capaz de cimentar o consenso entre as forças sociais e políticas que a compõem. Tal projeto, concebido com o objetivo de alavancar o desenvolvimento e a competitividade metropolitanas, necessariamente precisa contemplar as transformações que estão ocorrendo na dinâmica territorial e nas relações interurbanas a nível internacional. (SEMEGHINI, 2006, p. 21)

⁷ Quando criada, a Agência Metropolitana de Campinas estava vinculada à Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo.

Segundo o Prof. Dr. Gustavo Zimmermann (UNICAMP), Diretor Executivo da Agência Metropolitana de Campinas, em entrevista que se encontra no Anexo deste trabalho, também deixa clara a visão de que a RMC surgiu para trabalhar em conjunto e de forma cooperativa entre seus membros, visando ao desenvolvimento da área metropolitana como um todo:

O papel da AGEMCAMP definido na Lei Complementar que a criou é uma harmonização entre as políticas do Estado de SP e dos municípios da RMC, no que diz respeito aos interesses comuns. Além disso, é missão da AGEMCAMP mitigar as diferenças de desenvolvimento na Região. Neste sentido, nós temos tentado estabelecer algumas ações e uma primeira tentativa foi feita com a Câmara de Comércio do Mercosul. Nós temos como missão mostrar a atratividade de todos os municípios, que não apenas Campinas, pois uma concentração de desenvolvimento em uma única cidade não é benéfica se seu entorno não acompanhá-lo. Não se trata de que Campinas vá brigar com as demais cidades ao entorno, mas sim, em caso de não conseguí-los, tentar atraí-los para as demais cidades. Ao se falar de uma região metropolitana institucionalizada, não importa a localização das empresas e o destino específico dos investimentos, mas sim toda a sua infraestrutura logística. (ANEXO, Entrevista)

Defendendo a ideia de “identidade metropolitana”, a Diretora Técnica-Adjunta da Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), Maria Célia Silva Caiado, acredita que a consciência dos cidadãos na hora de eleger seus representantes para o Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa pode ser a solução para o fortalecimento da Região Metropolitana. Quanto maior a representatividade da RMC nos poderes legislativos estadual e federal, maior será a força da Região para conquistar seus interesses e colocar em prática suas políticas de desenvolvimento (MENTALIDADE, 2010).

Isto reforça o fato de que o que prevalece na Região Metropolitana de Campinas é uma governança multinível. A legislação que instituiu a RMC e seus

órgãos só se faz perceber na prática por meio de uma gestão compartilhada, vertical e horizontal, e de uma representatividade no plano legislativo.

Importante destacar que a institucionalização da RMC, via Lei Complementar que a criou e outra que institui a autarquia que faz a gestão metropolitana (AGEMCAMP), não significa a centralização de poder nas mãos desta última, mas também evita a falta de governança que os autores críticos da teoria localista atribuem ao policentrismo.

Outro ponto importante a ser salientado é o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, cujos recursos advêm do Estado, dos Municípios, da União, de empréstimos nacionais e internacionais, de ajuda e cooperação internacional, de acordos intergovernamentais, do retorno das operações de crédito contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e concessionárias de serviços públicos, do produto de operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos, de doações de pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais.

Assim, voltamos mais uma vez às relações verticais que se estabelecem entre a Região Metropolitana e a União, reforçando a nossa hipótese de que a metrópole tem um papel estratégico na política nacional, ao se pensar no desenvolvimento nacional. E, portanto, a sua inserção internacional está vinculada às pretensões do governo nacional de inserção internacional do País.

No que diz respeito aos recursos que podem advir de acordos intergovernamentais, também fica confirmada a relação vertical que se faz presente

no sustento da Região Metropolitana de Campinas, haja vista não haver governo no âmbito da RMC. Ou seja, qualquer acordo intergovernamental, seja nacional ou internacional, será feito entre entes da federação e, depois, os recursos serão repassados para o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana.

Ainda com relação à governança multinível, destacamos, como exemplo, a possibilidade que é dada à AGEMCAMP de celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração direta e indireta, nacionais ou estrangeiros, para consecução de suas finalidades, de acordo com o art. 4º do Decreto Estadual nº 49.305, de 2004. Interessante notar, também, que mesmo tendo por finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum da Região, a AGEMCAMP terá, entre seus recursos, transferências da União, do Estado de São Paulo e dos municípios integrantes da RMC, de acordo com os artigos 3º e 4º da Lei Complementar Estadual nº 946.

Isto nos coloca a hipótese de que a AGEMCAMP teria condições de colocar em prática uma paradiplomacia regional, por conta própria, atendendo aos interesses da RMC acima de qualquer interesse municipal isoladamente, dentro do contexto do “novo regionalismo” que fundamenta sua existência.

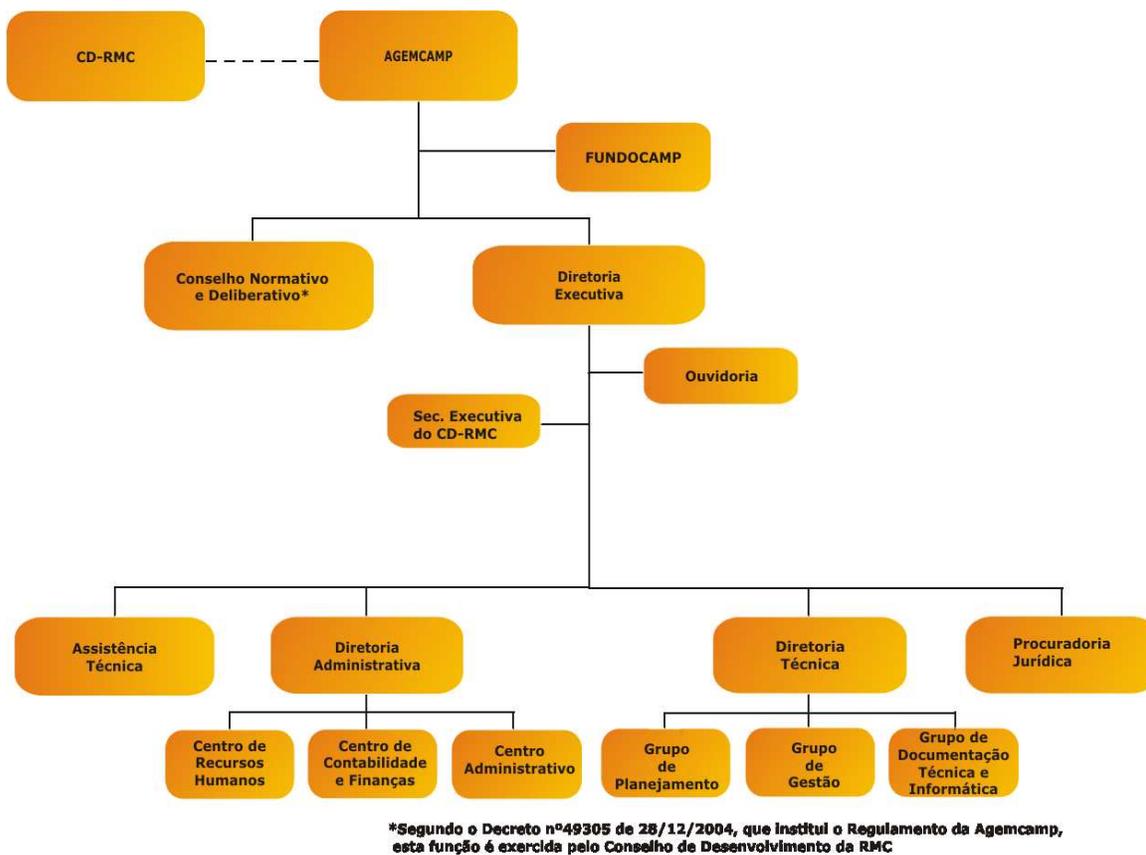


Figura 3. Estrutura Institucional da Região Metropolitana de Campinas

Fonte: Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP)

3.1. O perfil socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas

Com uma área de 3.645,67 km², a Região Metropolitana de Campinas corresponde a 1,47% do território do Estado de São Paulo. Em 2010, a população da RMC chegou a 2.798.477 habitantes, correspondente a 6,78% de toda população paulista e a 1,47% da população brasileira, com um crescimento de 1,64% ao ano, desde 2000 (acima da taxa do próprio estado, de 1,1% a.a.). A taxa de urbanização é de 97,43% com uma densidade demográfica de 767,62 habitantes por km² (AGEMCAMP, 2010).

A RMC se destaca por ser uma das mais prósperas regiões do País, com uma economia diversificada, integrando indústria, serviços e comércio. Com um Produto Interno Bruto (PIB) de 77,75 bilhões de reais e um PIB per capita de R\$ 28.453,71, a Região está à frente de economias como Uruguai, Paraguai e Bolívia. A **tabela 3** mostra a evolução do PIB regional e dos PIBs municipais desde 2002, quando a RMC já tinha sido institucionalizada. A RMC é a segunda região mais importante do Estado de São Paulo, tendo sido responsável, em 2008, por 7,75% do PIB paulista. Segundo dados de 2009, a participação da Região nas exportações do estado foi de 9,26% (Idem, ibidem).

Nas palavras do presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMC e Prefeito de Jaguariúna, Gustavo Reis:

A Região Metropolitana de Campinas se destaca. Ela hoje é, no Brasil, a segunda mais rica em termos econômicos. A primeira é São Paulo. A nossa região possui um PIB (Produto Interno Bruto) que se iguala ou até mesmo ultrapassa países da América Latina. Temos um grande potencial

econômico. É a força de um país. A RMC tem uma estrutura diferenciada em relação a outras regiões metropolitanas do País e até de outras regiões do Estado. (REIS, 2010)

De acordo com pesquisa realizada pela Austin Asis Consultoria, em 2010, e publicada pelo Grupo RAC, as 100 maiores empresas da Região arrecadam um total de quase R\$ 48 bilhões, próximo ao PIB da Costa Rica (GUAIAIME, 2010). Entre estas 100 empresas, 48 pertencem ao setor industrial, 43 ao setor de serviços, 5 ao setor de comércio e 4 a outros. Ainda com relação a este levantamento, constatamos que das 48 empresas do setor de serviços, 25 estão na cidade de Campinas (52%), reforçando o caráter de cidade internacional, de acordo com as teorias de Saskia SASSEN (1998; 2001) e de Panayotis SOLDATOS (1996).

Porém, para não tirarmos conclusões a partir de uma parcela das empresas da Região, tomamos como referência as estatísticas obtidas no site da Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), que mostram como os estabelecimentos⁸ estão divididos na RMC. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS), em 2009, os estabelecimentos da RMC se encontravam divididos na seguinte proporção: 2,88% agropecuária, 43,05% comércio, 12,87% indústria e 37,72% serviços (ver **tabelas 5, 7, 9, 11 e figura 6**). De acordo com a Fundação Seade, no que tange ao valor adicionado na economia da

⁸ Consideram-se como estabelecimento as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos. No caso dos estabelecimentos com mais de uma atividade econômica, leva-se em conta a atividade principal. (AGEMCAMP, 2010)

RMC, a participação dos setores se divide da seguinte forma: 0,48% agropecuária, 37,59% indústria, 61,92 serviços⁹ (AGEMCAMP, 2010).

As **tabelas 4 a 12** e as **figuras 5 e 6** mostram detalhes dessa divisão setorial da economia metropolitana, desde o ano 2002 até 2009, revelando também qual o perfil econômico de cada cidade (tipologia do PIB, **tabela 12**).

⁹ Inclui o Valor Adicionado agregado pela Administração Pública.

Tabela 3
Produto Interno Bruto (PIB) da RMC (em milhões de reais correntes)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
RMC	37.834,79	43.492,99	50.958,98	57.916,93	62.684,00	69.689,71	77.755,76
Americana	3.157,42	3.630,48	4.229,67	4.229,46	4.667,36	5.199,14	5.627,18
Artur Nogueira	259,86	234,99	253,38	302,95	381,55	413,26	434,44
Campinas	14.900,76	16.091,74	18.244,53	22.642,87	23.629,70	26.767,62	29.363,06
Cosmópolis	435,06	487,58	492,96	530,51	551,82	623,61	713,38
Engenheiro Coelho	100,32	100,52	111,76	120,20	196,64	186,79	214,69
Holambra	275,98	313,20	348,50	334,86	386,38	452,29	436,65
Hortolândia	965,77	1.227,16	1.847,43	2.605,39	3.147,30	3.900,57	4.712,86
Indaiatuba	1.676,90	2.443,89	3.150,15	3.341,31	3.503,13	3.997,44	4.596,43
Itatiba	1.344,47	1.639,44	1.824,33	1.911,88	2.099,36	2.541,38	2.549,78
Jaguariúna	882,65	1.524,92	2.527,60	1.950,48	2.316,71	2.385,68	1.937,26
Monte Mor	470,28	542,31	645,93	759,30	908,25	1.004,48	1.044,95
Nova Odessa	595,36	682,90	791,66	830,90	964,60	1.001,36	1.102,29
Paulínia	5.941,62	6.287,25	5.993,13	6.175,62	6.532,97	6.330,77	6.734,45
Pedreira	267,62	290,15	341,02	428,10	493,14	512,31	557,39
Sta. Bárbara d'Oeste	1.406,53	1.821,58	2.094,52	2.507,93	2.501,03	2.786,54	3.040,87
Sto. Antônio da Posse	167,02	178,66	199,73	272,99	385,20	364,50	344,20
Sumaré	2.190,82	2.754,99	3.921,45	4.634,90	4.966,81	5.624,05	6.796,22
Valinhos	1.352,66	1.656,33	1.954,94	2.101,06	2.433,71	2.660,95	3.107,96
Vinhedo	1.443,69	1.584,91	1.986,29	2.236,22	2.618,34	2.936,96	4.441,70

Fonte: AGEMCAMP

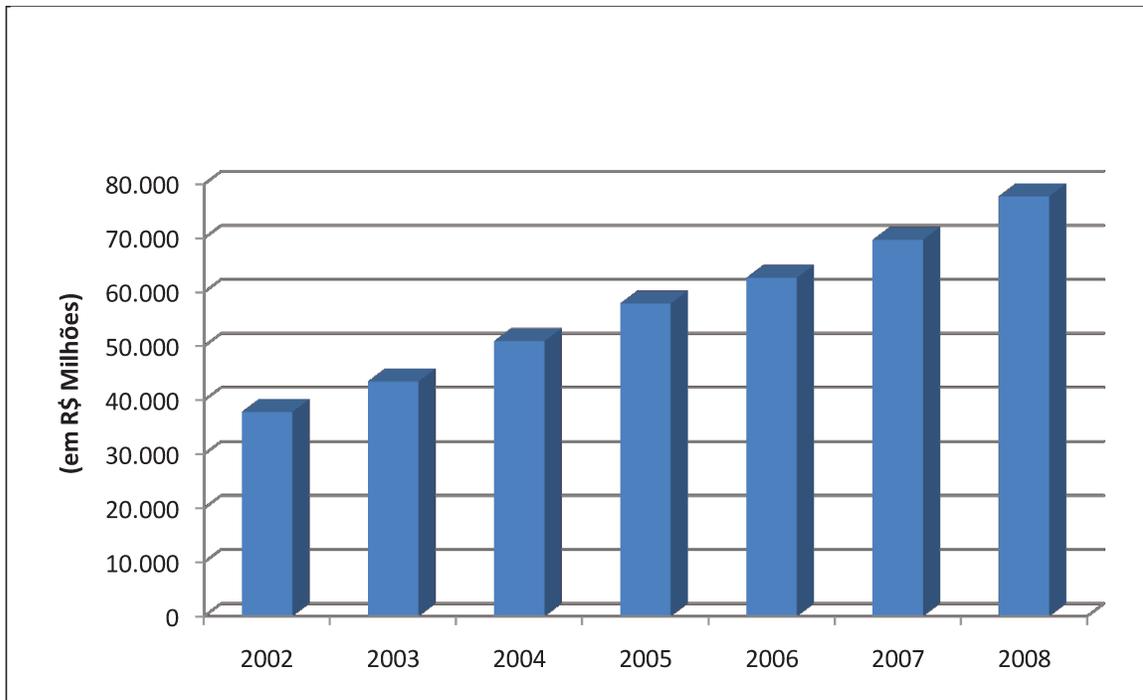


Figura 4. PIB da Região Metropolitana de Campinas

Fonte: AGEMCAMP

Nota-se que, no período considerado, não obstante o aumento do número de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana de Campinas, a proporção deles em relação ao total de estabelecimentos da Região diminui (**tabelas 4 e 5**). O mesmo fenômeno pode ser percebido em quase todas as 19 cidades, com exceção de 5 delas (Artur Nogueira, Holambra, Itatiba, Santa Bárbara D'Oeste e Vinhedo).

Outro fato importante é o número expressivo de estabelecimentos de serviços que se instalaram na RMC entre 2002 e 2009 (**tabela 10**). Neste caso, tanto a RMC quanto as 19 cidades, individualmente, tiveram aumento na taxa de proporção do setor terciário em relação ao total de estabelecimentos, diferentemente do ocorrido no caso das indústrias (**tabela 11**).

Segundo Saskia Sassen, no contexto da globalização, a demanda por prestação de serviços¹⁰ é cada vez maior na organização das indústrias (SASSEN, 1998, p. 76; 2001, p. 166 a 168).

O processo básico, visto da perspectiva da economia urbana, é a crescente demanda de serviços por parte das empresas em todas as indústrias e o fato de que as cidades são os locais preferidos de produção para tais serviços, seja em nível regional, nacional ou global. Como resultado, vemos nas cidades a formação de um novo núcleo econômico urbano de atividades bancárias e ligadas à prestação de serviços que acaba substituindo os núcleos orientados para as manufaturas. (SASSEN, 1998, p. 76)

¹⁰ A prestação de serviços engloba questões financeiras, legais e de gerenciamento geral; inovação; desenvolvimento; projetos arquitetônicos; administração; pessoal; tecnologia da produção; manutenção; transporte; comunicações; distribuição das vendas por atacado; publicidade; serviços de limpeza para as empresas; segurança e armazenamento. Os principais componentes da categoria da prestação de serviços são uma cadeia de indústrias que atende ao mesmo tempo um mercado consumidor e empresarial (...) (SASSEN, 1998, p. 78)

No caso específico da RMC, Ulysses Semeghini reforça, em sua tese de doutorado, que “foi sem dúvida a performance recente do setor terciário que tornou nítida a emergência da metrópole” (SEMEGHINI, 2006, p. 51).

A construção de modernos equipamentos de comércio (hipermercados, *shopping centers*, grandes revendedores de automóveis, etc), empreendimentos de grande porte em alimentação, entretenimento e hotelaria, a ampliação da oferta de serviços profissionais (médicos, dentistas, advogados) e de serviços voltados para empresas (engenharia, consultorias, contabilidade, propaganda, marketing, serviços técnicos, etc.), propiciam a consolidação de um padrão de consumo e de um modo de vida tipicamente metropolitano. Isso também contribui para dinamizar o setor imobiliário e gerar emprego, renda e impostos, reforçando o papel da metrópole. (Idem, p. 52)

Importante notar o fato de que mesmo com o setor industrial predominando na maioria das cidades da RMC (**tabela 12**), o município de Campinas (cidade-polo) se caracteriza por ter quase 50% da sua economia baseada em serviços (**tabela 11**). Isso nos permite concluir que grande parte das empresas de serviços que atendem a toda a Região estão concentrados no município de Campinas.

Ainda neste contexto de globalização, relevante é o cenário demonstrado pela **tabela 12**, com o perfil econômico das cidades. É de se destacar o fato de que Campinas é a única cidade da Região Metropolitana que mantém seu perfil multissetorial durante todo o período considerado. No que tange ao setor agropecuário, a Região demonstra um total distanciamento deste, haja vista que somente uma única cidade (Holambra) enquadra-se neste perfil.

Tabela 4**Total de Estabelecimentos Industriais na RMC**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RMC	6.404	6.491	6.676	6.942	7.239	7.473	7.769	7.893
Americana	967	978	1.026	1.103	1.174	1.209	1.224	1.238
Artur Nogueira	66	65	68	76	84	86	99	102
Campinas	1.894	1.894	1.883	1.916	1.915	1.932	1.991	1.986
Cosmópolis	86	89	90	84	91	92	103	98
Engenheiro Coelho	17	19	21	20	25	23	24	30
Holambra	21	20	19	24	24	25	26	28
Hortolândia	167	178	179	191	215	211	227	234
Indaiatuba	573	578	611	648	699	739	759	777
Itatiba	330	344	369	353	365	391	414	436
Jaguariúna	103	109	113	133	140	145	142	135
Monte Mor	74	77	75	76	74	80	86	85
Nova Odessa	201	217	220	227	239	248	241	253
Paulínia	151	155	159	155	171	167	188	190
Pedreira	304	302	296	314	320	334	343	351
Sta. Bárbara d'Oeste	590	606	642	676	708	733	778	804
Sto. Antônio da Posse	45	47	47	46	45	44	45	48
Sumaré	286	273	297	304	331	346	362	352
Valinhos	338	332	341	359	375	412	439	454
Vinhedo	191	208	230	237	244	256	278	292

Fonte: AGEMCAMP

Tabela 5

Proporção de estabelecimentos industriais no total de estabelecimentos da RMC (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RMC	13,88	13,68	13,51	13,38	13,44	13,40	13,26	12,87
Americana	21,26	20,94	21,09	21,48	22,06	21,93	21,01	20,45
Artur Nogueira	10,77	9,63	8,98	9,17	9,84	9,97	10,87	11,05
Campinas	8,71	8,51	8,28	8,11	7,91	7,72	7,59	7,30
Cosmópolis	12,16	12,55	11,64	10,82	11,25	11,08	12,10	10,77
Engenheiro Coelho	12,06	11,18	12,14	10,64	11,90	10,50	10,43	11,86
Holambra	4,61	4,40	3,89	4,89	4,75	4,65	4,69	4,98
Hortolândia	15,84	15,40	14,25	13,82	13,81	13,11	13,21	13,00
Indaiatuba	19,70	19,13	18,90	18,79	18,93	19,03	18,43	17,80
Itatiba	16,97	17,11	17,71	16,47	17,01	17,35	18,00	17,87
Jaguariúna	12,34	12,60	12,31	12,93	13,12	13,72	12,75	11,79
Monte Mor	14,68	14,72	13,61	13,13	12,29	12,12	12,67	12,06
Nova Odessa	29,17	31,27	30,77	29,71	28,93	28,67	26,99	26,77
Paulínia	12,06	11,74	11,17	10,37	11,27	10,99	11,47	10,71
Pedreira	32,37	31,52	30,27	28,97	28,62	28,40	28,35	28,33
Sta. Bárbara d'Oeste	25,72	25,79	25,68	25,97	26,01	26,27	26,59	25,79
Sto. Antônio da Posse	7,92	8,35	8,36	8,13	7,58	7,39	7,39	7,63
Sumaré	15,59	14,44	14,26	13,58	13,57	13,69	13,46	12,00
Valinhos	17,41	17,10	16,67	16,85	16,68	17,44	17,59	16,97
Vinhedo	16,74	17,01	17,54	17,20	17,15	17,24	17,45	17,53

Fonte: AGEMCAMP

Tabela 6**Total de estabelecimentos comerciais na RMC**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RMC	19.838	20.789	21.787	23.173	23.826	24.649	25.593	26.409
Americana	1.901	1.967	2.053	2.202	2.236	2.300	2.477	2.502
Artur Nogueira	282	329	357	373	417	409	413	434
Campinas	9.230	9.657	9.933	10.453	10.671	11.068	11.401	11.631
Cosmópolis	348	353	392	413	425	433	430	444
Engenheiro Coelho	49	58	61	66	72	77	77	82
Holambra	169	162	170	164	164	179	183	185
Hortolândia	524	577	639	713	782	823	854	889
Indaiatuba	1.269	1.362	1.502	1.604	1.663	1.726	1.833	1.912
Itatiba	812	849	857	910	885	939	950	1.001
Jaguariúna	360	383	416	459	466	458	472	481
Monte Mor	163	172	189	198	221	231	253	257
Nova Odessa	258	258	276	313	334	355	365	389
Paulínia	604	646	705	744	729	713	733	766
Pedreira	389	402	417	481	506	547	556	565
Sta. Bárbara d'Oeste	1.098	1.142	1.188	1.247	1.260	1.298	1.344	1.440
Sto. Antônio da Posse	231	227	224	233	238	239	247	268
Sumaré	927	981	1.049	1.126	1.199	1.227	1.295	1.394
Valinhos	728	734	781	858	926	974	1.012	1.080
Vinhedo	496	530	578	616	632	653	698	689

Fonte: AGEMCAMP

Tabela 7**Proporção de estabelecimentos comerciais no total de estabelecimentos da RMC (%)**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RMC	43,01	43,81	44,11	44,66	44,23	44,19	43,68	43,05
Americana	41,79	42,12	42,20	42,87	42,01	41,72	42,52	41,32
Artur Nogueira	46,00	48,74	47,16	44,99	48,83	47,39	45,33	47,02
Campinas	42,43	43,38	43,68	44,24	44,07	44,21	43,46	42,74
Cosmópolis	49,22	49,79	50,71	53,22	52,53	52,17	50,53	48,79
Engenheiro Coelho	34,75	34,12	35,26	35,11	34,29	35,16	33,48	32,41
Holambra	37,06	35,60	34,84	33,40	32,48	33,27	33,03	32,92
Hortolândia	49,72	49,91	50,88	51,59	50,22	51,15	49,71	49,39
Indaiatuba	43,62	45,08	46,46	46,52	45,03	44,44	44,50	43,81
Itatiba	41,75	42,24	42,28	42,46	41,24	41,66	41,30	41,02
Jaguariúna	43,11	44,28	45,32	44,61	43,67	43,33	42,37	42,01
Monte Mor	32,34	32,89	34,30	34,20	36,71	35,00	37,26	36,45
Nova Odessa	37,45	37,18	38,60	40,97	40,44	41,04	40,87	41,16
Paulínia	48,24	48,94	49,51	49,77	48,06	46,94	44,72	43,18
Pedreira	41,43	41,96	42,64	44,37	45,26	46,51	45,95	45,60
Sta. Bárbara d'Oeste	47,86	48,60	47,52	47,91	46,29	46,52	45,93	46,18
Sto. Antônio da Posse	40,67	40,32	39,86	41,17	40,07	40,17	40,56	42,61
Sumaré	50,55	51,90	50,36	50,29	49,16	48,54	48,14	47,53
Valinhos	37,51	37,80	38,19	40,26	41,19	41,22	40,54	40,36
Vinhedo	43,47	43,34	44,09	44,70	44,41	43,97	43,82	41,36

Fonte: AGEMCAMP

Tabela 8**Total de estabelecimentos do setor agropecuário na RMC**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RMC	1.645	1.680	1.702	1.741	1.732	1.751	1.751	1.767
Americana	19	19	16	22	17	20	16	15
Artur Nogueira	104	112	117	132	134	137	145	130
Campinas	310	301	306	312	312	312	302	315
Cosmópolis	38	37	34	36	33	31	27	33
Engenheiro Coelho	42	51	50	56	54	55	62	60
Holambra	174	183	193	197	195	201	211	214
Hortolândia	16	16	20	20	25	23	18	13
Indaiatuba	113	122	100	112	129	149	149	151
Itatiba	132	136	132	130	123	133	130	132
Jaguariúna	100	94	101	103	106	89	101	99
Monte Mor	131	137	139	147	140	143	132	138
Nova Odessa	24	21	25	25	19	20	19	20
Paulínia	42	47	44	46	48	41	44	43
Pedreira	55	61	58	51	51	48	53	53
Sta. Bárbara d'Oeste	37	33	35	32	32	35	35	38
Sto. Antônio da Posse	106	107	106	106	106	113	108	102
Sumaré	44	49	69	61	63	69	72	68
Valinhos	108	105	100	100	100	93	100	101
Vinhedo	50	49	57	53	45	39	27	42

Fonte: AGEMCAMP

Tabela 9

Proporção de estabelecimentos do setor agropecuário no total de estabelecimentos da RMC (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RMC	3,57	3,54	3,45	3,36	3,22	3,14	2,99	2,88
Americana	0,42	0,41	0,33	0,43	0,32	0,36	0,27	0,25
Artur Nogueira	16,97	16,59	15,46	15,92	15,69	15,87	15,92	14,08
Campinas	1,42	1,35	1,35	1,32	1,29	1,25	1,15	1,16
Cosmópolis	5,37	5,22	4,40	4,64	4,08	3,73	3,17	3,63
Engenheiro Coelho	29,79	30,00	28,90	29,79	25,71	25,11	26,96	23,72
Holambra	38,16	40,22	39,55	40,12	38,61	37,36	38,09	38,08
Hortolândia	1,52	1,38	1,59	1,45	1,61	1,43	1,05	0,72
Indaiatuba	3,88	4,04	3,09	3,25	3,49	3,84	3,62	3,46
Itatiba	6,79	6,77	6,51	6,07	5,73	5,90	5,65	5,41
Jaguariúna	11,98	10,87	11,00	10,01	9,93	8,42	9,07	8,65
Monte Mor	25,99	26,20	25,23	25,39	23,26	21,67	19,44	19,57
Nova Odessa	3,48	3,03	3,50	3,27	2,30	2,31	2,13	2,12
Paulínia	3,35	3,56	3,09	3,08	3,16	2,70	2,68	2,42
Pedreira	5,86	6,37	5,93	4,70	4,56	4,08	4,38	4,28
Sta. Bárbara d'Oeste	1,61	1,40	1,40	1,23	1,18	1,25	1,20	1,22
Sto. Antônio da Posse	18,66	19,01	18,86	18,73	17,85	18,99	17,73	16,22
Sumaré	2,40	2,59	3,31	2,72	2,58	2,73	2,68	2,32
Valinhos	5,56	5,41	4,89	4,69	4,45	3,94	4,01	3,77
Vinhedo	4,38	4,01	4,35	3,85	3,16	2,63	1,69	2,52

Fonte: AGEMCAMP

Tabela 10
Total de estabelecimentos do setor de serviços na RMC

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RMC	16.645	17.021	17.746	18.554	19.549	20.215	21.537	23.141
Americana	1.490	1.563	1.624	1.659	1.746	1.817	1.916	2.093
Artur Nogueira	145	155	204	237	208	219	239	241
Campinas	9.522	9.670	9.896	10.226	10.606	10.915	11.610	12.296
Cosmópolis	213	210	235	228	245	257	268	307
Engenheiro Coelho	32	42	40	45	58	63	65	79
Holambra	89	84	103	100	104	108	124	127
Hortolândia	298	341	370	414	485	492	545	583
Indaiatuba	879	889	950	1.011	1.132	1.192	1.286	1.400
Itatiba	589	594	598	660	682	681	703	762
Jaguariúna	251	259	273	316	336	348	368	401
Monte Mor	119	126	136	144	152	188	184	196
Nova Odessa	179	172	177	185	216	221	242	249
Paulínia	398	426	468	507	516	546	609	701
Pedreira	182	183	194	225	229	236	248	261
Sta. Bárbara d'Oeste	522	522	586	607	675	681	711	771
Sto. Antônio da Posse	174	167	166	171	187	180	191	193
Sumaré	507	519	576	650	739	786	827	928
Valinhos	686	698	742	741	766	791	857	956
Vinhedo	370	401	408	428	467	494	544	597

Fonte: AGEMCAMP

Tabela 11

Proporção de estabelecimentos do setor de serviços no total de estabelecimentos da RMC (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RMC	36,09	35,87	35,93	35,76	36,29	36,24	36,76	37,72
Americana	32,75	33,47	33,38	32,30	32,80	32,96	32,89	34,57
Artur Nogueira	23,65	22,96	26,95	28,59	24,36	25,38	26,23	26,11
Campinas	43,77	43,44	43,52	43,28	43,80	43,60	44,25	45,19
Cosmópolis	30,13	29,62	30,40	29,38	30,28	30,96	31,49	33,74
Engenheiro Coelho	22,70	24,71	23,12	23,94	27,62	28,77	28,26	31,23
Holambra	19,52	18,46	21,11	20,37	20,59	20,07	22,38	22,60
Hortolândia	28,27	29,50	29,46	29,96	31,15	30,58	31,72	32,39
Indaiatuba	30,22	29,43	29,38	29,32	30,65	30,69	31,22	32,08
Itatiba	30,28	29,55	29,50	30,80	31,78	30,21	30,57	31,23
Jaguariúna	30,06	29,94	29,74	30,71	31,49	32,92	33,03	35,02
Monte Mor	23,61	24,09	24,68	24,87	25,25	28,48	27,10	27,80
Nova Odessa	25,98	24,78	24,76	24,21	26,15	25,55	27,10	26,35
Paulínia	31,79	32,27	32,87	33,91	34,01	35,94	37,16	39,52
Pedreira	19,38	19,10	19,84	20,76	20,48	20,07	20,50	21,07
Sta. Bárbara d'Oeste	22,76	22,21	23,44	23,32	24,80	24,41	24,30	24,73
Sto. Antônio da Posse	30,63	29,66	29,54	30,21	31,48	30,25	31,36	30,68
Sumaré	27,64	27,46	27,65	29,03	30,30	31,09	30,74	31,64
Valinhos	35,34	35,94	36,28	34,77	34,07	33,47	34,33	35,72
Vinhedo	32,43	32,79	31,12	31,06	32,82	33,27	34,15	35,83

Fonte: AGEMCAMP

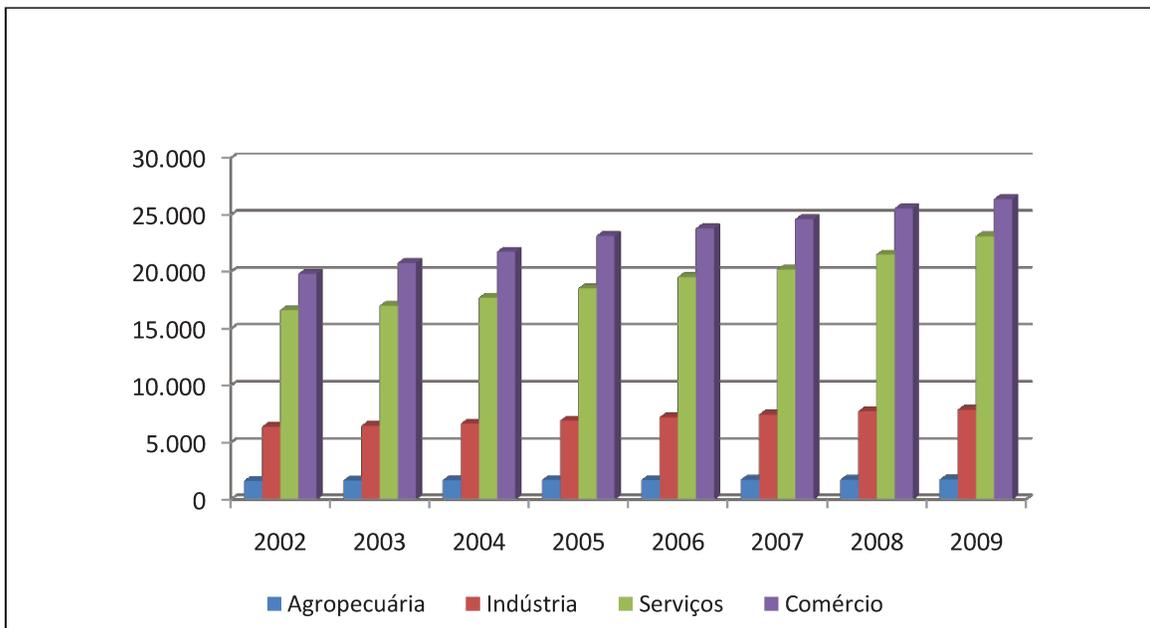


Figura 5. Total de Estabelecimentos na RMC

Fonte: AGEMCAMP

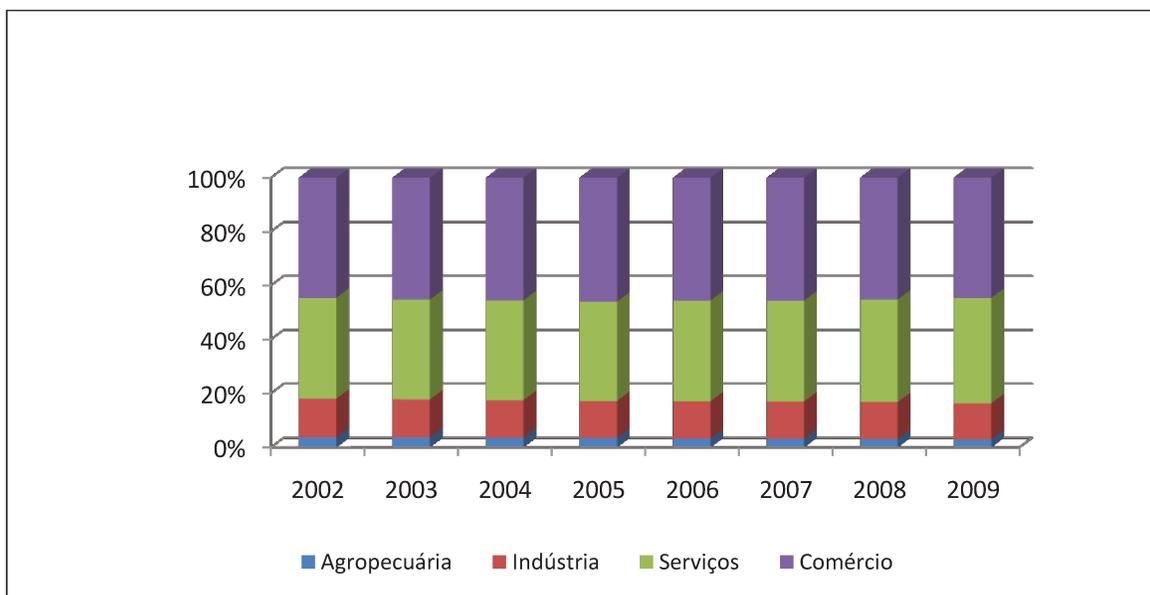


Figura 6. Porcentagem de estabelecimentos por setor na RMC

Fonte: AGEMCAMP

Tabela 12**Perfil Econômico das Cidades da RMC (Tipologia do Produto Interno Bruto)**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Americana	Industrial c/ RE*	Industrial c/ RE					
Artur Nogueira	Serviços						
Campinas	Multi-setorial						
Cosmópolis	Serviços	Industrial	Serviços	Serviços	Industrial	Serviços	Industrial
Engenheiro Coelho	Industrial	Industrial	Serviços	Serviços	Industrial	Serviços	Serviços
Holambra	Agro-pecuário c/ RE						
Hortolândia	Industrial	Serviços	Multi-setorial	Multi-setorial	Multi-setorial	Multi-setorial	Multi-setorial
Indaiatuba	Industrial c/ RE						
Itatiba	Industrial						
Jaguariúna	Industrial						
Monte Mor	Industrial						
Nova Odessa	Industrial						
Paulínia	Multi-setorial	Multi-setorial	Multi-setorial	Industrial c/ RE	Industrial c/ RE	Industrial c/ RE	Industrial c/ RE
Pedreira	Serviços						
Sta. Bárbara d'Oeste	Industrial c/ RE						
Sto. Antônio da Posse	Serviços						
Sumaré	Industrial c/ RE						
Valinhos	Industrial	Industrial	Industrial	Industrial	Industrial	Industrial	Industrial c/ RE
Vinhedo	Industrial	Industrial	Industrial	Industrial	Industrial c/ RE	Industrial c/ RE	Industrial c/ RE

*RE: Relevância no Estado

Fonte: AGEMCAMP

Retomando o debate sobre o vínculo de Campinas (e sua Região) com São Paulo, outro dado que fortalece o nosso argumento de que a cidade de Campinas segue como uma extensão da metrópole paulistana, e neste processo segue a RMC como um todo, é o perfil multissetorial de diversas cidades da Grande São Paulo, desde o momento em que a Região Metropolitana de Campinas foi criada (SEADE, 2010).

Tal fato nos permite entender que, apesar de a cidade de Campinas não pertencer, formalmente, à Região Metropolitana de São Paulo (cuja criação se deu em 1973), ela já vinha compartilhando com as cidades da RMSP o processo de diversificação econômica, decorrente da expansão das atividades que se concentravam na capital do Estado.

De acordo com Maria Flora Gonçalves e Ulysses Cidade Semeghini, desde a década de 1970, o Estado de São Paulo acompanha uma notável mudança na estrutura da sua rede urbana, tendo alterado o “papel de São Paulo como a grande metrópole do País, ao reduzir-se significativamente o desempenho de sua tradicional função industrial e desenvolverem-se nela funções e papéis novos”. Como consequência disso, “mudou também a relação entre a Metrópole e o Interior”, de modo que este último “acolheu parte significativa da desconcentração relativa da indústria metropolitana” (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002, p. 28 e 29).

Ainda segundo os mesmos autores:

(...) coube à cidade de Campinas papel relevante e singular nesse processo: tanto por comandar a região que assumiu em definitivo a liderança da expansão industrial no Interior (e lugar destacado na produção brasileira),

como por assumir papéis e funções que a configurariam em nova metrópole, de âmbito regional (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002, p. 28 e 29).

No que diz respeito à hipótese que já tanto ressaltai neste trabalho, sobre a interdependência das cidades da RMC e o vínculo de todas com a cidade de Campinas, isso pode ser analisado como consequência de um processo de metropolização que vem se desenvolvendo antes mesmo de sua institucionalização, e definido por dois movimentos:

(...) um, físico, de expansão da malha urbana configurando um espaço urbanizado interligado nucleado por Campinas, mesmo que ainda permeado por vazios; outro, socioeconômico e político-administrativo, em que se articula um conjunto de atividades que se alavancam mutuamente (produção, consumo, habitação, serviços, comunicações), atando a cidade-núcleo às cidades periféricas e conferindo a essa área uma sinergia particular (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002, p. 29)

Voltando mais atrás na história da Região, ainda nas primeiras décadas do século XX, Wilson CANO e Carlos BRANDÃO (2002, p. 401) colocam:

A diversificada agricultura regional, com destaque para o café, cana-de-açúcar, laranja e fruticultura, implementou alta complementaridade articulada das atividades agropecuárias com as industriais e terciárias, com as dos serviços financeiros, de transporte, armazenagem, comercialização, além dos serviços produtivos de apoio. Em outras palavras, são justamente a densidade das conexões e as interdependências de suas atividades setoriais que passam a imprimir a principal característica que atesta o grau de modernização e complexidade da estrutura produtiva de sua metrópole.

Ainda, segundo os mesmos autores, a partir do final dos anos 1940, com a abertura e o asfaltamento da Via Anhanguera, afirma-se o processo de “expansão

produtiva e de articulação física e econômica interioranas, fortalecendo ainda mais seu polo”, estabelecendo-se “uma maior e crescente divisão intrarregional do trabalho, sob o comando de Campinas, estendendo também a seu entorno regional efeitos propagadores de seu progresso (CANO & BRANDÃO, 2002, p. 401).

Como bem destacam Gonçalves e Semeghini, a formação da Região Metropolitana de Campinas tem um processo diferente daquela da capital paulista, expressando “uma grande mudança na forma de organização urbana do território, possibilitada pela tecnologia que permite uma produção industrial da cidade” e “por novas combinações entre o poder público e o privado”, tendo em vista uma tendência nacional que se faz e reflete em diferentes pontos do País, conforme suas vantagens competitivas (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002, p. 29).

Ao considerar Campinas e sua Região Administrativa, que já existe antes da Região Metropolitana e tem uma área geográfica mais ampla, Gonçalves e Semeghini destacam 3 características que sempre distinguiram esta Região das demais regiões do Estado de São Paulo. Primeiramente, uma estrutura diferenciada e integrada da divisão social do trabalho, com maior disseminação das relações mercantis de produção e uma “potente dinâmica econômica interssetorial e inter-regional”. Em segundo lugar, a função de centralidade do município de Campinas frente à sua região (ampla e rica região do Estado de São Paulo), desde a economia cafeeira até os dias atuais, de industrialização pesada, tendo sido “sempre um fator de estímulo à base econômica local”. Por fim, em consequência das duas anteriores, está a posição estratégica de Campinas no território, colocando-se como “interface

entre a Capital e o Interior, no processo de desenvolvimento econômico paulista” (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002, p. 37).

No que diz respeito ao intercâmbio das esferas de governo no processo de desenvolvimento regional, Wilson Cano afirma que “diversas políticas governamentais (federais, estaduais e municipais) induziram intenso processo de interiorização do desenvolvimento, especialmente em Campinas e região” (CANO apud CANO & BRANDÃO, 2002, p. 402).

Barjas Negri destaca as políticas posteriores ao Plano de Metas, que “incentivaram exportações, agroindústrias, o Proálcool, e ampliaram os investimentos públicos produtivos em infraestrutura de transportes e comunicações e ciência e tecnologia (UNICAMP, Replan, CPqD, CTI, etc.)”, além das políticas municipais de vários municípios da região que reforçaram este processo (NEGRI apud CANO & BRANDÃO, 2002, p. 402).

Vale notar que muitos resultados dessas políticas, que hoje se enquadram como características de uma região internacionalizada, surgiram muito antes de se pensar na RMC como uma região metropolitana institucionalizada. Ou seja, antes mesmo de estarmos iniciando uma “consciência metropolitana”, os governos federal e estadual já tinham suas preocupações em aproveitar as oportunidades que as vantagens locais propiciavam para o desenvolvimento. Isto reforça, ainda mais, a nossa hipótese de que o desenvolvimento nacional pensado pelo Estado-nação não pode prescindir das vocações regionais, sendo essas também de interesse nacional. A Replan é um exemplo disso, pois a construção de uma refinaria de petróleo demanda um planejamento cuidadoso do local, levando-se em consideração

diversos fatores que permitam a eficácia do empreendimento, sendo um deles a posição estratégica.

Todo este desenvolvimento regional atraiu grandes empresas e ampliou a rede de pequenas e médias empresas da região, intensificando as relações com os setores agropecuário e terciário. A diversificação da estrutura produtiva regional aumentou a presença de setores mais complexos, induzindo uma notável expansão do setor terciário, que se diversifica e sofisticada, ampliando o peso das grandes e modernas redes comerciais, financeiras, serviços de consultoria técnica, serviços especializados de saúde e de educação, entre outros (CANO & BRANDÃO, 2002, p. 402).

De acordo com PACHECO & BRITO CRUZ (2003):

Entretanto, foi sem dúvida a performance recente do setor terciário que tornou nítida a emergência da metrópole. Ainda nos anos setenta, e seguindo uma tendência que remonta à época do café, Campinas consolidaria alguns aparatos setoriais de serviços voltados ao mercado estadual e mesmo nacional: é o caso do complexo aeroportuário, de setores do comércio atacadista como o de combustíveis, e dos complexos médico/hospitalar e de ensino superior, ciência e tecnologia.

Dentre as empresas dos setores industrial e terciário, encontra-se uma gama de empresas internacionais. Percebe-se, desde logo, que a Região Metropolitana de Campinas segue a tendência de região internacional, de acordo com as características colocadas por Saskia Sassen, ao definir como tal os locais fundamentais para finanças e serviços especializados destinados às empresas, bem como aqueles apropriados para as empresas produtoras de inovação (SASSEN,

1998, p. 16). Mesmo sem considerarmos o elo com a Região Metropolitana de São Paulo, e ainda antes de se tornar uma Região Metropolitana definida por lei estadual, já é possível perceber o processo de inserção internacional para o qual caminhava a RMC.

No que concerne ao sistema financeiro, Wilson Cano e Carlos Brandão justificam a posição inferior da RMC frente a outras regiões metropolitanas brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Recife, tomando como referência a variável *depósitos bancários*. Numa simples comparação entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, notamos que os depósitos bancários realizados na primeira correspondem a 49,26% do total brasileiro, enquanto na segunda, 0,96% do total. Se considerarmos apenas o Estado de São Paulo, essa porcentagem fica em 91,95% e 1,39%, respectivamente (CANO & BRANDÃO, 2002, p. 405; SEADE, 2010).

A proximidade com a maior metrópole brasileira deve explicar esta posição reduzida de Campinas, o que reflete a complexidade dos efeitos que esta proximidade exerce sobre a RMC. Sob alguns aspectos, como a localização industrial, e mesmo a oferta de serviços empresariais e de utilidade pública, a proximidade é uma vantagem comparativa. Em outros aspectos, entre os quais se destacam a movimentação financeira e serviços culturais, a proximidade é uma desvantagem. Para a produção e comercialização de alguns bens e serviços, a região de influência de Campinas é limitada pela da RMSP (CANO & BRANDÃO, 2002, p. 405).

De qualquer forma, Maria Flora Gonçalves e Ulysses Semeghini afirmam que Campinas é uma das principais praças bancárias do País, devido ao fluxo de importações e exportações do Aeroporto de Viracopos, o que “induziu ainda a

instalação de inúmeros escritórios especializados em operações externas e de bancos estrangeiros” (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002, p. 42).

Assim, seja na sua tendência autônoma de internacionalização ou como decorrência de sua interdependência com a Região Metropolitana de São Paulo, conformando uma macrometrópole global, podemos verificar o enquadramento da RMC na terceira característica que, segundo Panayotis Soldatos, conforma uma cidade internacional (ver p. 73 e 74).

Importante destacar que o conceito de interdependência se aplica de modo decisivo ao caso da inserção internacional, na medida em que esta só se consolida de maneira plena se considerarmos a RMC como um todo, além do vínculo desta última com a própria Região Metropolitana de São Paulo e com a Baixada Santista. Afinal, como bem coloca Manoel Lemes da Silva Neto:

A criação da RMC, em 2000, institucionaliza que o fato metropolitana em São Paulo está basicamente organizado por meio das interconexões e complementaridades da Região de Campinas com as outras regiões metropolitanas do Estado: São Paulo e Baixada Santista. Estruturado linearmente, esse eixo metropolitano é composto, em síntese, pela área portuária da Baixada Santista, pelo centro político-administrativo e econômico-financeiro representado pela Grande São Paulo e pelos setores econômicos voltados à concretização do novo mercado em Campinas (SILVA NETO, 2008, p. 60)

Como já vimos, é improvável a cidade de Campinas se tornar uma cidade global, estando a quase 100 km de uma que já se consolidou como tal, o que nos leva a defender a tese de que a macrometrópole é global, por um processo de *spillover*, a partir da RMSP, cuja cidade-polo é uma cidade global, de acordo com a tese de Saskia SASSEN (1998; 2001).

Do ponto de vista exclusivamente funcional, o que se observa é que a RMC integra uma territorialidade de conformação gravitacional nucleada em São Paulo. Empiricamente, os centros urbanos complementares dessa conformação, exceto Santos, distanciam-se espacialmente da capital em média 95 km (...) (SILVA NETO, 2008, p. 61).

Assim como aconteceu com a Região Metropolitana de Campinas, em que as cidades periféricas ganharam força em seus desenvolvimentos, a partir da expansão de todos os setores que se concentravam na cidade-polo, além da expansão da diversidade de produção, aproveitando de uma estrutura viária integrada, também ocorreu o mesmo processo no sentido capital-interior.

Além de ser bastante articulada com a maior metrópole nacional, São Paulo, a RMC exerce intensa influência sobre outros importantes centros regionais, inclusive de estados limítrofes. A região se insere dinamicamente no núcleo urbano-industrial, que tem como epicentro São Paulo, e que polariza um vasto território de elevado nível de desenvolvimento. Na verdade, o processo de interiorização do desenvolvimento ampliou ainda mais a complexidade funcional dos centros urbanos paulistas, com interações de múltipla natureza, gerando uma rede urbana articulada, fenômeno que encontra uma de suas expressões mais claras na região de Campinas. (PACHECO & BRITO CRUZ, 2003)

Enfim, de forma análoga à divisão internacional do trabalho, nenhuma cidade é capaz de produzir tudo o que precisa, nem mesmo ter em seu próprio território todos os serviços que atendam às suas demandas. Neste sentido, uma região metropolitana se caracteriza por um processo de interdependência e complementaridade econômicas, que são geridas por um processo político de governança multinível.

Em um mundo globalizado, conforme já vimos nos primeiros capítulos deste trabalho, a governança multinível extrapola as fronteiras nacionais e, somada a uma paradiplomacia, torna-se um caminho de oportunidade para conquistas de novos mercados no plano global, além de novas estratégias de cooperação com vistas ao desenvolvimento local, regional e, conseqüentemente, nacional.

Veremos, no próximo capítulo, como a RMC utiliza desta estratégia de governança multinível e da paradiplomacia municipal da cidade-polo para consolidar sua inserção internacional.

4. A inserção internacional da Região Metropolitana de Campinas

Finalizado o processo de demonstração da interdependência intrametropolitana e tendo comprovado que a RMC pode ser estudada como um espaço único e integrado, sem a necessidade de analisarmos seus municípios de forma isolada, é possível analisarmos o processo de sua inserção internacional, bem como os fatores que o determinam.

Conforme já mencionamos anteriormente, a RMC poderia ser analisada como uma parte do Complexo Metropolitano Expandido de São Paulo, conformando a primeira macrometrópole do Hemisfério Sul, de forma que a sua inserção internacional poderia ser caracterizada pelo fenômeno do *spillover* a partir de uma cidade global, que transferiu para seu entorno uma grande diversidade da sua dinâmica econômica.

No entanto, uma conclusão como esta não seria digna de uma tese e estaria muito aquém do nosso projeto original, que considera a inserção internacional da RMC como algo que se caracteriza a partir de sua dinâmica própria, e de sua governança multinível, ainda que ela possa ter seus benefícios e obstáculos por conta da proximidade com a cidade de São Paulo.

Retomando o nosso debate inicial entre as teorias neo-realista e da interdependência complexa, e na tentativa de conciliar a participação de novos atores nas relações internacionais, sem desmistificar o Estado-nação e retirar-lhe o papel de ator principal no sistema internacional, nossa intenção é demonstrar, neste capítulo, como a inserção internacional da RMC se faz em paralelo com o interesse

do Estado-nação de promover o seu desenvolvimento. E, por sua vez, na medida em que este desenvolvimento se faz, hoje, por meio de uma abertura para o mundo – em busca de investimentos estrangeiros, mercados consumidores externos, cooperação científica e tecnológica, aquisição de novos conhecimentos e recebimento de mão-de-obra especializada, exportação e importação de cultura, etc. –, é imprescindível que a esfera federal de governo planeje todo o seu investimento, mesmo quando este se faça por meio de transferência de recursos para regiões específicas do País, pensando na possibilidade de ampliar sua inserção internacional.

Neste ponto, interessante colocar em discussão uma passagem de um trabalho escrito por Brian HOCKING (2004, p. 88), no qual, fazendo uma analogia à tese de Michael Keating, ele coloca que “os interesses nacionais regionais têm à sua disposição vários caminhos para influenciar a política externa, alguns dos quais podem envolver estruturas políticas regionais”:

- através de governos nacionais via órgãos regionais;
- diretamente, através de governos nacionais;
- diretamente, através de órgãos regionais;
- diretamente, junto ao sistema internacional, sem qualquer intermédio.

As questões que colocamos são as seguintes: até que ponto são as regiões que estão interessadas em influenciar a política externa se elas mesmas, diretamente ou por meio de outros atores, têm procurado colocar em prática as suas

paradiplomacias? Até que ponto não é o governo nacional que está interessado em influenciar essa paradiplomacia ou, ao menos, ter um controle sobre ela ou deixá-la fluir, sabendo dos obstáculos ou das oportunidades que ela pode render? Como procede essa paradiplomacia, somada aos programas de desenvolvimento do governo federal?

Ao levarmos em conta a atuação internacional das regiões, hoje em dia, bem como das instituições públicas e privadas que fazem as suas relações internacionais, podemos perceber que existe, sim, uma consequência de uma política de desenvolvimento nacional, que não deixa de ser levada em consideração pela política externa nacional. Afinal, qualquer política externa tem como objetivo os interesses do país, ainda mais quando se trata de desenvolvimento econômico e social.

Nosso trabalho tem a intenção de demonstrar o papel dos novos atores como colaboradores do Estado, no sentido de obter uma maior relevância no sistema internacional. Processo este que acontece num ciclo vicioso de causa e efeito. Mais especificamente, ao trabalharmos a inserção internacional da Região Metropolitana de Campinas (RMC), estamos considerando suas consequências para o País, nas suas vantagens competitivas, que, por sua vez, só terá continuidade com uma ação governamental conjunta, em todas as esferas, além da participação do setor privado, mantendo os fatores causais.

Conforme vimos no início desta tese, o processo de globalização tem seu impacto direto nas regiões e localidades que, por sua vez, se sentem pressionadas a agir na solução de problemas que, antes, estavam restritos à agenda política do

governo central. Não obstante essa atuação dos governos locais, junto com atores não-estatais, o governo federal também se vê obrigado a agir, pois muitos são problemas que afetam a ordem nacional. Conseqüentemente, aumentam os investimentos da esfera federal para a estadual e a municipal, os quais muitas vezes estão voltados para a implementação e a melhoria de fatores que estão na base da competitividade internacional, aumentando a inserção internacional da localidade e/ou da região, bem como do Estado-nação.

De acordo com o que colocamos acima, ao contrário da tese de Kenichi Ohmae, a “perfuração” das fronteiras, consequência da globalização, acaba sendo um fator determinante para o fortalecimento do Estado e para a criação de novos espaços de desenvolvimento econômico, que surgem de acordo com suas características de vantagem competitiva (*new state spaces*).

Conforme veremos, a internacionalização de uma cidade ou região, de acordo com Panayotis Soldatos, tem muitas de suas variáveis coincidentes com as condições de fatores que determinam a vantagem competitiva, de acordo com a tese de Michael Porter. Nosso objetivo, neste capítulo é justamente demonstrar como a Região Metropolitana de Campinas, em um sistema de governança multinível, que inclui atores nacionais e internacionais, públicos e privados, busca atingir esta vantagem competitiva, enquadrando-se em características que a conformam como região internacional, segundo Panayotis Soldatos. Como consequência, a RMC se torna um espaço geográfico onde a participação do governo central tem um peso maior, em comparação com diversas regiões do País, haja vista seu peso na

economia nacional. Neste sentido, ela constitui-se como um *new state space*, conforme a tese de Neil Brenner.

Ainda no plano dos autores que fundamentam essa tese, levamos em consideração a teoria de Saskia Sassen sobre a cidade global, ainda que Campinas e a sua Região Metropolitana não cheguem a tal. No entanto, como a própria autora coloca, suas obras a respeito do tema podem ser utilizadas para compreender a internacionalização de cidades ou regiões de menor peso político-econômico, mas cuja dinâmica funcione da mesma forma, buscando seu espaço no cenário econômico internacional.

Vale destacar o fato de que os fatores que determinam a inserção internacional, segundo Saskia Sassen, também coincidem com os determinantes da vantagem competitiva, de acordo com a teoria de Michael Porter. Além disso, da mesma forma como Porter reforça o papel do Estado-nação na manutenção da vantagem competitiva com o processo de globalização, Saskia Sassen reforça o papel das cidades, ao contrário de alguns autores que as vêem como locais sem importância em um mundo baseado na tecnologia da informação e em canais de comunicação que permitem o controle de dados e o gerenciamento dos negócios a qualquer distância (SASSEN, 1998; 2001)

Assim, nosso estudo de caso não só pretende reforçar o Estado-nação e as cidades, em um mundo globalizado, como também demonstrar, a partir da RMC, a importância de uma governança multinível para se chegar a uma região internacionalizada, com competitividade internacional, caracterizando uma região de importância estratégica para o desenvolvimento do Estado-nação (*new state space*).

Seguindo pela teoria da vantagem competitiva, de Michael Porter, destacamos entre as suas determinantes, as *condições de fatores*. Conforme ressalta o autor, diferentemente das teorias econômicas clássicas, não são somente os fatores de produção como terra, trabalho e capital que determinam a vantagem competitiva, num mundo globalizado. É preciso ampliar o conceito. Ademais, o que estão em jogo, atualmente, não são mais os fatores herdados de um país, tal como recursos naturais, mas sim, aqueles criados, a partir da inovação (PORTER, 2002, p. 90).

Agrupando os fatores em categorias, temos: recursos humanos, recursos físicos, recursos de conhecimentos, recursos de capital e infraestrutura. Segundo o autor, “as desvantagens seletivas em fatores, influenciando a estratégia e a inovação, contribuem muitas vezes para um êxito continuado” (Idem, p. 90 e 91).

4.1. Ciência e Tecnologia

Iniciando pelos *recursos de conhecimentos*¹¹, a Região Metropolitana de Campinas se destaca internacionalmente pela sua vocação científica e tecnológica, com uma grande quantidade de universidades e centros de pesquisa. Ainda que concentrados no município de Campinas, atende aos interesses da Região como um

¹¹ Recursos de conhecimentos: o estoque que o país tem de conhecimentos científicos, técnicos e de mercado, relativos a bens e serviços. Os recursos de conhecimentos estão nas universidades, institutos governamentais e particulares de pesquisas, órgãos estatísticos governamentais, bibliografia de comércio científica, relatórios de bancos de dados sobre pesquisas de mercado, associações comerciais e outras fontes (PORTER, 2002, p. 91).

todo e torna-se atrativo de empresas de diversos lugares, inclusive estrangeiras, que se instalam nos diversos municípios da RMC.

Em julho do ano 2000, a *Revista Wired* fez um levantamento dos centros tecnológicos mais promissores do planeta e incluiu Campinas entre os 46 principais, sendo, além de São Paulo, a única cidade da América do Sul na lista. Os quatro fatores considerados pela revista para identificar esses centros foram os seguintes: a presença de universidades e centros de pesquisa, a concentração de grandes empresas, a vocação para fazer surgir novos negócios e a atração de capital de risco para alavancar a economia local. Segundo a reportagem:

Interruptores de rede e lotes de celulares estão substituindo o café e a cana-de-açúcar como colheitas de dinheiro desta região, tornando Campinas uma liderança na revolução brasileira das comunicações. Com a demanda pelas redes sem fio para substituir as linhas terrestres, e a necessidade de atualização de bancos de dados, grandes jogadores não deixam as fábricas à deriva. Nortel, Motorola e Lucent estão em Campinas, assim como centros de pesquisa e desenvolvimento como CPqD. Esta cidade também se orgulha da Unicamp, a resposta do Brasil ao MIT, que abriga o melhor programa de ciência da computação do país, lançando futuros especialistas em tecnologia que não precisam correr atrás de emprego. Uma agência municipal de tecnologia, a Ciatec, supervisiona o desenvolvimento e a gestão de uma incubadora para novas empresas. (HELLNER, 2000)

Assim como todos os autores que trabalham a inserção internacional de cidades e regiões, ressaltando o papel da ciência e tecnologia neste novo contexto econômico de interdependência, Manoel Lemes da Silva Neto explica que:

(...) o fato metropolitano em Campinas pode ser considerado como decorrência da expansão do meio técnico-científico-informacional no Estado de São Paulo. A localização e o alto grau de integração da economia regional com o desenvolvimento tecnológico fazem da RMC uma área favorável à realização da nova economia global (SILVA NETO, 2008, p. 62).

Um aspecto importante desta economia baseada numa indústria de base tecnológica, ou mesmo em uma agroindústria de inovação, está no distanciamento da Região daquilo que se conhece como “doença holandesa”¹². De acordo com uma reportagem especial sobre a América Latina, publicada pela Revista *The Economist*, em 2010, o Brasil se destaca, atualmente, por inovar a partir da sua produção agrícola. Um exemplo está no fato de que o Brasil continua sendo um grande exportador de cana-de-açúcar, mas também produz etanol (THE ECONOMIST, 2010).

Ou seja, ciência e tecnologia, tanto no âmbito dos institutos de pesquisa, quanto nas próprias empresas, tem diversificado a economia nacional, gerando novas alternativas de investimento e abrindo novos mercados de consumo. Muitos criticam o fato de o Brasil ser um exportador de *commodities*, sendo que possui uma ampla biodiversidade a ser explorada com pesquisa, transformando matéria-prima em produtos de maior valor agregado.

No que diz respeito, especificamente, ao biodiesel (etanol, por exemplo), a RMC é uma área de destaque. Ainda no ano de 2006, em reportagem especial sobre a RMC, o jornal *Correio Popular* já destacava a visita de um dos maiores investidores do mercado internacional, o indiano Vinod Khosla, a duas empresas de Campinas que são referência na pesquisa sobre novas variedades de cana-de-açúcar: a Alellyx e Cana Vialis (RMC CAMINHA, 2006).

¹² Termo cunhado por esta revista [The Economist], em 1977, para descrever o impacto de uma bonança de gás no Mar do Norte sobre a economia dos Países Baixos. Esta doença envolve a exportação de *commodities* elevando o valor da moeda, fazendo outras partes da economia menos competitivas, conduzindo a um déficit em conta corrente e a uma dependência ainda maior dos recursos naturais (IT'S ONLY, 2010).

Segundo o engenheiro José Luiz Guazzelli¹³, Diretor da Techno Park, condomínio empresarial onde estão as duas empresas mencionadas, “esse potencial da RMC em energias renováveis é muito grande, mas também em outras áreas de alta tecnologia”. Além disso, segundo Guazzelli, “a RMC tende a consolidar e potencializar a sua condição estratégica no cenário nacional e internacional, derivada de vantagens competitivas consideráveis no contexto da globalização” (RMC CAMINHA, 2006).

Conforme reportagem da *Revista Pesquisa*, da Fapesp:

Ao longo de 30 anos, os investimentos em pesquisa realizados pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC), pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) – que teve origem no centro de pesquisa da Coopersucar – e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outros, permitiram que a produtividade brasileira saltasse de 3 mil litros de etanol por hectare para 6 mil litros por hectare. (IZIQUE, 2008, p. 31)

Por tudo que expusemos acima, não é de se estranhar, portanto, que o Ministério da Ciência e Tecnologia tenha escolhido a RMC para construção do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE).

Traçando um mapa da ciência e tecnologia na RMC, temos as seguintes instituições como referência:

- **Instituto Agronômico de Campinas (IAC)** é instituto de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, cuja missão é

¹³ José Luiz Guazzelli também é Cônsul honorário da França em Campinas.

gerar e transferir ciência e tecnologia para o negócio agrícola, visando à otimização dos sistemas de produção vegetal e ao desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental (IAC, 2010);

- **Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL)** é uma instituição da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que realiza pesquisa, desenvolvimento e assistência para indústrias alimentícias, visando a contribuir para o aumento da competitividade das empresas no mercado externo e interno, bem como para a otimização dos processos produtivos e de inovação (ITAL, 2010);
- **Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)** é um laboratório pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, cuja missão é contribuir para a liderança brasileira no setor de fontes renováveis de energia e de insumos para a indústria química, em especial, o desenvolvimento da cadeia produtiva do bioetanol de cana-de-açúcar, por meio de pesquisa, desenvolvimento e inovação na fronteira do conhecimento (CTBE, 2010);
- **Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI)** é uma unidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, que desenvolve e implementa pesquisas científicas e tecnológicas no setor de informática, tendo intensa interação com os setores acadêmico,

através de diversas parcerias em pesquisa, e industrial, em vários projetos de cooperação com empresas (CTI, 2010);

- **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)** é órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que tem por objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas com o envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas (CATI, 2010);
- **Instituto de Zootecnia (IZ)** pertence à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com referência nacional e internacional por suas pesquisas científicas, desenvolve tecnologia e insumos para sistemas de produção animal, objetivando maior produtividade e qualidade superior (IZ, 2010);
- **Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS)** é uma instituição aberta, multidisciplinar e multiusuários, vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e operado pela Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLus) por meio de contrato de gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que tem por missão prover para a comunidade científica e tecnológica uma complexa e atualizada infraestrutura para utilização

de luz síncrotron e técnicas avançadas na área de nanociência e nanotecnologia (LNLS, 2010);

- **Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**, centro público de ensino, pesquisa e desenvolvimento.
- **Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)**, centro privado de ensino, pesquisa e desenvolvimento;
- **Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD)** é uma instituição independente, focada na inovação com base nas tecnologias da informação e comunicação (TICs), tendo como objetivo contribuir para a competitividade do País e para a inclusão digital da sociedade. Desenvolve amplo programa de pesquisa e desenvolvimento, o maior da América Latina em sua área de atuação, gerando soluções em TICs que são utilizadas em diversos setores: telecomunicações, financeiro, energia elétrica, industrial, corporativo e administração pública (CPqD, 2010);
- **Instituto Biológico (IB)** é órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que tem como missão desenvolver e transferir conhecimento científico e tecnológico para o negócio agrícola nas áreas de sanidade animal e vegetal, suas

relações com o meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida da população (IB, 2010);

- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)** está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo como missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira (EMBRAPA, 2010).

Ainda em 2001, as instituições acima (com exceção do CTBE, que não existia) foram destaque na primeira edição da Mostra de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento – Cientec 2001, de 24 de agosto a 2 de setembro, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), apresentando inovações desenvolvidas em seus laboratórios. De acordo com a *Revista Pesquisa*, da Fapesp, isso foi uma demonstração do porquê Campinas ter sido escolhida pela ONU, naquele ano, como um dos 46 centros mundiais de inovação tecnológica (EXPOSIÇÃO, 2001).

Segundo Carlos Henrique de Brito Cruz, em artigo publicado logo depois da divulgação do Índice da ONU, quando ocupava a presidência da FAPESP, bem coloca:

O destaque para Campinas no relatório da ONU se explica graças à presença na região de universidades e centros de pesquisa de nível internacional. Segundo a ONU, a presença dessas organizações torna a região atraente para investimentos de empresas de alta tecnologia. Este é um resultado esperado, visto que em todo o mundo há uma escassez de mão-de-obra qualificada nos níveis mais altos de exigência. Como se sabe,

hoje a riqueza é feita a partir de idéias e, portanto, as empresas procuram para se instalar localidades onde o acesso a cérebros qualificados seja direto. (BRITO CRUZ, 2001)

Percebe-se, pela relação dos centros e institutos de pesquisa apresentada acima (ainda que incompleta e apenas exemplificativa), que a rede institucional que fortalece a RMC como um dos cinco polos tecnológicos do Estado de São Paulo (e um dos principais do País) está vinculada, em grande parte, aos governos estadual e federal. Assim, verifica-se uma reterritorialização do Estado-nação e do Estado federado, na medida em que os órgãos governamentais, aos quais pertencem essas instituições, estabelecem-nas fora das capitais, onde estão concentrados. Isso se faz justamente dentro de uma percepção da vocação da Região como local-chave para o desenvolvimento científico e tecnológico, especificamente em áreas que sempre estiveram ligadas aos seus setores econômicos de maior importância, havendo um reescalonamento do poder estatal (BRENNER, 2004).

Acrescenta-se, ainda, o fato de que a RMC possui, além da UNICAMP e da PUC-Campinas, mais de 20 universidades privadas, criando uma vasta mão-de-obra qualificada e tornando-se mais um atrativo de empresas especializadas. Não se trata apenas da formação de profissionais capacitados para trabalhar em empresas de alta tecnologia, mas também aqueles preparados para o setor de serviços, que vai atender a essas empresas.

Em 2003, uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Sócio-Econômicos de Campinas (Caesec), da Facamp, teve como objetivo demonstrar a principal vocação da RMC, qual seja: “ser um dos mais importantes polos tecnológicos do

Brasil”. Tomando como referência os dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), realizada pelo IBGE, em 2002, o Caesec teve como objetivo analisar as atividades de inovação das empresas do setor industrial da RMC e compará-las às demais indústrias brasileiras (CAESEC, 2003).

Conforme os dados da pesquisa acima, entre 1998 e 2000, enquanto 31,5% do total das indústrias brasileiras pesquisadas implementaram inovações¹⁴, somente na RMC essa proporção sobe para 38,9%. No mesmo período, no que tange às proporções de empresas brasileiras que realizaram gastos em atividades de inovação, o número é de 26,6%, no Brasil, enquanto na RMC é de 30,2%. (CAESEC, 2003, p. 2)

Ao considerar-se o gasto médio em atividades inovativas, verifica-se que só as empresas da RMC investiram, em média, R\$ 650 milhões a mais que o total das empresas brasileiras (CAESEC, 2003, p. 4).

Com base nestes indicadores, reforça-se o argumento de que as empresas da Região Metropolitana de Campinas apresentam um perfil inovador diferenciado em relação às empresas brasileiras. Ademais, os resultados da pesquisa confirmam o potencial das empresas da Região para realizarem inovações e investir em P&D de maneira mais intensa do que o observado para o Brasil. É útil notar que, em grande medida, estes resultados devem-se à elevada concentração de empresas de setores mais intensivos em tecnologia na região, tais como empresas dos setores de informática, telecomunicações, farmacêutico e automotivo (CAESEC, 2003, p. 5).

Uma constatação da pesquisa do Caesec confrontou a literatura sobre desenvolvimento econômico e inovação científica e tecnológica. 89,6% das

¹⁴ Na pesquisa, são consideradas inovações apenas os produtos ou processos novos ou substancialmente aprimorados para a empresa ou para o mercado (CAESEC, 2003, p. 2).

empresas da RMC que estavam na pesquisa do IBGE (PINTEC) diminuíram a importância, ou mesmo consideraram irrelevantes, o papel dos centros e institutos de pesquisa da Região como fontes de informações externas. Segundo os pesquisadores do Caesec, parte da explicação para isto se deve ao fato de que muitas empresas de alta tecnologia são filiais de grandes empresas estrangeiras, de modo que “o contingente de recursos e esforços devotados às atividades de pesquisa e desenvolvimento concentram-se nos países de origem”. Ademais, naquele ano de 2003, os mesmos pesquisadores ainda consideravam as iniciativas de cooperação entre centros de pesquisas (e universidades) e empresas pouco difundidas (CAESEC, 2003, p. 11).

No entanto, com o passar dos anos, podemos verificar uma outra tendência em três frentes: primeiro, com iniciativas de cooperação que aumentam, cada vez mais, a importância do papel dos centros de pesquisa da RMC na produtividade das empresas da região, ainda que considerando as empresas estrangeiras; segundo, pelo fato de que uma porcentagem maior de empresas nacionais passaram a atuar no setor de alta tecnologia.

Com relação ao aumento da porcentagem de empresas de alta tecnologia uma das razões está no aumento das incubadoras no País, que constituem “negócios com base tecnológica formulados a partir de uma ou mais ideias que, quando concretizadas, se transforma em inovação”. Segundo reportagem da *Revista Pesquisa*, da Fapesp, entre 2000 e 2008, houve um aumento de 135 para 393 unidades incubadoras no País, sendo 87% delas ligadas a ambientes acadêmicos, e totalizando 2.775 empresas incubadas. Com apoio de programas de nível nacional e

estadual, financiados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelas fundações de amparo à pesquisa, a cultura da incubação tem como objetivo ampliar a inovação científica e tecnológica, ao mesmo tempo em que promove o crescimento empresarial de alta tecnologia no País (OLIVEIRA & MARQUES, 2008, p. 69 *et seq.*).

Voltando-nos para a Região Metropolitana de Campinas, destacamos as seguintes incubadoras: Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UNICAMP (INCAMP) e Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC).

A Incamp foi criada em 2001 e já trabalha em parceria com o Sebrae e os governos municipal, estadual e federal, a fim de produzir resultados benéficos em termos de desenvolvimento de tecnologias adequadas ao País, fluxo contínuo de inovações, geração de riquezas e novos empregos, diversificação e desconcentração industrial e valorização da cultura empreendedora. Sua missão é “criar e desenvolver empresas inovadoras de base tecnológica, capacitando-as gerencial e tecnologicamente, através da interação Unicamp-empresa-rede de parceiros e contribuindo para o fortalecimento do Sistema Regional de Inovação” (INCAMP, 2010).

Conforme matéria publicado pelo jornal *Correio Popular*, em março de 2005, nos 16 anos precedentes, haviam sido criadas 100 novas empresas por ex-alunos ou a partir de pesquisas da Unicamp. Tais empresas faturavam, naquele ano, entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão (FINETTO, 2005).

Em 2008, paralelamente a um processo da Unicamp de construção de um Polo de Pesquisa e Inovação em seu campus, cujo objetivo era, entre outros, transferir tecnologia e ampliar a colaboração com setores públicos e privados, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento lançou, através do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, o Programa Pró-Parques, com meta de ampliar o incentivo aos parques tecnológicos do estado. A Unicamp, entendendo que tinha condições de fazer do seu projeto um Parque Científico regional, submeteu a proposta ao credenciamento e obteve, no mesmo ano, um pré-credenciamento com convênios que envolveram recursos superiores a R\$ 6,3 milhões (INOVA, 2009, p. 48).

Destaca-se, também, como fortalecimento e consolidação do referido Sistema Local de Inovação, o Pacto Regional para estabelecimento de uma Agenda Comum Pró Desenvolvimento Econômico e Humano Sustentável da Região Metropolitana de Campinas, cujo objetivo é fomentar sua competitividade econômica e fortalecer sua identidade como região do conhecimento. O Termo de Adesão foi lançado oficialmente em dezembro de 2008, em parceria entre a Agência Metropolitana de Campinas e a Fundação Fórum Campinas, contando com a participação dos principais agentes do desenvolvimento sócio-econômico regional (Idem, p. 49).

Mais interessante é o caso da Ciatec que, além de ser um exemplo de incubadora municipal de empresas de base tecnológica, auxiliando no surgimento e na evolução de empreendimentos geradores de novas tecnologias, participa ativamente no planejamento e na execução da política de ciência e tecnologia da

administração pública das diversas esferas governamentais especialmente a municipal (CIATEC, 2010).

A Ciatec está vinculada à Secretaria de Cooperação Internacional de Campinas e faz uma paradiplomacia direta, voltada para a cooperação científica e tecnológica. A exemplo desta, destacamos a assinatura do acordo assinado com a cidade de Montpellier (França), em 2003¹⁵, que previa o intercâmbio de empresas incubadas de base tecnológica, possibilitando uma ampla troca de experiências no campo da incubação. No ano de 2005, o Cônsul honorário da França em Campinas, José Luiz Guazzelli, organizou a recepção de uma missão de representantes da Região Metropolitana de Montpellier à Campinas, que tinha como objetivo, entre outros, impulsionar e consolidar o referido Termo de Cooperação assinado entre Campinas e Montpellier, em 2003 (ver ANEXO, p. 215).

Conforme Michael PORTER (2002, p.93):

Uma observação final é que os resultados humanos, os conhecimentos e os fatores de capital podem ser móveis entre países. Pessoas especializadas movimentam-se entre países, bem como o conhecimento científico e técnico. Essa mobilidade foi fortalecida pela maior comunicação e mais fácil movimentação internacionais.

Voltando ao aspecto da relação empresa-universidade/centro de pesquisa, destaca-se, também, no Município de Campinas, o Instituto Universidade-Empresa (UNIEMP), cuja missão é “prospectar e integrar competências profissionais e institucionais em todos os campos do saber, para concepção, difusão,

¹⁵ *Diário Oficial do Município de Campinas*, 01 abr. 2003.

desenvolvimento e gestão de ações de conteúdo inovador, que contribuam para o desenvolvimento social e tecnológico”. Este instituto procura firmar parcerias entre empresas, órgãos públicos, universidades e demais centros de pesquisa, com a finalidade de difundir a ciência e tecnologia (UNIEMP, 2010).

Ressalta-se, aqui, o conceito de democracia cosmopolita, abordado no item 2.1, que, em consonância com o conceito de relações transnacionais, de Keohane e Nye, reforça o papel dos atores não-governamentais nas relações internacionais, constituindo redes de governança, com destaque especial para as comunidades epistêmicas e outros órgãos de conhecimento técnico especializado.

No que tange à relação governo-empresa no aumento dos investimentos científicos e tecnológicos, podemos constatar o peso dos incentivos fiscais, tanto na isenção de impostos como no financiamento de agências governamentais, na decisão da escolha da cidade ou região em que as empresas se estabelecem. Quanto à relação universidade-empresa, pesa a oferta de profissionais qualificados (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

A internacionalização de centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de grandes empresas começa a ser acelerada e ganhar um espaço maior no Brasil. São amplos laboratórios multinacionais que têm o objetivo de gerar conhecimento e desenvolver tecnologia para produtos inovadores destinados ao mercado ou a clientes específicos. (...) Esse movimento mundial de internacionalização de atividades de P&D de empresas multinacionais fora do país de origem acelerou-se fortemente em meados da década de 1990 e nos anos 2000, como mostrou um estudo de 2005 da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês). A busca de novos mercados emergentes primeiro focou a China, a Índia e países do Leste Europeu, e agora se volta para o Brasil, com mercado interno crescente e boas perspectivas econômicas (OLIVEIRA, 2010, p. 16).

A empresa Du Pont, de origem norte-americana, inaugurou, em 2009, um Centro de Inovação e Tecnologia (CIT) na cidade de Paulínia, Região Metropolitana de Campinas. Segundo a gerente da CIT da Du Pont, Ariana Bottura, “nos últimos 10 anos a matriz tem direcionado capital de investimento para a construção de centros de pesquisa em regiões emergentes e o Brasil faz parte desse grupo” (Idem, ibidem).

Com origem na criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD), inaugurado em 1973 pelo governo federal, o *cluster*¹⁶ (ou arranjo produtivo) que caracteriza a Região de Metropolitana de Campinas tem os setores de telecomunicações e tecnologia da informação na sua base, respondendo por 40% do PIB da região. O motivo da força deste setor na RMC não está somente no investimento federal original, mas também na mão-de-obra qualificada, nos centros de pesquisa de excelência e nas instituições de ensino de ponta. Segundo César Cardoso, ex-vice-presidente da instituição, “o CPqD sempre foi polo atrativo das empresas para a região” (OLIVEIRA, 2005).

Nas palavras de Michael Porter:

O *cluster* proporciona um fórum construtivo e eficiente para o diálogo entre as companhias relacionadas, seus fornecedores, governo e outras instituições. Devido às externalidades, os investimentos públicos e privados para melhorar as circunstâncias de um *cluster* beneficiam muitas empresas. Observando um grupo de empresas e instituições como um *cluster* também destaca oportunidades para coordenação e melhoria mútua em áreas de preocupação comum, com um menor risco de distorção da competição ou mesmo limitando a intensidade de rivalidades. (PORTER, 2000, p. 18)

¹⁶ *Clusters* são concentrações geográficas de companhias interconectadas, fornecedores especializados, provedores de serviços, firmas em indústrias relacionadas e instituições associadas (por exemplo, universidades, agências, associações comerciais) em um campo particular que compete, mas também coopera. (PORTER, 2000, p. 16)

Percebe-se, pela citação acima, que o *cluster* acaba sendo uma oportunidade maior para a governança multinível.

Retomando, então, aos fundamentos da nossa tese, podemos perceber, no âmbito dos recursos de conhecimentos na Região Metropolitana de Campinas, o predomínio da governança multinível, tanto no plano nacional – governança multinível tipo I, segundo Marks & Hooghe (2004) – quanto internacional, segundo James ROSENAU (2004).

No âmbito nacional, percebe-se uma preocupação do governo federal com a ampliação de recursos destinados à ciência e tecnologia, porém com base em um planejamento estratégico que os direcione para as regiões que estejam demonstrando uma eficiência no resultado destes investimentos, não apenas no âmbito meramente acadêmico, mas como fonte de produtividade empresarial, aumentando a vantagem competitiva nacional. A Região Metropolitana de Campinas tem sido uma destas regiões, vistas pelo governo, como porta de abertura do País para o exterior, seja atraindo empresas como exportando produtos de alta tecnologia.

Conforme Romeu Santini, Secretário de Cooperação Internacional de Campinas:

Os grandes centros de tecnologia de Campinas estão se entendendo diretamente com o governo federal. O governo federal tem aqui em Campinas diversos institutos que ele mantém, inclusive em parceria com outros países. Mas, Campinas é só sede. (ANEXO, Entrevista)

Neste ponto, toda a concentração de esforços dos atores metropolitanos, sejam governamentais ou não, no sentido de buscar os investimentos ou melhorar as

condições para implementar ou ampliar seus empreendimentos, vão ao encontro dos interesses do Estado-nação. A Região Metropolitana torna-se, portanto, um espaço geográfico concentrador de vantagens competitivas que, em alguns setores muito específicos tornam-se exclusivas no País.

Ao tomarmos como exemplo o caso da paradiplomacia municipal, visando à cooperação entre Campinas e Montpellier para o intercâmbio de incubadoras, duas análises são imprescindíveis. A primeira torna-se resposta a uma das questões que colocamos no início deste capítulo, sobre o interesse do Estado na paradiplomacia, quando esta lhe traz benefícios. Vale ressaltar que tratou-se de uma relação direta entre órgão governamental municipal (Ciatec) com representante consular francês que, não obstante ter nacionalidade brasileira e ser empresário da RMC, tem reconhecimento formal pelo Ministério das Relações Exteriores da França.

Não apenas com a função de consolidar um acordo assinado pela Prefeita de Campinas com os representantes da Região Metropolitana de Montpellier, em 2003, a missão francesa organizada pelo Cônsul honorário da França, em Campinas, também visava à ampliação de laços comerciais entre os empresários das duas regiões metropolitanas.

Portanto, vê-se a prática de uma paradiplomacia que, mesmo atendendo a interesses regionais, terá suas repercussões, no plano sócio-econômico, nas esferas estadual e federal. Ou seja, retomando a tese de Neil Brenner, podemos considerar a região metropolitana, com sua vantagem competitiva, como um novo local-chave, na esfera institucional, onde se procedeu um reescalonamento do poder estatal.

A partir deste ponto, trazemos uma outra análise, que se refere justamente à institucionalidade da Região Metropolitana de Campinas, incluindo a gestão das suas relações internacionais. Vemos que a maior parte dos procedimentos referentes à ampliação da vantagem competitiva da RMC, no âmbito dos fatores de reconhecimentos, estão centrados na cidade-polo, pois é a sede dos grande centros e instituições de pesquisa, além das universidades. No entanto, quando se trata dos resultados concretos das pesquisas desenvolvidas, eles se espalham por uma diversidade de locais, principalmente quando se trata das relações universidade-empresa ou centro de pesquisa-empresa.

Assim, podemos dizer que a paradiplomacia municipal atende, ainda que involuntariamente, a toda a Região Metropolitana, por onde se espalham as empresas beneficiárias.

Considerando-se os perfis econômicos predominantes de uma cidade (ou região) internacional, de acordo com Panayotis Soldatos, constatamos que a Região Metropolitana de Campinas enquadra-se dentro do que ele denomina ser um *novo perfil econômico*, baseado em um setor terciário superior, com alta tecnologia, e, sobretudo, novas tecnologias de informação e de comunicação (SOLDATOS, 2003, p. 91)

4.2. Infraestrutura

Outro fator entre as determinantes da competitividade, segundo Michael Porter, é a infraestrutura¹⁷. Entre elas, destaca-se o transporte e a comunicação. Como já vimos no capítulo anterior, um dos aspectos mais importantes da RMC, ao se considerar seu desenvolvimento, está na logística, especialmente na rede de transportes que não apenas une a região entre si, mas a transforma em eixo de ligação entre diversas outras.

Portanto, podemos destacar, *a priori*, a ligação da Região Metropolitana de Campinas com o porto de Santos, algo que acontece desde os tempos em que a Região se caracterizava como centro produtor de café. Desta forma, muito antes de se pensar no Aeroporto Internacional de Viracopos, a RMC já se destacava por sua ligação ferroviária com a Baixada Santista, sendo o entroncamento das linhas férreas Paulista e Mogiana, além do local de encontro de rodovias como Anhanguera, D. Pedro e Santos Dumont.

Até os dias atuais, esta localização e a logística que a envolve são determinantes para a competitividade regional, haja vista o fluxo de cargas exportadas pelo Porto de Santos. Ao considerarmos desta forma, retoma-se aqui o conceito de governança multinível, na medida em que os investimentos ferroviários, rodoviários e portuários são feitos pelo Estado de São Paulo. Ou seja, ainda que estejamos considerando as vantagens competitivas da Região Metropolitana de

¹⁷ Infraestrutura: o tipo, qualidade e valor de uso da infraestrutura disponível que afeta a competição, inclusive o sistema de transportes, de comunicação, os correios e a entrega de encomendas postais, pagamentos ou transferências de fundos, assistência médica e assim por diante (PORTER, 2002, p. 92).

Campinas e suas repercussões para o País, não se trata aqui de um fator que esteja sob gestão da Agência Metropolitana de Campinas, nem de órgãos do governo federal.

Tomando como referência o Aeroporto Internacional de Viracopos, chegamos a um fator determinante do desenvolvimento regional, estadual, nacional e, até mesmo, continental.

Mesmo já sendo o maior aeroporto de cargas do País, a ampliação de Viracopos encontra-se, há alguns anos, entre os projetos mais destacados do governo federal e de toda a RMC. Além de um projeto visto como importante para o desenvolvimento nacional, e de grande interesse para os empresários da RMC, também tem sido motivo de discussões amplas, entre os representantes municipais, por conta de seus impactos ambientais e sociais.

Segundo, Josmar CAPPA (2008, p. 157):

Os diferentes papéis atuais exercidos pelos centros cargueiros aeroportuários (*hub's airports*) permitem compreendê-los como infraestrutura de apoio logístico para as grandes empresas no Brasil e como parte importante de suas estratégias competitivas, especialmente diante da dinâmica econômica contemporânea caracterizada por um ambiente de concorrência marcado pelo intenso processo de inovações tecnológicas, pela financeirização da riqueza mundial, pelo desenvolvimento de grandes competidores internacionais e pela maior internacionalização do comércio.

Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, a Agência de Promoção da Exportação (Apex) projetou a RMC como base da exportação de produtos de alto valor agregado para o Mercosul e a América Latina, colocando o projeto de

ampliação de Viracopos como prioridade do Plano Plurianual do governo federal, assim como de outros aeroportos do País.

Como bem salienta Josmar Cappa, “os centros cargueiros aeroportuários tornaram-se parte importante dos processos de desenvolvimento das nações, com contribuições significativas para os municípios onde estão localizados” (CAPPA, 2008, p. 158).

Ao mesmo tempo em que a política nacional de desenvolvimento do Presidente Lula começava a ser apresentada, o então presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e Prefeito do Município de Sumaré, Dirceu Dalben, defendia a ideia de que toda a Região Metropolitana, junto com a Prefeitura Municipal de Campinas e a Infraero, deveria se envolver nos debates sobre a ampliação de Viracopos. A finalidade da discussão no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da RMC era agregar o projeto específico de ampliação do aeroporto ao projeto de desenvolvimento da própria região, na medida em que suas implicações afetariam toda a infraestrutura regional.

Nota-se aqui, mais uma vez, um exemplo de como a Região Metropolitana de Campinas está sujeita à governança multinível, seja na direção vertical quanto na horizontal, levando-se em conta o fato de que um projeto que esteja sob responsabilidade de um órgão federal (Infraero), em um espaço geográfico de um ente federado específico (Município de Campinas), não pode ser colocado em prática de forma tão simples, sem um diálogo intenso com todos os demais representantes de governo e setores da sociedade que se sintam envolvidos, ou mesmo ameaçados

por ele. Tal é a complicação que se traz neste processo que, até hoje, ano de 2011, ainda não se tirou do papel o projeto de ampliação de Viracopos.

Destaca-se o fato de que a ampliação de Viracopos não o coloca tão simplesmente como um centro cargueiro aeroportuário, mas também como um cidade aeroportuária, conforme definição de Josmar Cappa:

No mundo contemporâneo, os aeroportos permitem maiores vantagens competitivas nas relações com os mercados regional, nacional e internacional, ao fazerem parte do processo produtivo de grandes empresas e constituírem-se como verdadeiras cidades aeroportuárias onde estão instalados aeroporto industrial, novas empresas e centros de negócios e serviços que geram emprego, renda, e tributos tanto para o município onde está localizado o aeroporto quanto para as cidades localizadas no seu entorno (CAPPA, 2008, p. 159).

Conforme o economista Josmar Cappa, a cidade aeroportuária é a expressão da dimensão física-territorial dos grandes aeroportos, na medida em que deverão ter uma infraestrutura urbana capaz de atender ao aumento do fluxo de pessoas e de mercadorias. Isso implica na eficiência do sistema urbano de transportes, da rede hoteleira, bem como de todos os serviços básicos, como abastecimento de água, energia, saneamento, tratamento de lixo, entre outros (Idem, ibidem).

Ademais, considera-se, também, a importância do aeroporto para as cidades ao entorno de onde ele está localizado, tendo em vista todas as atividades econômicas que se estabelecem, sejam elas vinculadas ou não aos serviços aeroportuários. (Idem, p. 160)

Não é de se estranhar, portanto, que o setor de serviços foi o que teve maior índice de crescimento na última década (39%), na RMC, seguido do índice de crescimento dos estabelecimentos comerciais (33%), conforme nos mostra as **tabelas 6 e 10**. Afinal, a Região Metropolitana não só atende a um crescimento populacional, como também a um fluxo contínuo de pessoas, em atividades de trabalho, demandando por serviços de todo tipo. Percebe-se que esse crescimento se faz de forma equilibrada entre as cidades da Região, nos levando à conclusão de que todas respondem aos impactos advindos deste processo de desenvolvimento, incluindo o fato de Campinas ser um entreposto aduaneiro¹⁸.

Voltando à questão da competitividade, a ampliação de Viracopos, tornando-se uma aeroporto empresa, torna-se um aspecto decisivo para as estratégias de concorrência das grandes empresas, “seja como apoio logístico para completar a produção de distintos segmentos econômicos, seja para acelerar o tempo de obsolescência tecnológica dos produtos, tendo em vista intensificar o comércio de mercadorias intrabloco econômicos” (CAPP, 2008, p. 162).

Do ponto de vista logístico, Josmar Cappa reforça seu argumento com uma comparação entre as exportações e importações realizadas em Viracopos e Guarulhos, entre 1996 e 2003, demonstrando um aumento de ambas no primeiro e um declínio no segundo. Em 1996, do total de importações realizadas por transporte

¹⁸ No caso do Brasil, o aeroporto industrial envolve um arranjo econômico e jurídico entre Infraero, o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) porque representa um entreposto aduaneiro na zona primária dos terminais aeroportuários classificados como internacionais pela Infraero. Nesses aeroportos devem ser realizados o primeiro pouso e a última decolagem de aeronaves estrangeiras, conforme determinações da International Civil Aviation Organisation (ICAO) e o que estabelece a legislação brasileira sobre o assunto. (CAPP, 2008, p. 160)

aéreo, no Estado de São Paulo, 37,8% era feita por Viracopos e 62,2% por Guarulhos. Já em 2003, essas porcentagens eram de 60,6% e 39,4%, respectivamente. No que tange às exportações, em 1996, 19,7% era feita por Viracopos e 80,3% por Guarulhos, enquanto em 2003, as porcentagens eram de 37,1% e 62,9, respectivamente (CAPPA, 2008, p. 164).

Outro ponto importante a se considerar, no que se refere às vantagens competitivas, está na atratividade que os aeroportos geram para as empresas transnacionais e as razões para isso. Conforme também nos coloca Josmar CAPPA (2008, p. 164 e 165):

As empresas transnacionais utilizam os aeroportos, devido à rapidez e à segurança que oferecem, para exportar produtos acabados para diferentes mercados consumidores no comércio internacional, cujo ambiente é mais competitivo devido ao intenso processo de inovações tecnológicas, à financeirização da riqueza mundial, ao desenvolvimento de grandes competidores internacionais e à maior internacionalização do comércio.

Com o propósito de comprovar seu argumento, Josmar Cappa faz uma comparação das exportações de empresas com sede em Campinas, entre Viracopos e Guarulhos, por setor específico. Não só percebe-se que a maioria delas optam por Viracopos (69% contra 31%), mas as que o fazem com maior afinco são justamente as dos setores de maior valor agregado, como telecomunicações, motores e peças, informática, autopeças e material elétrico (Idem, p. 165).

Ainda no que tange ao Aeroporto de Viracopos, este encontra-se entre os projetos da Iniciativa de Integração Regional Sulamericana (IIRSA). Na página do IIRSA, na internet, podemos encontrar os dados referentes ao projeto. Avaliado em

US\$ 1.189.950.000, pertencendo ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado pelo Governo Lula, a ampliação de Viracopos tem como objetivo atender ao aumento crescente da demanda de cargas e de passageiros, por meio da construção de um novo terminal de passageiros, pátio de aeronaves, além da construção de uma segunda pista de pouso e decolagem (IIRSA, 2010).

A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) é um fórum de diálogo entre as autoridades responsáveis pela infraestrutura de energia, transportes e comunicações, nos doze países sulamericanos. IIRSA é promover o desenvolvimento de infraestrutura sob uma visão regional, garantindo integração física dos países sulamericanos e na realização de um desenvolvimento equitativo e sustentável (IIRSA, 2010).

Conforme os objetivos do IIRSA colocados acima, e considerando Viracopos como um projeto nacional inserido no referido regime internacional, há que se considerar o fato de que a governança, neste ponto, extrapolou os limites da fronteira nacional, tornando-se também continental. Isto nos remete à conclusão de que as esferas de autoridade que debatem a ampliação do Aeroporto de Viracopos, no âmbito nacional e, portanto, incluindo a esfera de autoridade regional (Conselho de Desenvolvimento da RMC), estão inseridas no sistema de governança continental que envolve todas as esferas de autoridade vinculadas ao IIRSA, reforçando, assim, a inserção internacional da RMC e a relevância desta no processo de desenvolvimento sulamericano.

Conforme Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni, o IIRSA está entre um dos projetos consolidados pela política externa do Governo Lula, numa ênfase retórica da integração sulamericana, que estaria no topo da agenda brasileira. (VIGEVANI &

CEPALUNI, 2007, 324). Segundo o então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, “essa integração física (...) constitui parte essencial do projeto de desenvolvimento do próprio Brasil” (AMORIM apud VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 311)

Ademais, por se tratar de um projeto polêmico, que implica um amplo debate com organizações não-governamentais e movimentos populares defensores do meio ambiente, além de interesses de grandes empreiteiras que concorrem pelo edital de licitação, percebemos uma governança multinível no modelo *mobius web governance*, de acordo com Rosenau (**Tabela 1**).

Segundo informações da própria Infraero, a ampliação de Viracopos fará dele o maior complexo aeroportuário da América do Sul, a longo prazo, com capacidade para movimentar 61 milhões de passageiros e mais de 3 milhões de toneladas de mercadorias por ano, tornando-se alternativa para absorver o futuro tráfego dos Aeroportos de Guarulhos e Congonhas (INFRAERO, 2010).

Ainda no âmbito da infraestrutura de transportes, destaca-se o fato da Região Metropolitana de Campinas estar inserida na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. A construção da barragem no Rio Piracicaba, no Porto de Artemis, a 35 km de Santa Bárbara D’Oeste, permitirá a navegação com a saída para o Rio Tietê, incluindo a RMC no eixo da Hidrovia Tietê-Paraná. Além disso, o projeto de construção de um sistema de transporte multimodal para transposição da barragem de Itaipú, inserido na Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sulamericana (IIRSA), integrará as Hidrovias Tietê Paraná e Paraná-Paraguai, constituindo a Hidrovia Mercosul até 2017 (**Figura 7**). Considerando as

demais obras de melhorias da navegabilidade nas duas hidrovias, a intenção é permitir a navegabilidade até Buenos Aires (IIRSA, 2010; SANTA BÁRBARA D'OESTE, 2010).

Mais uma vez, estamos diante de um projeto que envolve uma governança multinível, indo além das fronteiras nacionais. Trata-se de um projeto de apoio ao desenvolvimento regional, no plano do Mercosul, envolvendo diversos outros atores subnacionais, públicos e privados. Somente no âmbito nacional, encontra-se um sistema hidroviário sob jurisdição do Governo do Estado de São Paulo (Rio Tietê), outro sob jurisdição de um órgão federal (Administração da Hidrovia do Paraná – AHRANA), e outros trechos sob jurisdição dos governos paraguaio, uruguaio e argentino. Ressalta-se aqui como a integração regional envolve os governos subnacionais e os demais atores não-estatais que estejam ligados aos projetos e por eles tenham interesse para seu desenvolvimento e aumento de sua competitividade, no plano internacional.

Por fim, não poderíamos passar pelo tema de infraestrutura sem abordar um dos itens mais importantes da agenda global: a energia. Fundada em 1972, a Refinaria de Paulínia (Replan) é a maior refinaria da Petrobrás, responsável pelo refino de 20% de todo o petróleo processado no Brasil, contribuindo com R\$ 12,8 bilhões em impostos por ano. É a base da economia do Município de Paulínia, sendo responsável por ele estar entre os dez municípios com maior PIB per capita do Brasil. (PAULÍNIA, 2010; PETROBRÁS, 2010; FIESP, 2010)

Interessante notar que a ação do Estado na Região, com a implantação da Replan, trouxe uma configuração diferente daquela vista na RMSP. Campinas e

Paulínia conformam uma espécie de bicefalia de complementaridades econômicas diferente da macrocefalia paulistana (SILVA NETO, 2008, p. 63). Isso possibilita aquele *spillover* intrametropolitano, não apenas no plano industrial, mas nos demais setores, especialmente no de serviços.

Mais uma vez, Paulínia acaba sendo um exemplo de como a ação do Estado pode determinar a economia da região e gerar um maior interesse dele pelos benefícios advindos dela. É impossível imaginar a RMC, sendo Paulínia uma de suas cidades, como não sendo área estratégica para o País, ainda mais quando se trata de *commodities* como petróleo e gás.



Figura 7. Hidrovia Mercosul

Fonte: <http://logisticaetransportes.blogspot.com/>

4.3. Investimentos Estrangeiros

Conforme a teoria de Panayotis Soldatos, um dos fatores a se destacar numa cidade ou região internacionalizada é o investimento estrangeiro, que se faz, principalmente, por meio da instalação de empresas multinacionais, criando polos de desenvolvimento e geração de impostos.

A Região Metropolitana de Campinas, conforme já vimos, destaca-se pela sua posição estratégica, entroncamento de rodovias com saídas para o Interior, a Capital e o Porto de Santos. Possui um Aeroporto Internacional, que se destaca por ser o maior aeroporto de cargas do País, passando por um processo licitatório e de estudo de impacto ambiental para sua ampliação, o que o tornará o maior da América Latina.

Em um mundo globalizado, em que a competitividade de países e regiões deve ser analisada num contexto de interdependência complexa, onde os atores são múltiplos, sejam eles públicos ou privados, e se relacionam numa rede ampla, extrapolando os limites governamentais e criando novas regras, ainda que informais, de governança, as regiões buscam seu desenvolvimento propagando suas características de atratividade para ampliar os investimentos e inseri-las com mais força no mercado internacional.

A cidade-polo de Campinas, com sua Secretaria Municipal de Cooperação Internacional, abre as portas das demais cidades da Região para a divulgação de

seus empreendimentos fora do País, bem como para a divulgação de suas características de atratividade para os investimentos estrangeiros.

Conforme nos colocou o então Secretário de Cooperação Internacional de Campinas, Sr. Romeu Santini, em resposta à nossa pergunta sobre a possibilidade de haver algum desempenho desta Secretaria em nome da Região como um todo:

Para nós, cada município tem sua autonomia. No entanto, nos eventos que organizamos, sempre convidamos a todos os prefeitos da RMC e abrimos as portas para os relacionamentos. Da mesma forma, quando chega alguma cidade ou empresa, ou qualquer outro tipo de investimento, em busca de algo que Campinas não tem, mas que outra cidade da região tenha, nós não deixamos de fazer essa ponte (ANEXO, Entrevista).

E, como já vimos antes, ele ainda completa que a Região está em primeiro lugar, haja vista ser de interesse dela, como um todo, o desenvolvimento de cada cidade (ANEXO, Entrevista).

No entanto, não se pode descartar que o Conselho de Desenvolvimento da RMC já está atuando por conta própria nesta busca por investimentos estrangeiros. Em outubro de 2010, o presidente do Conselho e Prefeito de Jaguariúna, Gustavo Reis, embarcou com uma comitiva da RMC para Atlanta (EUA), com a missão de “vender” a Região para o empresariado internacional. A ideia era apresentar a importância da RMC na economia brasileira, principalmente pela infraestrutura e logística (COMITIVA, 2010).

Considere-se, também, o fato de Campinas ser um dos cinco polos tecnológicos do Estado de São Paulo, com diversos institutos e centros de pesquisa, a Universidade Estadual de Campinas e a Pontifícia Universidade Católica de

Campinas. De acordo com Carlos Américo Pacheco e Carlos Henrique de Brito Cruz, “a produção do conhecimento e o desenvolvimento científico e tecnológico favorecem a realização de parcerias com indústrias e constituem um ambiente diferenciado para novos empreendimentos de base tecnológica” (PACHECO & BRITO CRUZ, 2003).

A forte presença do setor industrial de alta tecnologia acaba sendo, também, uma oportunidade de negócios em outros setores, tais como serviços especializados, atividades de suporte à indústria, hotelaria, alimentação, imobiliário, etc.. Enfim, muitos outros fatores podem ser elencados para demonstrarmos a atratividade que a Região é capaz de exercer para grandes empresas estrangeiras interessadas em investir no Brasil.

Retomando o *spillover* macrometropolitano, destaquemos a transferência que a Robert Bosch do Brasil fez de uma planta de produção de motores elétricos localizada em São Paulo para uma unidade sua instalada em Campinas. Esta transferência se estendeu de maio a dezembro de 2004 e gerou 200 oportunidades de emprego na região. Ainda no mesmo ano, instalou-se em Campinas a coreana Samsung, instalando no município a unidade de celulares que ficava em Manaus. O investimento anunciado pela empresa, somente no ano de 2004, totalizou US\$ 80 milhões, divididos em marketing e treinamento (US\$ 20 milhões), equipamentos (US\$ 40 milhões) e pesquisa (US\$ 20 milhões). Destaca-se o fato de que os coreanos optaram por Campinas por conta da sua infraestrutura.

Na mesma tendência de transferências, não se trata apenas das linhas de produção, mas também dos centros de comando. A título de exemplo, ainda em

2004, tivemos o caso da Invista, que pertencia ao grupo DuPont e, em abril daquele ano, foi comprada pela Koch Industries, com transferência do corpo gerencial e administrativo de São Paulo para Paulínia, já tendo também uma unidade em Americana.

Com uma economia baseada na indústria, mas tendo também um setor agroindustrial a ser considerado, e com perfil diversificado, a RMC é a segunda preferida no Estado de São Paulo pelos investidores, totalizando investimentos de R\$ 8,6 bilhões, entre 1998 e 2002.

Nascida de uma *joint-venture* entre a Rempel & Cia. Ltda., metalúrgica de origem brasileira, com sede em São Paulo, e a Selzer Fertigungstechnik GmbH & Co. KG, indústria alemã produtora de conjuntos e sistemas para a indústria automobilística, a Selzer Rempel Automotiva instalou-se em Vinhedo, em junho de 2005, com um investimento total de R\$ 15 milhões. Segundo o diretor da empresa brasileira, Albert Rempel, 70% do volume produzido seria destinado à exportação, por meio do principal cliente, a Daimler Chrysler. De acordo com o diretor da empresa alemã, Hans-Joachin Selzer, a planta de Vinhedo era a primeira do exterior e tinha como objetivo facilitar a entrada dos produtos no mercado norte-americano. Segundo profissionais do setor automobilístico, os fatores que motivaram a instalação da Selzer Rempel em Vinhedo foram a localização geográfica, a proximidade da capital, a malha rodoviária, a mão-de-obra especializada e a qualidade de vida (KUHLMANN, 2005).

Em entrevista ao jornal *Correio Popular*, o presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMC e Prefeito de Jaguariúna, Gustavo Reis, deixa sua

percepção do quanto as características colocadas acima são determinantes para que o investimento chegue à Região:

Quando o empresário vem a uma região para instalar sua indústria, ele não busca só os incentivos fiscais, ele quer saber se ali tem uma boa saúde para o trabalhador dele, se tem escola para o filho do trabalhador dele, se vai ter segurança para ele poder viver, se vai ter mão de obra. Isso é fundamental. Esses dez anos consolidaram essa unificação de uma região que soube fazer a sua lição de casa e se desenvolver aproveitando essa grande metrópole que é Campinas e o potencial dessas outras cidades que estão no entorno. (REIS, 2010)

Percebe-se, portanto, como os fatores determinantes de vantagens competitivas que apontamos, de acordo com a tese de Michael Porter, são a base para se chegar à internacionalização, conforme as características apontados por Soldatos para uma cidade internacionalizada.

Comprovando nosso argumento de atratividade das empresas estrangeiras pelos fatores que caracterizam a RMC, especialmente pelo Aeroporto de Viracopos, podemos perceber a proporção dos investimentos estrangeiros, na RMC, em relação ao total de investimentos, em comparação com a RMSP, entre 2000 e 2009, conforme dados da Seade (**Tabela 13** e **Figura 8**). Por vezes, a proporção de investimentos estrangeiros na RMC supera a proporção da RMSP e a do próprio Estado de São Paulo.

Além disso, temos uma clara percepção de haver um ciclo fechado de causa e efeito, quando se trata de investimento estrangeiro de alta tecnologia e investimento em ciência e tecnologia realizado por atores nacionais. Não somente pelo fato de que as empresas são atraídas pela Região já por ser ela um polo

tecnológico, mas também pelo fato de que as próprias empresas trazem consigo, muitas vezes, seus laboratórios e pesquisadores, ampliando a rede de pesquisa e desenvolvimento da Região, tornando isso um motivador para que mais investimentos sejam feitos no setor científico e gerando uma atração para que cientistas não saiam do País, tendo seu emprego nas indústrias que aqui instalam seus laboratórios. Segundo o então Secretário de Cooperação Internacional de Campinas, “os pesquisadores estão entre as demandas das empresas” (ANEXO, Entrevista).

Segundo o Prof. Dr. Gustavo Zimmermann, Diretor Executivo da AGEMCAMP:

Uma pesquisa que eu fiz, recentemente, no triênio 1998-2000, as cidades de Campinas e Paulínia concentravam 50,2% das intenções de investimento na RMC. Em 2007 e 2008, Campinas e Paulínia concentraram 68% dos investimentos. Isso quer dizer que as cidades que recebiam recursos, há dez anos atrás, numa proporção de 50% tiveram essa participação reduzida pela metade. Há uma concentração muito grande, que têm explicações históricas, mas elas, em grande parte, estão assentadas na existência de escolas com currículos aceitos na União Européia, como é o caso do Porto Seguro, ou como a Escola Americana, com currículo aceito pelos Estados Unidos. E isso tende a atrair bastante as empresas para essas localidades, pois os executivos se sentem atraídos por isso. Porém, existe também o fato de a malha viária ser bem desenvolvida e a região estar muito bem interligada, de tal modo que, nos últimos anos, as grandes empresas que vieram para a Região não queriam mais ficar em Campinas, em que pese a maioria dos investimentos ainda se dar nas cidades de Campinas e Paulínia. O que é um indicador de maior integração regional. Cabe à AGEMCAMP continuar neste trabalho. Estamos pensando um programa de formação dos funcionários públicos das prefeituras das pequenas cidades da RMC, especificamente em técnicas de atração de investimentos, de recepção de empreendedores, etc. (ANEXO, Entrevista)

Vê-se, portanto, que a AGEMCAMP coloca entre suas prioridades a meta de adaptar a Região à geografia do capital, conforme a afirmação de Brenner de que,

atualmente, esta é a dinâmica de um mundo globalizado e competitivo, ao invés de o capital se adaptar à geografia da região. Além disso, a AGEMCAMP joga com a tentativa de superar as desigualdades intrarregionais, na medida em que a RMC é vista pelos seus gestores como uma unidade política.

Conforme Michael Porter, a manutenção da vantagem competitiva é um ato pouco natural em muitas empresas e isso depende do papel que o governo exerce, especialmente no estímulo à melhoria competitiva e à inovação. Neste sentido, o papel do governo, seja federal ou estadual, como incentivador de inovação tecnológica deve estar na pauta de programas de desenvolvimento, que busquem vencer as dificuldades da competitividade internacional (PORTER, 2002, p. 86).

Mais uma vez, ressaltamos aqui o fato de que a participação governamental não se restringe a uma única esfera de governo, de modo que o Conselho de Desenvolvimento da RMC acaba sendo o interlocutor dos governos locais e seus representantes da sociedade civil, junto aos governos estadual e federal, na obtenção dos recursos e na gestão de programas visando ao desenvolvimento da região, na busca de uma maior competitividade internacional.

De acordo com um Atlas da Economia Paulista, elaborado pela Fundação Seade, temos, no setor de Ciência e Tecnologia, as Regiões Administrativas de São José dos Campos e de Campinas (na qual se insere a RMC) como as duas do Estado que possuem maior número de laboratórios nas empresas industriais e de serviços, sendo superadas apenas pela RMSP. No entanto, a diferença entre o número de laboratórios nas indústrias é bem superior do que o número nas empresas de serviços (SEADE, 2001).

Em 25 de abril de 2006, em palestra intitulada “Desenvolvimento Econômico Regional”, organizada pela Associação dos Profissionais de Propaganda (APP) de Campinas, o diretor do Departamento de Economia da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), Laerte Martins, falou sobre a importância dos investimentos realizados na RMC entre 2001 e 2006. Tais investimentos somaram, neste período, R\$ 20,4 bilhões, dos quais 68,5% foram destinados à indústria, representando 16% do total do Estado de São Paulo, contribuindo para que a Região Metropolitana de Campinas representasse 5,5% do PIB nacional e 13% do PIB estadual, em 2006. Martins destacou o fato de que do total de investimento realizado estavam incluídos projetos de 50 multinacionais instaladas na RMC, demonstrando a força da região. Ainda segundo ele, a atração de dinheiro privado se deve a três fatores: desenvolvimento científico, tecnológico e logístico da RMC, sendo este último marcado, principalmente, pelo Aeroporto de Viracopos e seu projeto de ampliação, e a infraestrutura rodoferroviária que permite o escoamento da produção, especialmente para o Porto de Santos (OLIVEIRA, 2006).

A título de mais um exemplo, em 2007, a multinacional alemã SAF-Holland anunciou a instalação de sua primeira fábrica fora do país sede, escolhendo justamente a RMC como local, na cidade de Jaguariúna. O total do investimento previsto até 2012 é de 5 milhões de euros. A unidade brasileira tem como finalidade servir de base para atender a todo o mercado latinoamericano, com 20% a 30% da produção destinada aos países vizinhos. Segundo o coordenador do projeto brasileiro da multinacional, a escolha estava pendente entre as Regiões de

Campinas e São José dos Campos, mas a proximidade com Viracopos e a malha rodoviária pesaram na decisão final (OLIVEIRA, 2007).

No ano de 2008, outra multinacional alemã, a BSH Continental, ampliou sua produção, modernizando a sua gestão no Brasil, com a criação de um parque industrial em Hortolândia, num investimento de R\$ 50 milhões. Na inauguração, o então secretário de Desenvolvimento da Produção, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Armando de Mello Meziat, havia afirmado que o governo iria incentivar a atração de investimentos produtivos calcados em inovação e sustentabilidade, na segunda fase do programa de política industrial brasileira (LEITE, 2008).

Tendo vencido o processo de licitação para atender à demanda do Metrô de São Paulo e da Companhia Metropolitana de Trens Metropolitanos, da RMSP, em 2009, a multinacional espanhola Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles (CAF) iniciou, no mesmo ano, a operação de sua primeira unidade industrial na América Latina, na cidade de Hortolândia (RMC), com um investimento inicial de R\$ 150 milhões. A empresa é uma das quatro maiores fabricantes de trens e equipamentos ferroviários do mundo e possui projetos em mais de 30 países, com filiais comerciais no México, Brasil, Argentina, Irlanda, Itália, Argélia, Turquia e Chile, além de fábrica nos Estados Unidos. Segundo a imprensa, a construção de fábrica na RMC é demonstração de interesse em concorrer ao projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV), que vai do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo. Além da CAF, outras cinco multinacionais do setor

ferroviário estão instaladas em Hortolândia: Amsted Maxion, Bombardier, Caterpillar, Progress Rail/MGE e Hewitt (GASQUES, 2009; AGEMCAMP, 2010).

O projeto do Trem de Alta Velocidade não só está vinculado à ampliação do Aeroporto de Viracopos, pretendendo desconcentrar os aeroportos de Guarulhos e de Congonhas, como também já é visto como decisivo para atender à demanda de passageiros que virão ao Brasil para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, tendo em vista sua ligação com o Rio de Janeiro. Naturalmente, estamos diante de um megaprojeto que vai envolver todas as esferas de governo, além de atores privados, enquadrando-se em uma governança multinível.

No âmbito da paradiplomacia direta da cidade de Campinas, a Secretaria Municipal de Cooperação Internacional realizou, em agosto de 2008, três reuniões para apresentar o projeto do TAV a empresários coreanos, chineses e franceses, conforme relatório de atividades da Secretaria, que obtive junto ao seu Diretor (ver ANEXO, p. 217).

De acordo com o Programa de Aceleração do Crescimento 2, o projeto do TAV, que antes estava restrito ao eixo Campinas-Rio, com passagem por São Paulo, será ampliado com linhas Campinas-Uberaba e Campinas-Belo Horizonte, além de São Paulo-Curitiba, totalizando 1.991 quilômetros (AGEMCAMP, 2010).

Tabela 13.

Proporção de Investimento Estrangeiro em todos os setores

	Estado de São Paulo	RMC	RMSP
2000	65,88%	54,57%	60,23%
2001	34,77%	62,90%	18,02%
2002	33,33%	36,56%	20,81%
2003	24,71%	24,21%	29,89%
2004	37,32%	36,33%	19,13%
2005	34,41%	45,06%	24,74%
2006	19,33%	10,79%	24,59%
2007	33,42%	43,13%	17,89%
2008	31,58%	48,80%	25,95%
2009	49,08%	24,93%	35,56%

Fonte: Seade

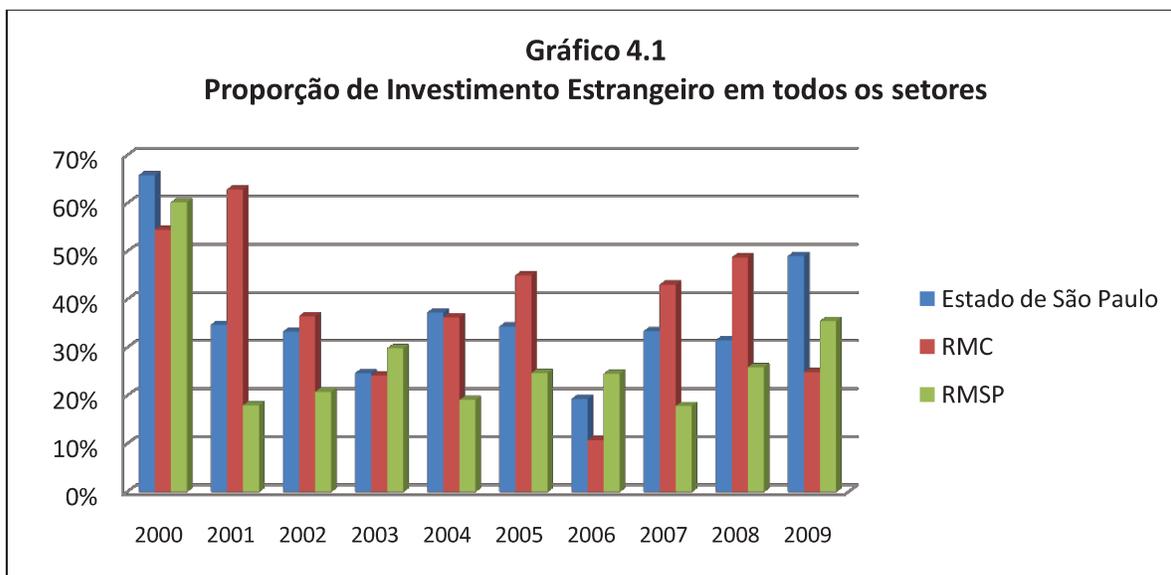


Figura 8. Proporção de Investimento Estrangeiro em todos os setores

Fonte: Seade

4.4. Comércio Exterior

Quando se trata de comércio exterior, os atores principais da paradiplomacia regional são as empresas e seus representantes. Como maior exemplo de uma paradiplomacia do setor privado, temos as câmaras internacionais de comércio, tais como: Câmara Americana de Comércio (AMCHAM), Câmara Árabe Brasileira, Câmara Ítalo Brasileira, apenas para citarmos algumas.

Na Região Metropolitana de Campinas, para unir um pouco mais todas essas redes em torno do potencial do Aeroporto de Viracopos e da vocação da cidade como centro de negócios internacionais, criou-se o Centro de Negócios e Informações de Campinas (CENIC), que se tornou um aprofundamento no modelo de *trade point*. Vinculado à Secretaria de Cooperação Internacional de Campinas, o CENIC tem como objetivo “fomentar negócios, através de apoio e incentivo aos micro, pequenos e médios agentes econômicos, para fixação e abertura de novos mercados, contribuindo com a geração de emprego e renda” (CENIC, 2010).

Além de interagir com outras secretarias do governo municipal, o CENIC também interage com instituições públicas e privadas, universidades, institutos econômicos e de pesquisa, sempre buscando inovar na diplomacia privada, realizando missões ao exterior e ampliando os mercados para os produtos da região.

Nossa análise é de que este entendimento empresarial em torno do CENIC, numa forma cooperativa, existe por conta de ser a RMC um *cluster* fundado na inovação científica e tecnológica, de modo que todos os setores econômicos

compõem uma unidade integrada que funciona dentro de uma lógica de interdependência e complementaridade. Mesmo dentro de um setor específico, como é o caso do setor industrial, a busca por uma maior competitividade no plano externo vale mais do que as rivalidades entre as empresas da Região. Isso fortalece a ideia de cooperação dentro do *cluster* para ter maior competitividade fora dele (PORTER, 2000; 2002).

Entretanto, como já dissemos antes, essa paradiplomacia (pública ou privada) não funciona sem a participação do governo federal, incluindo a Região Metropolitana como uma de suas ilhas de desenvolvimento estratégicas. Com esta percepção, no terceiro mês do primeiro mandato do Presidente Lula, o potencial da Região Metropolitana de Campinas já era anunciado como uma aposta do seu governo. O então presidente da Agência de Promoção das Exportações (APEX), Juan Manuel Quirós dizia que um de seus objetivos era “vender” a RMC para o mundo, focando especialmente no potencial econômico e industrial, a fim de obter um aumento de 10% nas exportações brasileiras em 2003. Com apoio político do então Ministro Luiz Furlan e um orçamento de R\$ 200 milhões, Quirós estabeleceu um programa de incentivo às exportações e definiu-se como uma “espécie de embaixador” da RMC neste sentido. Segundo Quirós, “a RMC tem um importante polo industrial e bastante diversificado”, destacando-se a presença do setor farmacêutico, eletrodoméstico e de alta tecnologia, entre outros (FINETTO, 2003).

Ainda no ano de 2003, a APEX declarou que iria projetar a Região Metropolitana de Campinas “como base de exportação de produtos de alto valor agregado para o Mercosul e América Latina”. De acordo com o então Ministro do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, esta meta estava apoiada no fato de que a ampliação do Aeroporto de Viracopos estava entre as prioridades do Plano Plurianual do governo federal. O Ministro também salientou que 50% das exportações das empresas locais, todas de alto valor agregado, já tinham como destino os Estados Unidos (LEITE, 2003).

Importante verificar que não apenas o Aeroporto de Viracopos é uma base para a ampliação do comércio exterior do Brasil e da RMC, mas o IIRSA tem, também, entre seus projetos a ligação do País com os portos do Pacífico, no Chile e no Peru, para atender à demanda, cada vez maior, dos países asiáticos, especialmente a China, pelos produtos brasileiros.

Como consequência de todo o processo de ampliação das vantagens competitivas da região, e considerando os fatores determinantes dessas vantagens que consideramos neste capítulo, podemos verificar a evolução do comércio exterior da RMC, nos últimos anos.

De acordo com um estudo realizado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no ano de 2004, a Região Metropolitana de Campinas respondia por 9% das exportações paulistas, correspondendo a 3,21% do total nacional. O valor total das exportações foi de US\$ 3,099 bilhões, tendo um aumento de 24,18% em referência a 2003. Já de acordo com levantamento do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), os setores que mais se destacam nas exportações da região são: metalurgia, autopeças, telecomunicações, químico, informática, papel e celulose e eletroeletrônicos. A variação da pauta de produtos para exportação é o que favorece

a elevação das vendas para clientes internacionais. No ranking da RMC, Campinas ficou em primeiro lugar, com comercialização total no valor de US\$ 841,039 milhões, Jaguariúna em segundo, com US\$ 608,215 milhões, e Sumaré em terceiro, com US\$ 283,785 milhões (LEITE, 2005).

Em 2005, as exportações da Região Metropolitana de Campinas totalizaram US\$ 4,5 bilhões, tendo um aumento de 47% em relação a 2004, e representando um total de 4% das exportações brasileiras. A Apex considera o sucesso dos números como resultado de dois projetos. Um deles é o comprador, que tem como finalidade trazer os interessados em comprar produtos brasileiros para conhecer o potencial das empresas. Outro é o vendedor, que organiza missões comerciais em outros países, de modo que os empresários brasileiros divulguem seus produtos no mercado externo (GASQUES, 2006).

Ainda com os números em crescimento, a Apex considerou, em 2006, que o potencial exportador da Região Metropolitana de Campinas estava subestimado e, ciente da importância desse potencial para o crescimento econômico do País, decidiu fomentar as exportações regionais e oferecer informações e inteligência comercial para as empresas, em uma parceria com a Ciesp. Dessa forma, as empresas saberiam os meios adequados para divulgar seus produtos no mercado internacional. Segundo Juan Manuel Quirós, não obstante o aumento de 47% nas exportações da RMC, entre 2004 e 2005, o fato de apenas Campinas e Jaguariúna representarem 50% desde total significa que havia um grande potencial que não estava sendo explorado (GASQUES, 2006a).

Como provável consequência do programa da Apex de ampliação das exportações da RMC para Mercosul e América Latina, e segundo dados do primeiro boletim econômico regional, publicado pelo Centro de Economia e Administração (CEA) da PUC-Campinas, em 2006, a Venezuela foi o maior importador da RMC. Ainda nos primeiros quatro meses de 2007, o governo venezuelano havia comprado 29,29% dos produtos exportados pelas empresas da região, correspondendo a um total de US\$ 140,797 milhões. Na segunda posição, ficou os Estados Unidos, consumidor de 21,26%, e em terceiro, a Argentina, com 14,8%. De acordo com o economista Adauto Ribeiro, da PUC-Campinas, este fato era apenas o início de uma tendência crescente, pois a Venezuela acabava de ser aceita no Mercosul (MENEZES, 2007).

Mais uma vez, Campinas e Jaguariúna lideraram nas exportações, e também nas importações. Jaguariúna foi responsável por 27% das importações e 33% das importações, enquanto Campinas ficou com 26% e 19,7%, respectivamente. O Prof. Adauto Ribeiro explica que, apesar de estrutura deficitária do comércio exterior da RMC, ela se caracteriza “como polo de empresas com grande inserção global”, mesmo que não de forma homogênea, sendo que “cinco ou seis municípios estão inseridos no mercado internacional, por meio de multinacionais, e outros municípios possuem arranjos produtivos locais, como Holambra e Pedreira”. No cenário nacional, a RMC já correspondia, em 2007, a 12% das exportações do Estado de São Paulo e a 4% da nacional. Quanto às importações, 18,9% e 7,7%, respectivamente (Idem, ibidem).

Dando sequência à meta da Apex de priorizar o Mercosul nas exportações brasileiras, e especialmente nas exportações da RMC, nos primeiros dois meses de 2008, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai passaram a ser o principal destino dos produtos da região, recebendo 32% de todo o volume exportado e passando à frente da Venezuela. O segundo principal destino das exportações da RMC foram os países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que consumiram 28% do total exportado. Do total que a RMC exportou para o Mercosul, naquele período, 91% tiveram como destino a Argentina, sendo os 9% restantes divididos entre Uruguai e Paraguai. Entre janeiro e agosto do mesmo ano, as exportações para o Mercosul ampliaram ainda mais, em 19,3%, enquanto o total das exportações cresceram apenas 7,6% em relação aos oito primeiros meses de 2007. No entanto, no final do ano de 2008, em decorrência da crise financeira internacional, houve uma queda de 5,37% na balança comercial, com diminuição tanto das importações (7,4%), quanto das exportações (0,8%), no mês de outubro (GASQUES, 2008, 2008a, 2008b).

Voltando a ter um cenário promissor, em maio de 2009, já havia constatação de aumento das exportações da RMC, segundo o boletim econômico divulgado pelo Centro de Economia e Administração (CEA) da PUC-Campinas. Dos 19 municípios da região, 17 tinham vivenciado um aumento das vendas para o exterior entre março e abril, em comparação com janeiro e fevereiro. Apenas Paulínia e Sumaré tiveram queda. Campinas e Jaguariúna tiveram altas superiores a 30%, destacando-se um aumento de 1.044% das exportações de Campinas para o Marrocos e de 341% para a China. Os bens de capital (equipamentos, componentes e máquinas indústrias)

contribuíram com a alta e o Mercosul e a América Latina continuaram a ser os principais importadores (LEITE, 2009).

Com a balança comercial oscilando bastante em 2009, o primeiro semestre do ano terminou com alta das exportações em apenas três municípios da RMC: Cosmópolis (10,77%), Holambra (24,87%) e Pedreira (2,77%). Os demais 16 municípios registraram queda nas exportações, no mesmo período. Segundo o Prof. Fernando Sarti, do Instituto de Economia da Unicamp, o impacto da crise econômica na balança comercial da RMC foi maior do que o percebido nos dados do Brasil porque a pauta de exportações da região está concentrada em manufaturados, enquanto o Brasil tem uma pauta exportadora com foco nas *commodities*, cujo fluxo de vendas é contínuo para o exterior (LEITE, 2009a).

Enfim, os últimos dados de 2010, indicavam que as exportações da RMC mantinham um ritmo de crescimento, tendo avançado 12,71% no primeiro trimestre, em comparação com o mesmo período de 2009. Campinas liderou o ranking das exportações na região, totalizando US\$ 226,8 milhões, tendo ocupado o 9º lugar no ranking estadual. Os produtos mais exportados foram: celulares (US\$ 35,6 milhões), combustíveis e lubrificantes para aeronaves (US\$ 16,5 milhões) e motores elétricos (US\$ 9,8 milhões). O principal destino dos produtos vendidos por empresas do município foi a Argentina, com um total de US\$ 64 milhões, e o comércio com o país vizinho aumentou 25,39% em relação ao primeiro trimestre do ano passado (LEITE, 2010).

Comprovando ainda mais a consolidação da RMC como uma região de grandes negócios internacionais e exportadora de produtos de alto valor agregado,

em 2008, inaugurou-se em Campinas o primeiro Tribunal Internacional de Justiça Arbitral da região, atuando em parceria com outros tribunais, tanto no território nacional quanto em outros países. A finalidade era, justamente, agilizar as causas, podendo ser resolvido por arbitragem tudo o que diga respeito a direitos que as partes possam livremente dispor, como, por exemplo, tudo o que possa ser estabelecido em um contrato.

4.5. Paradiplomacia municipal de Campinas, Região Metropolitana e Política Externa Brasileira

Ao fazermos uma análise da paradiplomacia municipal, levamos em consideração dois aspectos fundamentais: primeiro, a sua influência na Região Metropolitana de Campinas; segundo, o seu alinhamento com a política externa brasileira, neste caso, com a do Governo Lula¹⁹.

Quanto ao primeiro aspecto, tentamos demonstrar, desde o Capítulo 3, a relação de interdependência e complementaridade econômicas que movem a RMC de forma conjunta na busca de seu desenvolvimento, sendo que o avanço de cada cidade significa o avanço da Região como um todo, conforme nos disse o próprio Secretário de Cooperação Internacional de Campinas, Sr. Romeu Santini, em sua entrevista (ANEXO). Ademais, tanto Santini quanto o Prof. Dr. Gustavo Zimmermann, Diretor da AGEMCAMP, deixa claro, em sua entrevista, a proximidade, cada vez

¹⁹ Dois motivos nos levam a considerar somente a política externa do Governo Lula: primeiro o fato de que a RMC foi institucionalizada no final do Governo FHC, tendo suas repercussões quando o Presidente Lula já estava no poder; segundo pelo fato de que nossa análise, e os dados que temos, estão concentrados no período que coincide com dos dois mandatos do Presidente Lula.

maior, entre a Secretaria de Cooperação Internacional de Campinas e a AGEMCAMP.

De acordo com Ulysses Semeghini, “a função de centralidade que o município (de Campinas) precocemente desenvolveu sobre uma ampla e rica região do estado (...) foi sempre um importante fator de estímulo à base econômica local” (SEMEGHINI, 2006, p. 38).

Vimos, até aqui, que a inserção internacional da RMC não se faz simplesmente por meio de uma paradiplomacia urbana (municipal ou privada). Mesmo porque este é apenas um fator que caracteriza uma cidade ou região internacional, conforme Panayotis Soldatos (ver p. 73 e 74). De fato, ao tomarmos os referidos fatores, percebemos que alguns deles são “herdados do próprio território” (PORTER, 2002), e outros são consequência de uma adaptação da Região à geografia do capital, algo que ocorre por conta de uma vocação regional derivada de um processo histórico.

Assim sendo, a paradiplomacia urbana – e, neste caso, a municipal – é exercida pelas condições que a própria cidade e/ou região oferece(m) para que seus representantes possam negociar no plano internacional, seja em assuntos políticos, econômicos ou culturais. Ou seja, a paradiplomacia é feita dentro da visão teórica de Keohane e Nye (interdependência complexa), segundo a qual as relações internacionais não implicam mais em um jogo de soma-zero, mas sim, de ganhos múltiplos. Isso exige, portanto, uma cooperação e, para tal, é preciso saber demonstrar os ganhos daquele com quem se negocia.

A todo momento, quando pesquisamos a forma de condução da paradiplomacia campineira, vemos que a Prefeitura Municipal e sua Secretaria de Cooperação Internacional apresentam a cidade como centro da Região Metropolitana. Ou seja, todos os fatores que fazem da cidade um local de atração para os negócios internacionais, para os investimentos estrangeiros e que definem suas vantagens competitivas no mercado internacional são, de fato, características da Região. Reforçando este nosso argumento, o próprio Secretario Romeu Santini deixou claro, quando respondeu à nossa pergunta sobre a influência da paradiplomacia municipal nas demais cidades da Região:

Para nós são diferentes, cada município tem sua autonomia. No entanto, nos eventos que organizamos, sempre convidamos a todos os prefeitos da RMC e abrimos as portas para os relacionamentos. Da mesma forma, quando chega alguma cidade ou empresa, ou qualquer outro tipo de investimento, em busca de algo que Campinas não tem, mas que outra cidade da região tenha, nós não deixamos de fazer essa ponte. Por exemplo, nós recebemos uma delegação de Angola, que quis conhecer institutos de pesquisa. Então, levamos aos nossos institutos, aqui na cidade. Mas, também quiseram conhecer a indústria têxtil, então levamos à Americana. (ANEXO, Entrevista)

Enfim, considerando o fato de que a Região é prioridade, conforme o próprio Secretário já colocou, de que não há nenhuma outra cidade da Região com uma Secretaria de Cooperação Internacional e de que a AGEMCAMP não exerce uma paradiplomacia direta, fica mais fácil concluir que as atividades paradiplomáticas da Prefeitura de Campinas atendem a toda RMC.

Voltando-nos, agora, para a questão do alinhamento da paradiplomacia municipal de Campinas com a política externa brasileira, tomaremos como referência a tese de Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni sobre a estratégia da “autonomia pela

diversidade”, que teria marcado a política externa do Governo Lula (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

De acordo com os autores, define-se “autonomia pela diversificação” como:

(...) a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, 283).

Ao estudarmos atentamente o relatório de atividades da Secretaria de Cooperação Internacional de Campinas, nos últimos 3 anos (ver ANEXO), podemos perceber claramente como a paradiplomacia segue a mesma tendência da política externa brasileira, especialmente no que se refere às relações Sul-Sul.

Ainda segundo Vigevani e Cepaluni:

As mudanças percebidas na política externa do Governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1a) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2a) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3a) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4a) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. Essas diretrizes, ao longo do primeiro período de governo, de 2003 a 2006, provavelmente desdobrando-se no segundo período, implicaram ênfases precisas: (1a) aprofundamento da Comunidade Sulamericana de Nações (Casa); (2a) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; (3a) ação de destaque na Rodada Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4a) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (5a) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6a) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7a) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 291 e 292)

Interessante notar que a paradiplomacia municipal de Campinas vai, claramente, ao encontro de duas diretrizes da política externa brasileira colocadas acima, ainda que de forma adaptada ao contexto local/regional: adensamento das relações (para)diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico e cultural; e fortalecimento das relações bilaterais de forma a aumentar o peso da Região nas negociações econômicas internacionais.

No que tange à primeira diretriz que destacamos, trata-se de usufruir das vantagens competitivas regionais, que analisamos ao longo de todo este capítulo. Fica claro no relatório de atividades da Secretaria de Cooperação Internacional a ênfase nos temas ligados ao comércio exterior, investimentos estrangeiros, em grande parte trazendo junto questões de ciência e tecnologia. Com relação à bilateralidade, trata-se de uma característica da própria paradiplomacia, que acaba se concretizando, frequentemente, pela sequência de encontros bilaterais, sejam no plano vertical (cidade-país, empresários-país) quanto horizontal (cidade-cidade, empresários-empresários, cidade-empresários). Raras vezes, estes encontros acontecem com representantes ou delegações de mais de um país, cidade ou região.

Quanto às ênfases da política externa do Governo Lula, resultantes das suas diretrizes, apontadas por Vigevani e Cepaluni, também podemos verificar uma simetria com a paradiplomacia campineira, a partir do relatório de atividades da Secretaria de Cooperação Internacional (ANEXO), destacando-se: aprofundamento

das relações com os países da Comunidade Sulamericana de Nações (CASA); intensificação das relações com países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; e estreitamento das relações com os países africanos.

Apenas para destacar a China, entre abril de 2008 e dezembro de 2010, foram 17 compromissos, envolvendo encontros com empresários e representantes consulares, missões à China e participação em seminários. Destaca-se, em abril de 2009, o lançamento do Guia Campinas de Investimentos em mandarim. Nas relações com os demais países emergentes, especialmente IBAS e BRICs, todos estiveram de alguma forma inseridos na agenda paradiplomática campineira, entre 2008 e 2010.

À parte a África do Sul, destacamos outros países do continente africano que se relacionaram com a RMC por meio da paradiplomacia municipal de Campinas: Marrocos (empresários), Nigéria (empresários), Sudão (recepção ao Embaixador no Brasil) e Angola (empresários, diplomatas e Governador de Lunda do Norte).

Nas relações sulamericanas, se antes o Mercosul já era destaque na agenda paradiplomática campineira, por ser Campinas membro da Rede Mercocidades, com a Comunidade Sulamericana de Nações (CASA) percebe-se uma ampliação das relações com os demais países do continente. Ressaltamos aqui, a aprovação pela RMC do ingresso da Venezuela no Mercosul, em 2007, antes mesmo disso ocorrer definitivamente. Naquele ano, o Boletim Econômico da Faculdade de Economia da PUC-Campinas já indicava ser a Venezuela o segundo mercado para as exportações

da cidade. De acordo com o Prof. Dr. Aduino Ribeiro (PUC-Campinas), a entrada da Venezuela no Mercosul contribuiria com os demais países do bloco, tornando seus produtos mais competitivos em relação aos concorrentes europeus, chineses e americanos, haja vista a pressão sobre a Venezuela pela redução das tarifas de importação. Para o Diretor da Secretaria de Cooperação Internacional, Rodrigo Hajjar Francisco, a possibilidade de entrada da Venezuela no bloco já apontava para uma tendência de ampliação da cooperação para além de comércio exterior, incluindo a oferta de tecnologia, transferência de conhecimento, prestação de serviços especializados e turismo de negócios (LEITE, 2007).

Percebe-se, sim, que o ingresso da Venezuela no Mercosul colocou-a como um dos grandes destaques da agenda paradiplomática campineira entre 2008 e 2010, incluindo a assinatura da Carta de Intenções Campinas-Venezuela, em março de 2010.

Interessante notar que, tal como ocorreu com a política externa do Governo Lula, não houve nenhum afastamento dos países ricos na paradiplomacia municipal de Campinas. Se notarmos bem, nos 32 meses listados no relatório de atividades da Secretaria de Cooperação Internacional (ANEXO), houve algum encontro com representantes (empresários ou diplomatas) de países ricos. E, em 21 deles, houve algum encontro com empresário ou diplomata norteamericano, ainda que em participação em algum evento organizado pela Câmara Americana de Comércio (AMCHAM).

O ponto mais importante na nossa análise desta paradiplomacia municipal, que acaba sendo também uma paradiplomacia regional “por carona”, está

justamente na questão que a diferencia da política externa nacional. Se esta última acaba tendo como fator de risco a busca de novos mercados para os produtos agrícolas, dificultando a situação da indústria e dos serviços de desenvolvimento ligados à alta tecnologia (ROUQUIÉ apud VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 299), a paradiplomacia campineira busca, contrariamente, mercados para estes últimos setores da economia.

Conforme vimos até aqui, a vocação regional da RMC está centrada no seu desenvolvimento científico e tecnológico, na produção com inovação e na infraestrutura capaz de integrar a Região e colocá-la em conexão com o mundo. Por ser um dos cinco polos tecnológicos do Estado de São Paulo, com reconhecimento internacional, tendo sua base econômica baseada nos setores industrial e de serviços especializados, qualquer paradiplomacia que se realize no plano da RMC terá como objetivo a transferência de conhecimento, a prestação de serviços e a venda de produtos de alto valor agregado.

Conclusão

O processo de globalização que se aprofundou nos anos 1990 tornou-se uma via de mão dupla. Se, por um lado, a “perfuração” das fronteiras aumentou a vulnerabilidade dos Estados e trouxe impactos consideráveis para diversas regiões, especialmente no plano econômico, por outro, também causou uma nova oportunidade para que cidades e regiões buscassem seus desenvolvimentos, por meio de uma paradiplomacia.

Considerando este contexto de globalização, em que os atores subnacionais, especialmente cidades e regiões, buscam seus espaços nesta rede de interdependência complexa que define o sistema internacional, vimos que o que está em jogo é a ampliação das vantagens competitivas, que se faz por meio de uma adaptação do espaço na busca pelo capital que definirá seu desenvolvimento.

Neste sentido, demonstramos como a Região Metropolitana de Campinas utilizou de suas vocações regionais para buscar esta inserção internacional, destacando-se: 1) ser um dos cinco polos tecnológicos do Estado de São Paulo, com uma grande diversidade de centros de pesquisa e universidades, reconhecida como uma das regiões mais importantes do mundo no que diz respeito à produção de alta tecnologia; 2) possuir um aeroporto internacional em vias de ampliação, inclusive para atender a todo o continente sulamericano; 3) ser o entroncamento de uma malha rodoferroviária com ligação ao Porto de Santos; 4) ter como destaque na sua economia um setor de serviços especializados que atende ao setor industrial; 5) ter um projeto de saída para a Hidrovia Tietê-Paraná que, em breve, comporá, com a

Hidrovia Paraná-Paraguai, a Hidrovia Mercosul; 5) ter estabelecido um comércio exterior altamente eficiente, exportando produtos de alto valor agregado.

Importante deixar claro, nesta conclusão, que toda a nossa análise da inserção internacional da RMC, demonstrando suas vantagens competitivas, foi permitida pela nossa demonstração da interdependência e complementaridade econômicas intrarregionais. De acordo com a teoria do “novo regionalismo”, demonstramos nossa hipótese de que a RMC busca sua competitividade de forma integrada, como um conjunto orgânico, buscando atender aos interesses da Região como um todo, de forma suprapartidária.

No entanto, ao mesmo tempo em que se percebe uma tendência de Campinas a ser uma cidade global, considerando-se a Região Metropolitana, demonstramos que se trata de uma meta inatingível pela sua proximidade com São Paulo, que já é uma cidade global, conforme as definições de Saskia Sassen. Porém, se por um lado isso pode ser ruim, por outro, é um benefício para a Região, que se utiliza de alguns serviços da capital paulista (e de sua Região Metropolitana) para fortalecer sua própria inserção internacional.

Conforme demonstramos, assim como aconteceu com a cidade de São Paulo e seu entorno – uma realocação dos diferentes setores econômicos –, o fato de a Região Metropolitana de Campinas estar inserida na macrometrópole também a inclui no processo de *spillover*, recebendo as diversas empresas do setor industrial e de serviços que saíram da capital ou expandiram suas atividades para outras localidades. Da mesma forma ocorreu nos limites da própria RMC, com setores antes

concentrados na cidade-polo se espalhando por outros municípios da Região, ampliando a interdependência intrarregional.

Disso decorre a nossa conclusão de que a característica de cidade internacional, entre as estabelecidas por Panayotis Soldatos, que não se enquadra diretamente na RMC pode ser vista como sendo dela por conta da sua inserção na macrometrópole. A proximidade com a capital paulista não permitiu que cidade de Campinas tivesse uma mídia de repercussão e difusão internacionais. Afinal, se considerarmos que a mídia paulistana tem como objetivo divulgar e analisar o dia-a-dia da nação, não se restringindo à cidade de São Paulo, à sua Região, nem mesmo ao Estado de São Paulo, resta-nos evidente que não seria uma unidade da macrometrópole paulista que estaria fora deste contexto.

Ainda com relação às características da RMSP que são aproveitadas pela RMC, mas dentro do conceito de cidade global de Saskia Sassen, demonstramos como a proximidade com São Paulo restringiu o setor financeiro à capital paulista.

No entanto, as nossas conclusões mais importantes estão ligadas à nossa análise da RMC de forma desvinculada da RMSP. Se levarmos em consideração os principais fatores que determinam a sua inserção internacional (ciência e tecnologia, infraestrutura, investimento estrangeiro, comércio exterior e paradiplomacia), veremos que todos acabam culminando em outras 11 características definidas por Panayotis Soldatos: recebe fatores de produção estrangeiros e fluxo de comércio; abriga instituições estrangeiras e internacionais; exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior; multiplicidade de comunicações sociais com o exterior; é diretamente interligada com

o exterior por meios de transportes e de comunicações; possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais; acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais; abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais; exerce uma paradiplomacia urbana (municipal ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização; mantém entendimentos com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades; posição geográfica de abertura para o mundo.

Com relação a esta última característica, devemos considerá-la como uma consequência de toda a infraestrutura que vem sendo desenvolvida há mais de um século, ligando a Região ao Porto de Santos. Soma-se a isso, a infraestrutura mais contemporânea, que insere a Região na futura Hidrovia Mercosul, graças à sua posição dentro da Bacia do Prata e, mais precisamente, numa bacia hidrográfica que permite acesso à Hidrovia Tietê-Paraná.

E, para fecharmos as 13 características de cidade internacional, segundo Panayotis Soldatos, resta-nos uma característica que é natural de todo o País, qual seja: possuir uma população com composição étnica diversificada.

Agora, voltando-nos um pouco mais para os fatores que utilizamos como principais determinantes da inserção internacional da RMC, tomamos como conclusão a relevância da governança multinível para se chegar às vantagens competitivas que garantem uma verdadeira inserção.

Conforme vimos pela teoria de Neil Brenner, o processo de globalização resultou em uma permeabilização das fronteiras, porém aumentando o papel do Estado. Dessa forma, os fluxos de comércio e capital, bem como as vocações de determinadas regiões, tornaram-nas locais-chave, culminando em um reescalonamento do poder estatal. Além disso, segundo o autor, as instituições públicas nacionais continuaram exercendo um papel primordial na formulação, implementação e coordenação de políticas públicas urbanas. Nossa conclusão, portanto, é de que a teoria de Neil Brenner se coloca como interseção das teorias neo-realista e da interdependência complexa, ao analisarmos a inserção internacional de cidades e regiões.

Conforme demonstramos, isso tem ocorrido no Brasil, na medida em que o Estado percebe as estratégias de competitividade de determinadas regiões (*new state spaces*). No plano do reescalonamento do poder estatal e do papel das instituições públicas nacionais nas políticas urbanas, destacamos a forte presença dos Ministérios das Cidades e da Integração Regional, bem como a preocupação que tem tido o Itamaraty com as atuações de governos municipais e estaduais nas relações internacionais, criando, inclusive, a Assessoria de Relações Federativas (ARF). Preocupação esta que deixou de ter uma ideia de “bloqueadora”, pensando-se numa alternativa viável, dentro dos limites constitucionais, para inserção internacional do Estado. Ou seja, mais uma razão para concluirmos o interesse que carrega o Estado na inserção internacional de cidades e regiões, especialmente quando se tem competitividade para enfrentar o mercado global.

No caso da Região Metropolitana de Campinas, demonstramos a presença da União em diversos projetos, especialmente em infraestrutura e ciência e tecnologia, comprovando os interesses nacionais envolvidos no desenvolvimento da Região e na sua inserção internacional, haja vista serem projetos determinantes dos fatores de competitividade num mundo globalizado, além de estarem entre as vocações regionais. Destacamos a ampliação do Aeroporto de Viracopos que, inclusive, está na lista de projetos do IIRSA, reforçando o seu caráter de internacionalidade. Afinal, não poderia estar sob responsabilidade de nenhum representante de governo subnacional qualquer negociação do IIRSA. E tudo o que consta deste programa de integração é de interesse dos Estados envolvidos.

Como decorrência desta reterritorialização, com a RMC conformando um *new state space*, e do reescalamento do Estado, demonstramos que a inserção internacional procede por meio de uma governança multinível, com a participação dos governos municipais, estadual e federal, além de atores privados. Tendo a RMC obtido a sua institucionalização no ano 2000, tornou-se um ponto de interseção entre os atores desta governança.

Tomando como referência a própria legislação que cria a Região Metropolitana de Campinas como unidade política institucionalizada, bem como as legislações estaduais que criam e regulamentam a Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), percebe-se, claramente, a abertura que se faz para esta governança, colocando-a como centro das relações verticais e horizontais que propiciam o seu funcionamento.

Ao analisarmos a paradiplomacia municipal de Campinas, e que acaba sendo também regional, verificamos o seu alinhamento com as diretrizes da política externa brasileira, diferenciando-se, justamente, no ponto que marca o fator de risco desta. Se a política externa brasileira corre em busca de mercados para seus produtos agrícolas, a paradiplomacia campineira adapta-se às suas vantagens competitivas, na busca de acordos para venda de produtos de alto valor agregado, transferência de tecnologia, prestação de serviços especializados, entre outros.

Neste sentido, esta paradiplomacia tem seu fundamento na qualificação da RMC como um *new state space*. E, por este motivo, concluímos que é o Estado que tem interesse na paradiplomacia municipal (ou regional), por se tratar de uma região estratégica para o desenvolvimento do País, e não a Região que se interessa por influenciar a política externa nacional.

Assim sendo, seguindo os conceitos de Neil Brenner da “nova economia de escala”, concluímos que seria mais lógico que o Estado também colocasse a sua responsabilidade exclusiva de definição da política externa no reescalonamento do poder estatal, compartilhando com os governos subnacionais a capacidade de atuação no plano das relações internacionais. Destarte, será a inserção internacional do país que dependerá do sucesso de inserção dos seus *new state spaces*. Confirmamos, portanto, o nosso argumento de que o representante municipal na condução da paradiplomacia é também um diplomata do Estado, ainda que indiretamente.

Resta claro, também, que é a RMC que conduz a sua própria inserção internacional, por mais que o Estado detenha os mecanismos de controle deste

processo, colaborando com a consolidação de fatores determinantes de uma vantagem competitiva internacional.

Ou seja, se o Estado é um ator importante no processo de governança multinível que conduz o desenvolvimento metropolitano, a inserção internacional desta Região não será consequência simplesmente de uma política externa e de uma política nacional de desenvolvimento. Estará em jogo, também, o sucesso de uma gestão metropolitana que consiga articular os interesses da Região superando qualquer competição entre os seus membros e criando uma identidade regional que “apague” as fronteiras municipais. É o caso da RMC dentro do contexto de um “novo regionalismo”, de acordo com Hamilton.

Neste sentido, a nossa conclusão final, e também contribuição, reside na ideia de que a Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), por revelar-se capaz de fazer a gestão da Metrópole acima das disputas partidárias, tendo a sua estrutura administrativa baseada em Câmaras Temáticas e sendo o ponto de interseção da governança multinível que conduz o desenvolvimento da RMC, estaria apta a exercer uma paradiplomacia regional, enquadrando-se no reescalonamento do poder do Estado, no que tange à política externa. O fato de a AGEMCAMP se colocar acima de qualquer partido para defender os interesses da Região nos faz pensá-la de forma análoga ao Estado-nação, que coloca seus interesses acima de qualquer governo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMERICANA. Prefeitura Municipal. 2010. Disponível em: <www.americana.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

ARTUR NOGUEIRA. Prefeitura Municipal. 2010. Disponível em: <www.arturnogueira.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew. Themes and issues in multi-level governance. BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew (Ed.). *Multi-level governance*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 1 a 11.

BIANCHERI, Boris. *Conciliar o mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI. *Quem somos*. Campinas, 2010. Disponível em: <www.cti.gov.br/index.php/quem-somos.html>. Acesso em: 23 dez. 2010.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. *Missão e Atuação*. Brasília, 2010. Disponível em: <www.embrapa.br/a_embrapa/missao_e_atuacao>. Acesso em: 28 dez. 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo2010/>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol – CTBE. *O CTBE*. Campinas, 2010. Disponível em: <www.bioetanol.org.br/interna/index.php?chave=ctbe>. Acesso em: 23 dez. 2010.

_____. Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS. *O LNLS*. Campinas, 2010. Disponível em: <www.lnls.br/site/subListaSimples.aspx?idSecao=1>. Acesso em: 27 dez. 2010.

BRENNER, Neil. *New State Spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. Restructuring, Rescaling, and the Urban Question. *Critical Planning*, nº 16, 2009. Disponível em: <http://as.nyu.edu/docs/IO/222/Brenner_CP_2009.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

BRITO CRUZ, Carlos Henrique. Campinas e o índice de avanço tecnológico da ONU. *Correio Popular*, Campinas, 29 jul. 2001. Disponível em: <www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/tai-campinas-z.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2011.

CAIADO, Aurílio S. C. *et al.* Município de Campinas. CANO, Wilson *et al.* (coord.). *A Região Metropolitana de Campinas*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002. p. 99 a 188.

CAMPINAS. Centro de Negócios e Informação de Campinas – CENIC. 2010. Disponível em: <www.cenicviracopos.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. Prefeitura Municipal. 2010. Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

_____. Secretaria de Cooperação Internacional. 2005. Disponível em <www.campinas.sp.gov.br/secoop/>. Acesso em: 10 jul. 2005.

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coord.). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Vol. 2. Campinas: UNICAMP, 2002.

CAPPA, Josmar. Campinas e Viracopos: uma requalificação da MetrÓpole no século XXI. SOUZA, Maria Adélia de (org.). *A metrÓpole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Edições Territorial, 2008. p. 157 a 178.

CENTRO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE CAMPINAS – CAESEC. *Atividade de inovação das empresas industriais da RMC*. Estudos Caesec, Facamp, vol. 1, nº 1, 2003.

CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES – CPqD. *Identidade*. Campinas, 2010. Disponível em: <www.cpqd.com.br/o-cpqd/identidade.html>. Acesso em: 27 dez. 2010.

COMITIVA viaja a Atlanta para apresentar a RMC. *Todo Dia*, Campinas, 11 out. 2010. Disponível em: <www.agemcamp.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=605:comitativa-viaja-a-atlanta-para-apresentar-a-rmc&catid=6:rmc-noticias&lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2001.

COSMÓPOLIS. Prefeitura Municipal. 2010. Disponível em: <www.cosmopolis.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS. nº 8.156, Ano XXXIV, Campinas, 01 abr. 2003.

DOWBOR, Ladislau. Globalização e tendências institucionais. DOWBOR, Ladislau *et al.* (org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997. p. 9 a 16.

DUCHACEK, Ivo D.. Perforated Sovereignties. MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (Ed.). *Federalism and international relations*. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 1 a 33.

ENGENHEIRO COELHO. Prefeitura Municipal. 2010. Disponível em: <www.pmengenheirocoelho.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

EXPOSIÇÃO de bons motivos. *Revista Pesquisa*, Fapesp, nº 67, Ago. 2001. Disponível em: <www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=1462&bd=1&pg=2&lg=>>. Acesso em: 29 jan. 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP. *Conservação do uso da água*. Departamento de Meio Ambiente, São Paulo, 2010. Disponível em: <www.fiesp.com.br/premioagua/cases/Petrobr%C3%A1s%20-%20refinaria%20de%20Paul%C3%ADnia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

FINETTO, Maria. Diversidade faz da RMC um ‘polo de polos’. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 13 mar. 2005. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. Potencial da RMC é aposta do Governo Lula. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 25 mar. 2003. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

FRY, Earl H. *The expanding role of state and local governments in U.S. foreign affairs*. Nova York: Council on Foreign Relations, 1998.

_____. La perméabilisation de l’état-nation dans un monde d’interdépendance internationale globale et de mutations sous-nationales. PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. *Au-delà et en deçà de l’état-nation*. Bruxelas, Bruylant, 1996. p. 21 a 52.

GASQUES, Vilma. Apex prioriza potencial exportador da RMC. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 26 maio 2006. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. Exportação dispara 47% na RMC. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 10 jun. 2006a. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

GASQUES, Vilma. Exportação da RMC troca de destino. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 5 abr. 2008. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. RMC amplia participação no Mercosul. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 10 out. 2008a. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. Balança comercial da RMC cai 5,37%. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 26 nov. 2008b. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. RMC ganha fábrica de metrô e trem. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 20 fev. 2009. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

GONÇALVES, Maria Flora; SEMEGHINI, Ulysses Cidade. Uma metrópole singular. FONSECA, Rinaldo Barcia *et al.* (org.). *Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 27 a 51.

GUAIAIME, Silvana. 100 maiores empresas da RMC. *Correio Popular*, Caderno Especial, 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://cosmo.uol.com.br/cpopular/>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

HAMILTON, David K.; MILLER, David Y.; PAYTAS, Jerry. Exploring the horizontal and vertical dimensions of the governing of metropolitan regions. *Urban Affairs Review*, vol. 40, nº 2, 2004.

HELD, David. Democracy and Globalization. ARCHIBUGI, Daniele *et al.* *Re-imagining Political Community*. Cambridge, Polity Press, 1998. p. 11 a 27.

HILLNER, Jennifer. Venture Capitals. *Wired Magazine*, vol. 8.07, Jul. 2000. Disponível em: <www.wired.com/wired/archive/8.07/>. Acesso em: 22 dez. 2010.

HOCKING, Brian. Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais. VIGEVANI, Tullo *et al.* (org.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo, EDUC; Ed. Unesp; Bauru, EDUSC, 2004. p. 77 a 107.

HOLAMBRA. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.holambra.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

HORTOLÂNDIA. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.hotolandia.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

INCUBADORA DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA DA UNICAMP – INCAMP. 2010. Disponível em: <www.incamp.unicamp.br>. Acesso em: 23 dez. 2010.

INDAIATUBA. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.indaiatuba.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SULAMERICANA – IIRSA. *Ficha do Projeto de Ampliação do Aeroporto de Campinas*. 2010. Disponível em: <www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=256>. Acesso em: 20 out. 2010.

_____. *Ficha do Projeto Binacional de Transposição de Itaipú*. 2010. Disponível em: <www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=704>. Acesso em: 10 jan. 2011.

INOVA UNICAMP. *Relatório de Atividades – 2008*. Campinas: UNICAMP, 2009.

INSTITUTO UNIEMP. *Histórico e Missão*. Campinas, 2010. Disponível em: <www.uniemp.br>. Acesso em: 28 dez. 2010.

ITATIBA. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.itatiba.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

IT'S ONLY natural. Londres, *The Economist*, 9 Set. 2010. Disponível em: <http://www.economist.com/node/16964094?story_id=16964094>. Acesso em: 11 set. 2010.

IZIQUE, Claudia. Nova fronteira. *Revista Pesquisa*, Fapesp, nº 146, abr. 2008. p. 30 a 33.

JAGUARIÚNA. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.jaguariuna.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

JOYE, Dominique; LERESCHE, Jean-Philippe. Gouvernance et nouveaux territoires d'action publique. BASSAND, Michel; LERESCHE, Jean-Philippe; SAEZ, Guy (org.). *Gouvernance métropolitaine et transfrontalière: action publique territoriale*. Paris: L'Harmattan, 1997.

KEATING, Michael. Regions and international affairs: Motives, opportunities and strategies. ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (ed.). *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*. Londres: Frank Cass Publishers, 1999.

KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 2 ed., Harper Collins, 1989.

KINCAID, John. Constituent diplomacy in federal politics and the nation-state: conflict and co-operation. MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. *Federalism and International Relations: the role of subnational units*. Oxford, Oxford Clarendon Press, 1990. p. 54 a 75.

KUGELMAS, Eduardo; BRANCO, Marcello Simão. Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo. WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; VIGEVANI, Tullo. *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul*. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da Unesp; Fapesp, 2005. p. 161 a 188.

LEITE, Adriana. RMC será base para exportar tecnologia. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 16 ago. 2003. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. RMC responde por 9% das exportações do Estado de São Paulo. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 24 abr. 2005. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. RMC aprova Venezuela no Mercosul. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 23 nov. 2007. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. BSH Continental instala parque industrial na RMC. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 20 fev. 2008. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. Campinas e 16 cidades da RMC registram alta nas exportações. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 27 maio 2009. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. Exportação cresce em 3 cidades da RMC. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 15 jul. 2009a. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. Exportações da RMC mantêm ritmo. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 17 abr. 2010. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2010.

MARIANO, Karina P.; MARIANO, Marcelo. Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas. WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; VIGEVANI, Tullo (orgs.). *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul*. São Paulo: EDUC, UNESP, FAPESP, 2005. p. 131 a 160.

MARKS, Gary; HOOGHE, Liesbert. Contrasting visions of multi-level governance. BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew (Ed.). *Multi-level governance*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 15 a 30.

MEDEIROS, Marcelo de A.; SARAIVA, Miriam G.. La crise de las papeleras y los actores subnacionales en el Mercosur. PALERMO, Vicente; REBORATTI, Carlos (Ed.). *Del outro lado del rio: ambientalismo y política entre uruguayos y argentinos*. 1.ed., Buenos Aires: Edhasa, 2007.

MENEZES, Adriana. Venezuela é o maior importador da RMC. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 13 jun. 2007. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

MENTALIDADE metropolitana para os 19 municípios. *Correio Popular*, Campinas, 18 jun. 2010. Disponível em: <<http://cosmo.uol.com.br/noticia/56080/2010-06-18/mentalidade-metropolitana-para-os-19-municipios.html>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

MONTE MOR. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.montemor.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

NOVA ODESSA. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.novaodessa.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

OHMAE, Kenichi. *O Fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

_____. *O novo palco da economia global*. Porto Alegre: Booknam, 2006.

OLIVEIRA, Marcelo de. RMC é ilha de excelência em telecomunicações. *Correio Popular*, Campinas, 12 out. 2005.

_____. Palestra revê a economia da RMC. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 26 abr. 2006. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. Multinacional alemã anuncia instalação de fábrica na RMC. *Correio Popular*, Caderno Economia, Campinas, 6 fev. 2007. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

OLIVEIRA, Marcos de. Investimento emergente. *Revista Pesquisa*, Fapesp, nº 175, set. 2010.

OLIVEIRA, Marcos de; MARQUES, Fabrício. Nascido de negócios. *Revista Pesquisa*, Fapesp, nº 145, mar. 2008.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: UNICAMP, 1998.

PACHECO, Carlos A.; BRITO CRUZ, Carlos H.. *Campinas: vocações regionais*. Campinas: UNICAMP, 2003. (mimeo).

PAULÍNIA. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.paulinia.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

PEDREIRA. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.pedreira.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

PETROBRÁS. *Refinarias Petrobrás – Replan*. 2010. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/minisite/refinarias/portugues/refinarias/replan.asp>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. Au-delà et en deçà de l'état-nation: l'état "perforé" par l'interdépendance-integration internationale et "eclaté" par l'activation d'auteurs sous-nationaux. PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. *Au-delà et en deçà de l'état-nation*. Bruxelas, Bruylant, 1996. p. 13 a 19.

PORTER, Michael E.. Location, Competition, and Economic Development: local clusters in a global economy. *Economic Development Quarterly*, vol. 14, nº 1, 2000. p. 15 a 34.

_____. *A vantagem competitiva das nações*. 9.ed., Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. EVANS, P. B.; JACOBSON, H. K.; PUTNAM, R. D. (Ed.). *Double-edged diplomacy: international bargaining and domestic politics*. Berkeley: University of California Press, 1993. p. 431-468.

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS. *Agência Metropolitana de Campinas*. 2010. Disponível em: <www.agemcamp.sp.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2010.

REIS, Gustavo. Reis: RMC tem a força de país. *Correio Popular*, Campinas, 19 jun. 2010. Entrevista concedida ao Grupo RAC. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2010.

RMC CAMINHA para ser polo de etanol. *Correio Popular*, Edições Especiais, Campinas, 27 jul. 2006. Disponível em: <www.cpopular.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro. VIGEVANI, Tullo *et al.* (org.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo, EDUC; Ed. Unesp; Bauru, EDUSC, 2004a. p. 441 a 462.

_____. *Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros*. São Paulo, PUC-SP, 2004b. (Tese de Doutorado).

ROMERO, María del Huerto. Poder local y relaciones internacionales en contextos de integración regional. El caso de la Red de Mercociudades y la reunión especializada de municípios e intendências (Grupo Mercado Común). VIGEVANI, Tullo *et al.* (org.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo, EDUC; Ed. Unesp; Bauru, EDUSC, 2004. p. 403 a 440.

ROSENAU, James N.. Governance and Democracy in a Globalizing World. ARCHIBUGI, Daniele *et al.*. *Re-imagining Political Community*. Cambridge, Polity Press, 1998. p. 28 a 57.

_____. Strong demand, huge supply: governance in emerging epoch. BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew (Ed.). *Multi-level governance*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 31 a 41.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SANTA BÁRBARA D'OESTE. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.santabarbara.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

SANTO ANTÔNIO DA POSSE. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.pmsaposse.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. *Institucional*. Campinas, 2010. Disponível em: <www.cati.sp.gov.br/new/institucional.php>. Acesso em: 23 dez. 2010.

_____. *Decreto nº 49.305*, de 28 de dezembro de 2004. Disponível em: <www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – Emplasa. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.emplasa.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

_____. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. *Atlas Seade da Economia Paulista: Ciência, Tecnologia e Inovação*. 2001. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/>. Acesso em: 20 dez. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. *Informação dos Municípios Paulistas (IMP)*. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos/imp/>. Acesso em: 21 dez. 2010.

_____. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. *Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (Piesp)*. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos/piesp/>. Acesso em: 21 dez. 2010.

_____. Instituto Agrônomo de Campinas – IAC. *O Instituto*. Campinas, 2010. Disponível em: <www.iac.sp.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. Instituto Biológico – IB. *O Instituto Biológico: Missão*. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.biologico.sp.gov.br/missao.php>. Acesso em: 27 dez. 2010.

_____. Instituto de Tecnologia de Alimentos – ITAL. *Sobre o ITAL*. Campinas, 2010. Disponível em: <www.ital.sp.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. Instituto de Zootecnia – IZ. *Quem somos*. Nova Odessa, 2010. Disponível em: <www.iz.sp.gov.br/pagina.php?id=20>. Acesso em: 21 dez. 2010.

_____. *Lei Complementar nº 870*, de 19 de junho de 2000. Disponível em: <www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. *Lei Complementar nº 946*, de 23 de setembro de 2003. Disponível em: <www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>. Acesso em: 15 set. 2010.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. *The global city: New York, London, Tokyo*. 2.ed., Princeton: Princeton University Press, 2001.

_____. El Estado y la nueva geografía del poder. VIGEVANI, Tullo *et al.* (org.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC, Fundação Editora Unesp; Bauru: EDUSC, 2004. p. 373 a 401.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Gestão Metropolitana, possibilidades e limites: a experiência de Campinas*. Campinas: UNICAMP, 2006. (Tese de Doutorado).

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 16. ed., São Paulo, Malheiros, 1999.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Campinas em dois tempos: fato metropolitano e desigualdades da metropolização globalitária em São Paulo. SOUZA, Maria Adélia. *A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Edições Territorial, 2008. p. 55 a 81.

SOLDATOS, Panayotis. La nouvelle génération de villes internationales: phénomène de segmentation dès rôles traditionnels de l'état-nation. PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. *Au-delà et en deçà de l'état-nation*. Bruxelles, Bruylant, 1996. p. 203 a 236.

_____. *Le rôle international des Villes à l'aube du millénaire*. Paris: Bruylant, 2003.

STEPHENS, G. Ross; WIKSTROM, Nelson. *Metropolitan government and governance: theoretical perspectives, empirical analysis, and the future*. Nova York: Oxford University Press, 2000.

SUMARÉ. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.sumare.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

VALINHOS. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.valinhos.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

VIGEVANI, Tullo *et al.*. Realismo versus globalismo nas relações internacionais. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, nº 34, 1994.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 29, nº 2, jul/dez 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

VINHEDO. *Prefeitura Municipal*. 2010. Disponível em: <www.vinhedo.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

ANEXO



**MISSION MONTPELLIER AGGLÓMERATION
CAMPINAS MAIO/ 2005
Proposta Preliminar**

Objetivos da Missão :

- Impulsionar e consolidar o Termo de Cooperação assinado entre Campinas e Montpellier;
- Ampliar as possibilidades de intercâmbio científico com Centros de Pesquisa e Universidades de Campinas
- Divulgar a Região de Montpellier com seu potencial econômico nos campos industrial, científico, turístico e cultural
- Prospectar oportunidades de negócios bi- laterais com empresas brasileiras
- Assinatura do Acordo de Cooperação com as Incubadoras da CIATEC e INCAMP da UNICAMP, objetivando promover o intercâmbio de empresas incubadas.

Grandes Temas que serão tratados durante a visita :

- Explorar todas as possibilidades de cooperação mútua entre a Prefeitura de Campinas e Montpellier Agglómeration, podendo vislumbra-se o interesse comum nos seguintes eixos:
 - Infra-estrutura urbana com ênfase na experiência de Montpellier em transporte de massa urbano e regional ;
 - Experiências de revitalização urbana;
 - Planejamento estratégico do para o desenvolvimento urbano, econômico e social de regiões metropolitanas;
 - Programa de incubação de empresas de base tecnológicas.
- Novas estratégias que permitam a ampliação de trocas comerciais entre Campinas e Montpellier Agglómeration;
- Aditivo ao Acordo de Cooperação para que Montpellier possa se transformar em importante porta de entrada de produtos da Região de Campinas no Mercado Comum Europeu;
- Impulsionar o Clube de Negócios Franco Brasileiro, com celebração de acordo com o Trade Point de Campinas;
- Intercâmbios nas áreas da ciência e cultura com Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento de Campinas.

Agência Consular da França em Campinas
José Luiz Guazzelli
+5519 3731 5795
+5519 9179 0127

Relatório de atividades da Secretaria de Cooperação Internacional de Campinas entre 2008 e 2010

Abril / 2008

- Encontro com consulado americano;
- Participação do encontro MDIC;
- Participação do 124º ENCOMEX Rio;
- Recepção dos representantes do consulado da Itália;
- Exposição do Japão;
- Recepção de empresários portugueses;
- Encontro SEBRAE / reunião com superintendente do SEBRAE;
- Recepção de empresários americanos;
- Recepção de representantes da Câmara de Comércio do Equador;
- Recepção de empresários mexicanos.

Maio / 2008

- Recepção de comitiva indiana;
- Recepção de empresários italianos;
- Realização de rodada de negócios CIESP;
- Recepção de empresários Angolanos;
- Recepção do cônsul da África do Sul;
- Recepção de representantes do consulado da China;
- Recepção de representantes do consulado do Japão;
- Recepção de empresários americanos;
- Apoio ao Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais;
- Reunião com representantes da Câmara de Comércio Britânica;
- Recepção do cônsul do Japão;
- Reunião com empresários italianos;
- Recepção com empresários chineses;
- Recepção de comitiva japonesa;
- Recepção de comitiva de Gifu;
- Reunião para trabalho em conjunto para divulgação do ENCOMEX com representantes das cidades de Jundiaí, Americana, Limeira, Valinhos, Itu, Sorocaba e Indaiatuba.

Junho / 2008

- Recepção do cônsul geral do Líbano;

- Recepção da rede de Televisão japonesa NHK;
- Realização do ENCOMEX;
- Realização do almoço de investimentos internacionais com empresários de Portugal, Venezuela, Argentina, Chile, Uruguai, Peru e Colômbia;
- Reunião com empresários japoneses;
- Recepção de empresários franceses;
- Recepção de empresários americanos;
- Recepção de empresários árabes;
- Recepção do cônsul geral dos EUA;
- Recepção do cônsul geral da China;
- Recepção do cônsul geral da Espanha;
- Reunião com representantes do consulado italiano;
- Reunião com representantes do consulado da África do Sul;
- Recepção do cônsul geral da África do Sul.

Julho / 2008

- Recepção com empresários da África do Sul;
- Recepção com empresários portugueses;
- Realização de seminário de comércio exterior;
- Comemoração do sino da paz de Gifu;
- Recepção de comitiva de empresários da Pensilvânia;
- Recepção de comitiva de empresários italianos;
- Recepção de investidores portugueses e americanos;
- Realização do Pan Americano de Kung Fu;
- Realização do seminário de comércio exterior em parceria com a AMCHAM;
- Recepção do cônsul geral dos Países Baixos;
- Recepção de empresários americanos;
- Recepção de representantes da câmara de comércio espanhola.

Agosto / 2008

- Recepção de representantes do estado da Palestina;
- Recepção do cônsul da Argentina;
- Recepção do cônsul da Venezuela;
- Recepção de empresários chineses;
- Recepção de empresários alemães;
- Recepção de empresários portugueses;
- Recepção de representantes da Câmara de Comércio da Itália;
- Recepção de representantes do consulado do Japão;
- Atividades com MERCOSUL;

- Participação da Feira de Aviação Latino-Americana;
- Recepção de representantes do consulado chinês;
- Recepção de representantes do consulado francês;
- Reunião com empresários coreanos para apresentação do projeto trem-bala;
- Reunião com empresários chineses para apresentação do projeto trem-bala;
- Reunião com empresários franceses para apresentação do projeto trem-bala;
- Recepção da comitiva japonesa de Okinawa;
- Recepção do cônsul geral da Itália;
- Recepção do representante de câmara da República Dominicana.

Setembro / 2008

- Recepção de empresários paraguaios;
- Recepção de representantes da câmara de comércio da Venezuela;
- Recepção do cônsul espanhol;
- Recepção do representante do consulado geral dos EUA;
- Reunião com a associação comercial de São Paulo;
- Reunião no consulado geral da Holanda em São Paulo;
- Recepção de diplomatas angolanos;
- Reunião com representantes do consulado norte-americano;
- Recepção de representantes da câmara de comércio Brasil/China;
- Recepção de empresários japoneses Samy Group;
- Reunião com o presidente da associação Ítalo-brasileira de Comércio e Indústria;
- Recepção de empresários norte-americanos;
- Participação no encontro de representantes dos Emirados Árabes;
- Recepção de representantes da empresa Cargil;
- Viagem com empresários e representantes comerciais brasileiros em missão à China.

Outubro / 2008

- Reunião na Câmara de comércio espanhola;
- Realização da semana francesa;
- Participação no seminário de comércio exterior;
- Recepção de representantes do BID;
- Reunião com o cônsul geral da República Checa;
- Recepção de empresários canadenses;
- Recepção de empresários africanos;
- Recepção de representantes da embaixada norte-americana.

Novembro / 2008

- Reunião com representante da câmara de comércio da China;
- Recepção do embaixador do Reino Unido;
- Realização do evento Espanha;
- Reunião com o cônsul geral do Líbano;
- Participação do evento geral Brasil/Ásia;
- Encontro MRE em Brasília;
- Encontro MDIC em Brasília;
- Participação de evento no Centro Cultural Brasil Estados Unidos.

Dezembro / 2008

- Encontro CORI na UNICAMP;
- Reunião no consulado da França;
- Reunião com representantes do MDIC;
- Reunião com representantes da AMCHAM;
- Realização do workshop sobre crise internacional.

Janeiro / 2009

- Recepção de empresários norte-americanos;
- Recepção de representantes da câmara de comércio da Venezuela;
- Reunião com representantes do governo cubano;
- Recepção com representantes da câmara de comércio do MERCOSUL;
- Recepção de empresários portugueses;
- Recepção de representantes da câmara de comércio da China;
- Recepção de representantes da câmara de comércio Ítalo-brasileira.

Fevereiro / 2009

- Recepção de representantes do governo francês;
- Recepção de representantes da APEX;
- Recepção de representantes do governo norte-americano;
- Recepção de representantes do governo do México;
- Recepção de representantes do governo da Áustria;
- Reunião com o cônsul geral do Líbano.

Março / 2009

- Participação do encontro com o primeiro ministro dos Países Baixos;
- Reunião com representantes do governo da Suíça;
- Reunião com representantes do cônsul americano;
- Recepção da comitiva de empresários norte-americanos de Illinois;
- Recepção de representantes do estado do Texas;
- Recepção do cônsul italiano;
- Recepção do embaixador da Palestina;
- Recepção de representantes da câmara de comércio do Paraguai.

Abril / 2009

- Recepção da comitiva de empresários da Geórgia;
- Recepção da comitiva de empresários suíços;
- Lançamento do Guia de Investimentos em mandarim;
- Lançamento da Câmara de Comércio Brasil/Paraguai;
- Recepção de representantes da comunidade italiana;
- Participação do evento Intermodal;
- Recepção de representantes do porto de Houston;
- Reunião com empresários mexicanos;
- Reunião com empresários norte-americanos;
- Recepção da comitiva de empresários de Indianápolis.

Maior / 2009

- Realização do Dia da Europa;
- Encontro com representantes do governo do Equador;
- Realização do Dia da África Unida;
- Participação do Encontro Empresarial da Confederação Nacional de Municípios.

Junho 2009

- Recepção de representantes do governo de Houston;
- Recepção da missão empresarial de Marrocos;
- Recepção de empresários norte-americanos.

Julho / 2009

- Recepção de empresários paraguaios;
- Recepção de empresários norte-americanos;
- Recepção de empresários colombianos;
- Comemoração do sino da paz de Gifu;
- Recepção do Sr. Embaixador Paulo Bozzi, chefe do escritório de representação do MRE em São Paulo;
- Recepção do representante do cônsul mexicano;
- Recepção de representantes da câmara do MERCOSUL;
- Recepção do Ministro de esportes Orlando Silva para definição de eventos internacionais (Copa do mundo e Olimpíadas);
- Recepção de representantes do consulado americano;
- Realização do encontro do turismo;
- Recepção de representantes do consulado norte-americano em conjunto com a Infraero.

Agosto / 2009

- Recepção de representantes do governo da Colômbia;
- Realização do evento cultural da Alemanha;
- Realização do Campinas Café Festival;
- Participação da cúpula Rede Mercocidades na Argentina;
- Recepção de representantes da Nammimgh China;
- Recepção de empresários norte-americanos no ramo de TI.

Setembro / 2009

- Realização do evento MERCOSUL CATI;
- Participação do ENCOMEX MERCOSUL em Foz do Iguaçu;
- Recepção de empresários chineses;
- Recepção de representantes do consulado em São Paulo;
- Recepção de representantes do consulado chinês em São Paulo.

Outubro / 2009

- Recepção do cônsul geral da Dinamarca;
- Participação da feira de alimento em Buenos Aires;
- Recepção do cônsul geral do Paraguai;
- Recepção do embaixador da Áustria;
- Participação do ENCOMEX em São Paulo;

- Recepção de empresários norte-americanos.

Novembro / 2009

- Recepção de empresários angolanos;
- Recepção de empresários paraguaios;
- Recepção de empresários da Nigéria;
- Recepção de empresários Franceses.

Janeiro / 2010

- Encontro Empresarial: Brasil-Panamá;
- Recepção ao Diretor da Agência de Desenvolvimento Investe São Paulo.

Fevereiro / 2010

- Rodada de Negócios da Revista Destaque Empresarial;
- Recepção ao Vice-Cônsul para Assuntos Econômicos do Consulado Americano em São Paulo;
- Recepção ao Consultor do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para a América Latina e Ásia;
- Recepção de Empresários Argentinos – Telecom;
- Reunião com Fortitech – Setor de Alimentos (Investimento Americano com duplicação da área fabril);
- Missão Brasileira à Venezuela, promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Venezuela;
- Encontro com o Estado de Porto Rico – USA;
- Ampliação da participação de Campinas no Guia de visitantes alemães elaborado pela Câmara de Comércio Brasil Alemanha.

Março / 2010

- Assinatura de Carta de Intenções entre Venezuela e Campinas;
- Recepção ao Embaixador da Arábia Saudita;
- Encontro Empresarial: Como Negociar com os Árabes;
- Recepção ao Governador de Lunda do Norte;
- Recepção aos Representantes da empresa aérea Chinesa Asian Charter Cargo Consultancy;
- Encontro da Federação das Câmaras entre Brasil e Venezuela;
- Encontro Empresarial Brasil Suécia na FIESP SP - Rei da Suécia Carl XVI

Gustaf;

- Divulgação de feira internacional de alimentos e bebidas em Porto Rico em parceria com o Serviço Comercial da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e com a Conceito Brasil;
- Encontro da Comunidade Chilena no Centro de Convivência Cultural Campinas.

Abril / 2010

- Recepção ao Consulado Geral do Peru em São Paulo;
- Recepção ao Cônsul Geral da China;
- Recepção ao Cônsul Geral do Reino dos Países Baixos;
- Recepção à Comitativa de empresários de Atlanta. Realização: Revista Destaque Empresarial;
- Encontro Brasil – China sobre Foshan – seminários sobre a cidade de Foshan- Dr. Chen_Yuanxian – Vice-Prefeito;
- Recepção à Comitativa do Colorado - Stephanie Garnica;
- Recepção ao Coordenador da Associação Comercial de São Paulo- ACSP, José Cândido Senna;
- Fórum empresarial do MERCOSUL em Ribeirão Preto;
- I ENCONTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS;
- Visit USA - participação do cônsul dos EUA;
- Apoio ao 1º Simpósio Nacional de Saúde da população Negra HIV/AIDS Na Unicamp.

Maio / 2010

- DIA DA EUROPA;
- 1º Simpósio Nacional de Saúde da População Negra e HIV/AIDS;
- Apoio ao Consulado Geral do Peru: Programa Consulado Itinerante;
- Recepção ao Cônsul Geral do Reino Unido;
- Recepção ao Cônsul Geral da França;
- Recepção ao Cônsul Geral da Espanha;
- Recepção ao Cônsul Geral da Alemanha;
- Assinatura do protocolo de intenções de cidades irmãs com Chitato, Angola;
- Reconhecimento da Associação dos Cônsules do Brasil ao Secretário e Diretor com a concessão de Títulos de Membros Honorários da Associação;
- Recepção na Fazenda Monte D'este aos Cônsules Gerais da Alemanha e Espanha.

Junho / 2010

- Evento Cultural na Casa de Espanha de Campinas;
- Recepção ao Cônsul Honorário do Chile em Campinas;
- Recepção ao Diretor da Câmara de Indústria e Comércio Brasil-África;
- Recepção ao Diretor para a América Latina da empresa russa GCE Group;
- Recepção ao Consulado Geral dos Países Baixos em São Paulo e ao Representante da Cidade de Amsterdam;
- Reunião com representantes da Cargil;
- Fórum Internacional de Cooperação Brasil – União Européia para superação de Barreiras Técnicas (Melhor Agir que Reagir);
- Travel & Study Fair – Semana Cultural Brasil - Estados Unidos;
- Participação na Comemoração da Data Nacional Russa na Residência do Cônsul Geral da Federação da Rússia em São Paulo;
- Participação no Seminário (PMC + Câmara Brasil Alemanha) - Tema “ Mão de Obra Estrangeira no Brasil e Brasileira no Exterior;
- Participação no Evento do Banco do Brasil para apresentação no novo sistema de Cartão Internacional voltado para empresários de Comércio Exterior.

Julho / 2010

- Realização da Cerimônia do Sino da Paz – Gifu, Japão;
- Oficina de Implantação do Comitê Regional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Campinas;
- Inauguração do Parque da Paz e Memorial Yasser Arafat;
- Recepção a representantes da Câmara de Comércio Brasil-China;
- Recepção aos representantes da Aliança Brasil-China em Campinas;
- Recepção à Comitiva de empresários da Holanda;
- Reconhecimento como Membro da Sociedade Consular de São Paulo;
- Evento com a Secretaria de Trabalho e Renda na área de Educação;
- Recepção de Médicos e Representantes do Peru e do Brasil – SUS;
- Orquestra americana – Campinas (UCUS);
- CONCEITO BRASIL Café da manhã de Promoção da Americas Food & Beverage Show 2010;
- Campinas Tecnológica, voo inaugural da empresa aérea TAP, formalização do Protocolo de Geminção das cidades de Campinas e Viseu e Participação no Evento Campinas Tecnológica;
- Participação na Reunião Plenária do Núcleo de Jovens Empresários de Campinas no CIESP;
- Participação no 234º Aniversário da Independência dos Estados Unidos da América na Câmara Americana de Comércio em São Paulo.- Cônsul Geral dos EUA, Sr. Thomas J. White;

- Participação na 2ª Edição do Guia de Investimentos e Indicadores de Competitividade de Campinas, versão 2010;
- Participação no Seminário Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional – AMCHAM;
- Participação no Cinquentenário do Instituto de Treinamento Agrícola da Fazenda Monte D'este - Sr. Toru Iwasaki – Presidente do Grupo Tozan do Brasileira.

Agosto / 2010

- Café Inovação promovido pela UNICAMP;
- Recepção ao Embaixador do Japão no Brasil;
- Recepção à Missão Oficial – Porto de Santos e Abifer;
- Recepção ao Cônsul Geral do Japão junto ao Nipo-Campinas;
- Recepção ao representante do Instituto Nacional de Assistência Social da Itália;
- Recepção ao Representante da revista italiana Inovazione;
- Reunião com Investe São Paulo e CPQD - P&D da GE;
- Seminário de Logística no CIESP Jundiaí (Agência Reguladora dos Transportes do Estado de SP);
- Participação Reunião Plenária Gênese: Grupo Jovens empresários de Campinas e Região;
- Participação no Evento “Oportunidades de Negócios no Setor de Petróleo e Gás Natural”: AGEMCAMP e Secretaria de Desenvolvimento do Governo do Estado de SP;
- Participação na formação do Comitê Regional do Núcleo de prevenção ao combate ao Tráfico de pessoas;
- Participação no Fórum SESI/CIESP Sustentabilidade, auditório CIESP Campinas.

Setembro / 2010

- Recepção ao Embaixador do Sudão no Brasil, acompanhado pelo Ministro de Indústria e de uma delegação de empresários;
- Recepção ao Embaixador da República Popular da Coreia do Norte 09/2010 - Workshop: perspectivas de mercado e os avanços tecnológicos no setor dos tratamentos de superfícies e da pintura industrial – em Parceria com o Consulado da Itália e Câmara de Comércio Italiana no Brasil;
- Recepção ao Consulado Itinerante do Peru;
- Recepção à Comitiva Oficial do Governo da Colômbia;
- Recepção ao Grupo de Empresários Italianos da área de Tecnologia;
- Seminário Brasil-Reino Unido FIESP SP;

- Lançamento da Série How to do Business in Brazil 2010;
- Participação no Seminário Ciência, Tecnologia e Inovação da Região de Campinas no Auditório CIESP Campinas. Realizado pela Unicamp;
- Participação no Fórum Empresarial Regional – Tema: TAV (Trem Alta Velocidade).

Outubro / 2010

- Recepção ao Cônsul Geral da República de San Marino;
- Recepção ao Cônsul Geral do Japão;
- Reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação – MEI;
- II Feira de Universidades Chinesas no Brasil;
- Seminário de Investimento Madri;
- Seminário Operações de Comércio Exterior Fiesp SP;
- Participação na II Mostra de Ciência e Tecnologia da Fundação Fórum Campinas, integrada à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia.

Novembro / 2010

- Participação na Feira Latim Display em São Paulo;
- Encontro Empresarial "Brasil e Reino Unido: Perspectivas e oportunidades", com presença do Cônsul Geral do Reino Unido, Universidades e empresários ingleses;
- Recepção ao Cônsul Geral da França em São Paulo;
- Recepção ao Consulado Itinerante Peru, presença do Cônsul Geral;
- Recepção ao Cônsul Geral da China;
- Recepção ao Cônsul África do Sul;
- Recepção à Empresa Clark em conjunto com Missão da China;
- Recepção ao Gerente Geral da SHARP CORPORATION;
- Recepção à Empresa Unive – Parceria USA/Coreia;
- Reunião com o Escritório Regional em São Paulo do Ministério de Relações Exteriores para exportação de produtos do Interior Paulista;
- Evento sobre "Megaeventos Esportivos 2014-2016";
- Apoio ao CONPADRE/Unicamp;
- Apoio ao Campeonato Brasileiro de WUSHU – Kung Fu e à Exibição Internacional de WUSHU Chinese Team.

Dezembro / 2010

- Recepção ao Consulado Geral da França, à Agência Francesa para

- Investimentos Internacionais (AFII) e à Ubifrance;
- Recepção ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu;
 - Recepção aos Representantes da Empresa BRIDGESTONE, em parceria com a AMCHAM Campinas;
 - Evento AMCHAM (sede em São Paulo);
 - Balanço das Relações Exteriores no Governo Lula – FECOMÉRCIO.

Entrevista com Prof. Dr. Gustavo Zimmermann

Diretor Executivo da Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP)

Campinas, 27 janeiro de 2010

- 1) De acordo com o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, o art. 17, inciso 3º, ressalta que são recursos do Fundo os investimentos nacionais, internacionais e recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais. Neste sentido, as portas da Região Metropolitana, via instituição responsável pela sua gestão, estão abertas para as relações internacionais. Deste ponto de partida, podemos perguntar, quais as redes de cidades de que participa a RMC por meio de sua autarquia? Ou, se não há esta participação nas redes, qual a influência ou o benefício que a RMC como um todo pode tirar da participação da cidade de Campinas, via Secretaria de Cooperação Internacional, nas redes de cidades?

O papel da AGEMCAMP definido na Lei Complementar que a criou é uma harmonização entre as políticas do Estado de SP e dos municípios da RMC, no que diz respeito aos interesses comuns. Além disso, é missão da AGEMCAMP mitigar as diferenças e desenvolvimento na Região. Neste sentido, nós temos tentado estabelecer algumas ações e uma primeira tentativa foi feita com a Câmara de Comércio do Mercosul. Nós temos como missão mostrar a atratividade de todos os municípios, que não apenas Campinas, pois uma concentração de desenvolvimento em uma única cidade não é benéfica se seu entorno não acompanhá-lo. Não se trata de que Campinas vá brigar com as demais cidades ao entorno, mas sim, em caso de não conseguí-los, tentar atraí-los para as demais cidades. Ao se falar de uma região metropolitana institucionalizada, não importa a localização das empresas e o destino específico dos investimentos, mas sim toda a sua infraestrutura logística.

- 2) Não obstante os repasses do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, quais seriam os recursos internacionais que já foram investidos na AGEMCAMP para projetos da RMC?

Nós não temos nenhum. Temos, em via, um projeto entre uma grande empresa da região e a ONU-Habitat. A ONU-Habitat não tem recursos, mas nós temos um projeto em que o aval da ONU-Habitat é importante para a atração de capital a fundo perdido. Nós temos um acordo de aproximação que está prestes a virar um convênio.

- 3) O Prof. Neil Brenner afirma em sua tese que, atualmente, “não é mais o capital que se molda à geografia da região, mas sim, a região é que se molda à geografia do capital”. Na RMC, nós percebemos uma grande diversidade na economia (agricultura, indústria, prestação de serviços). Neste sentido, há alguma política pública, ou a necessidade dela, para equalizar as diferenças de desenvolvimento na RMC? Este desenvolvimento está sendo visto como equalizado ou ainda existem diferenças de cidade para cidade, por conta do foco do capital estar em um ou outro setor?

Eu creio que há um aprofundamento das diferenças. Uma pesquisa que eu fiz, recentemente, no triênio 1998-2000, as cidades de Campinas e Paulínia concentravam 50,2% das intenções de investimento na RMC. Em 2007 e 2008, Campinas e Paulínia concentraram 68% dos investimentos. Isso quer dizer que as cidades que recebiam recursos, há dez anos atrás, numa proporção de 50% tiveram essa participação reduzida pela metade. Há uma concentração muito grande, que têm explicações históricas, mas elas, em grande parte, estão assentadas na existência de escolas com currículos aceitos na União Européia, como é o caso do Porto Seguro, ou como a Escola Americana, com currículo aceito pelos Estados Unidos. E isso tende a atrair bastante as empresas para essas localidades, pois os executivos se sentem atraídos por isso. Porém, existe também o fato de a malha viária ser bem desenvolvida e a região estar muito bem interligada, de tal modo que, nos últimos anos, as grandes empresas que vieram para a Região não queriam mais ficar em Campinas, em que pese a maioria dos investimentos ainda se dar nas cidades de Campinas e Paulínia. O que é um indicador de maior integração regional. Cabe à AGEMCAMP continuar neste trabalho. Estamos pensando um programa de formação dos funcionários públicos das prefeituras das pequenas cidades da RMC, especificamente em técnicas de atração de investimentos, de recepção de empreendedores, etc. Vamos fazer um mapa regional dos terrenos disponíveis para empreendimento. Com boa informação, formação de pessoal capacitado e integração rodoviária, nós conseguimos diluir essa concentração em Campinas e Paulínia para todas as demais cidades da RMC.

- 4) Há algum contrato ou convênio da AGEMCAMP com administração direta ou indireta estrangeira?

Não. Ainda não. Nós estamos começando a olhar para algumas regiões metropolitanas para troca de experiências.

- 5) **Qual avaliação o senhor faz da crise para os investimentos na RMC? O *Correio Popular* fez uma entrevista, em 4 de janeiro de 2009, com o Prof. Mariano Laplane, que dizia que o crescimento econômico não está só focado no setor industrial, mas também no setor imobiliário, etc. Como ficou esse cenário pós-crise?**

Como a RMC trabalha com uma indústria de alto valor agregado que sofreu pouco, no Brasil, pois: por um lado, a depreciação cambial barateou o preço dos bens de informática; por outro lado, independente da crise, a maturidade do pró-alcool, etc., também beneficiou a região. Como boa parte da produção industrial da RMC é de bens intermediários ou bens de capital, como a ROMI, a região sofreu pouco e já está mostrando sinais de recuperação.

- 6) **Como o senhor avalia para a economia da RMC a inclusão de Amparo, Jarinú, Limeira e Morungaba? Em que sentido essas cidades, ou algumas delas, podem abrir novos horizontes de negócios internacionais na RMC?**

Eu vejo com bons olhos. Se você olhar para o mapa, não é possível explicar porque Amparo e Limeira estão fora. Essas cidades estão dentro do fluxo metropolitano. Agora, não é porque não fazem parte da RMC que os fluxos comerciais, culturais, turísticos, etc., estejam descolados. Estão extremamente integrados. Utilizam, as estradas que cortam a região. Mas, eu tenho certeza de que a integração deles na RMC será benéfico para eles e para a região como um todo.

- 7) **Do ponto de vista ambiental, qual a relação da AGEMCAMP e do Conselho de Desenvolvimento com o Consórcio dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí? Há alguma previsão de parceria que não foi feita?**

Não. A AGEMCAMP e o Conselho de Desenvolvimento fazem parte do Conselho Diretor do Consórcio, mas são instituições regionais com atribuições distintas. Quando olhamos do ponto de vista administrativo, político, territorial, tem-se um desenho formado pelo federalismo brasileiro, mas quando se olha pelo meio ambiente, tem-se uma microrregião diferente. No caso das bacias, elas não obedecem à divisão federalista do Estado. Mas, não há uma sobreposição de funções entre AGEMCAMP e o Consórcio.

- 8) **Ainda do ponto de vista ambiental, algumas cidades, em outros países, têm feito parcerias de cooperação na tentativa de amenizar as emissões de CO2 e tentar solucionar, localmente, os problemas do aquecimento**

global, uma vez que os Estados-nação não chegam a um acordo. Existe alguma política da AGEMCAMP de tentar trabalhar com as empresas uma parceria focada na questão do aquecimento global?

Não. O que há é um projeto da AGEMCAMP que, talvez, possa vir a ser implementado dentro de 3 a 4 meses de acompanhamento de indicadores regionais. Nestes indicadores, nós temos, especificamente, uma família de indicadores sobre meio ambiente. A partir daí, nós tentaremos influir na agenda regional sobre meio ambiente e nas atribuições e competências que o município tem. Hoje, a questão do clima ainda é muito abstrata.

9) Quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico, o Prof. Brito Cruz da FAPESP salienta muito a falta de pesquisadores nas empresas. Existe alguma política da AGEMCAMP no sentido de que as empresas absorvam pesquisadores que, hoje, estão somente nas universidades ou nos institutos de pesquisa públicos?

Não há, pois a Câmara Temática de Educação ainda não colocou essas questões na agenda. O que há é um estreitamento da AGEMCAMP com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, a fim de se identificar as falhas da mão-de-obra mais qualificada na RMC. Então, dentro desse observatório de indicadores metropolitanos, nós iremos implementar um indicador sobre a qualidade do emprego na RMC. Nós tentaremos identificar se as contratações das empresas da região estão sendo feitas, estão sendo atendidas integralmente, e quais são as falhas que elas sentem na demanda delas na região.

10) Qual sua avaliação do Super Viracopos e do Trem de Alta Velocidade no desenvolvimento da RMC e na atração de novos desenvolvimentos?

A demanda do terminal de passageiros de Viracopos foi a que mais cresceu, no Brasil, nos últimos 12 meses. O terminal teve um incremento anual de quase 2 milhões de passageiros. Isso quer dizer que o Aeroporto de Viracopos se consolidou como um “hub” de viagens domésticas regionais para as outras partes do Brasil, inegavelmente. As projeções da utilização regional do Aeroporto de Viracopos indicam que ele deva ter, em 2025, uma demanda de 25 milhões de passageiros/ano. Ou seja, Viracopos terá que ser duplicado urgentemente. Se Viracopos vier a cumprir a função de terceiro aeroporto metropolitano de São Paulo, aí nós teremos que absorver um excedente de passageiros de Cumbica e de Congonhas, que têm um raio de expansão limitado, e nós teremos que atender essa demanda da metrópole paulista, de modo que Viracopos precisará ser um aeroporto com capacidade para 60 milhões de passageiros/ano. Todas as grandes metrópoles do mundo têm 3

aeroportos metropolitanos. São Paulo, certamente, terá um terceiro terminal. Se esse terminal vai ser Viracopos, não me cabe prever. Mas, se for isso será fundamental nós termos uma ligação mais rápida entre o aeroporto e a cidade de São Paulo. Não precisa ser um trem de altíssima velocidade, porque se você descer no aeroporto e todos os passageiros com destino à Grande São Paulo fizerem, por exemplo, o despacho das bagagens, a aduana no próprio trem, esse trem pode ser um trem moderno, mas não tão veloz.

Em segundo lugar, o trem de alta velocidade, que ligaria Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, teria 70% da sua demanda dentro do Estado de São Paulo, sendo 50% dela entre Campinas e São Paulo, com uma contribuição grande de Jundiaí, e outros 20% de São José a São Paulo. Ou seja, o trem de alta velocidade projetado pelo governo federal, eu não sei se será realmente implementado. Mas, interessa para a economia paulista uma integração entre Campinas, Jundiaí, São Paulo e São José dos Campos por trem. É necessário. Trata-se de uma obra que não beneficia apenas a RMC, mas RMS. Não é uma questão localizada de Campinas.

11) Em que estágio se encontra o Plano Estratégico de Desenvolvimento da RMC, que está sendo feito entre a FUNDAP e NESUR?

Este plano estratégico tem uma característica que se diferencia dos demais que já foram feitos para a região. Ele tem um cenário prospectivo (o que o passado nos indica para o futuro?), mas também ele faz perguntas sobre os aspectos mais estruturantes futuros. O que representa o Aeroporto de Viracopos com 25 milhões de passageiros? Ou quais são as demandas que isso provocará na RMC? O que um trem de alta velocidade impactará na região? Quais são os desdobramentos em termos de mercado de trabalho, mercado imobiliário, em termos de logística de transporte? Quais são as consequências disso tudo para a região? Quais são os potenciais abertos por essas possibilidades?

Um outro fator estruturante de relevância para a região é o Pré-Sal, pois ele vai exigir uma enorme demanda metalúrgica, em termos não só de peças, de componentes mecânicos de navio, helicópteros, etc. Abre uma perspectiva para a metalurgia da região muito importante. Além do que a refinaria do planalto passará a receber um petróleo diferente do atual. A conhecida pouca dimensão do parque petroquímico pode ser alterada por isso. Este plano estratégico vai explorar essas e algumas outras possibilidades futuras para que a RMC possa, antecipadamente, se preparar para o que vier e não apenas correr atrás do que estiver já acontecendo.

O plano estratégico também é importante, pois nós queremos ver quais são as repercussões para as cidades da RMC e não apenas para Campinas. A unidade territorial da região é o foco deste projeto.

Entrevista com Sr. Romeu Santini
Secretário Municipal de Cooperação Internacional de Campinas
Campinas, 8 de fevereiro de 2010

- 1) Entre todas as cidades da Região Metropolitana de Campinas, a única que tem uma Secretaria de Cooperação Internacional é Campinas. Há alguma outra cidade na RMC que, mesmo sem secretaria, desenvolve esse trabalho de relações internacionais?**

Alguma coisa. Há prefeituras que têm um assessor, outras que tem secretarias de vários assuntos com departamentos de relações internacionais. No Brasil, existem poucas secretarias municipais de cooperação internacional ou de relações internacionais, mesmo considerando que toda cidade do porte de Campinas, ou maior, deveria ter.

Quando se tem a quantidade de estrangeiros procurando Campinas e sua região, principalmente depois da definição de Viracopos como aeroporto de cargas e também de passageiros, é preciso que encontrem uma estrutura administrativa capaz de recebê-los e preparar suas vindas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Os empresários que procuram Campinas estão buscando uma região que tem o PIB do Chile, estão buscando uma região cuja principal cidade tem o maior entroncamento rodoviário do Brasil. Daqui, nós vamos para o Brasil inteiro sem passar por São Paulo. Isso é uma grande vantagem. Além disso, estamos a uma hora de São Paulo de carro.

A minha secretaria trabalha por Campinas, mas eu gostaria que cada cidade da RMC tivesse a sua secretaria de cooperação internacional, pois isso é importante para a atração de investimentos na região. Afinal, não é só esperar que venham, mas é preciso se criar as condições para que venham. E uma delas é o preparo de um corpo administrativo capaz de fazer uma “diplomacia municipal”.

- 2) Qual a relação da Secretaria de Cooperação Internacional com a própria AGEMCAMP?**

É muito boa. Hoje, nós temos um relacionamento bem direito. Fizemos um evento recente envolvendo o Brasil e o Panamá, bem como dois órgãos do Estado, e a AGEMCAMP foi parceira. Nós queremos que a AGEMCAMP seja sempre parceira, pois esses assuntos interessam à região.

- 3) Quais as redes de cidades de que participa a cidade de Campinas e até que ponto Campinas participa como Região Metropolitana nelas?**

Campinas participa como cidade, ainda que cidade-sede da RMC. Mas, jamais como região metropolitana.

Já conseguimos colocar Campinas na Rede Mercocidades. Temos uma participação numa Câmara Temática. Eles nos deram uma representação e outra à Morón, na Argentina.

- 4) O Prof. Ulysses Semeghini (UNICAMP), na sua tese de doutorado, chama a atenção para o fato de que o centro da metrópole acaba sendo um polo de atração e de demanda das demais cidades da região, haja vista a desigualdade que existe entre elas. Até que ponto Campinas, por meio da Secretaria de Cooperação Internacional, atende a outras cidades da região quando firma acordos, no sentido de trazer empresas não só para Campinas, mas para a região como um todo?**

Para nós são diferentes, cada município tem sua autonomia. No entanto, nos eventos que organizamos, sempre convidamos a todos os prefeitos da RMC e abrimos as portas para os relacionamentos. Da mesma forma, quando chega alguma cidade ou empresa, ou qualquer outro tipo de investimento, em busca de algo que Campinas não tem, mas que outra cidade da região tenha, nós não deixamos de fazer essa ponte.

Por exemplo, nós recebemos uma delegação de Angola, que quis conhecer institutos de pesquisa. Então, levamos aos nossos institutos, aqui na cidade. Mas, também quiseram conhecer a indústria têxtil, então levamos à Americana.

Em primeiro lugar, estamos colocando o interesse da região. Não há competição dentro da região, na medida em que os ganhos de desenvolvimento de cada cidade representam ganhos para toda a região.

Agora, a cidade-sede é a maior e, portanto, assim como colocou o Prof. Ulysses, é o maior alvo de atração e acaba, depois, difundindo os investimentos através de uma estrutura administrativa capaz de cumprir e estabelecer essas relações internacionais.

- 5) A RMC tem uma economia muito diversificada. Cada cidade tem sua base econômica e Campinas acaba concentrando o setor terciário. Neste sentido, como a Secretaria de Cooperação Internacional consegue trabalhar com a região como um todo, unindo interesses diversificados?**

Nós temos que conviver com isso. Na questão econômica, Campinas é uma cidade privilegiada, mas na renda per capita, Paulínia ganha de todas.

- 6) Independente da vinda de empresas para Campinas, a Secretaria tem recebido algum financiamento, seja via contratos de parceria público-privada, ou via governos estrangeiros?**

Nós tivemos do governo norte-americano financiamento para a SANASA. Mas, isso é raro.

A iniciativa privada nem passa pela Secretaria. Essa relação se dá diretamente entre empresas.

- 7) Com relação ao desenvolvimento científico-tecnológico, como o senhor destacaria o papel da Secretaria e que projeto está em vigor nesta área?**

Nenhum. Os grandes centros de tecnologia de Campinas estão se entendendo diretamente com o governo federal. O governo federal tem aqui em Campinas diversos institutos que ele mantém, inclusive em parceria com outros países. Mas, Campinas é só sede.

- 8) O Prof. Brito Cruz destaca muito o problema de não se ter pesquisadores dentro das empresas, estando estes concentrados em universidades. A RMC pode, pelo seu desenvolvimento econômico, ter um potencial para superar este problema. O senhor acredita que o contexto de vindas de grandes empresas para cá muda esse cenário?**

Pode mudar. Creio que ainda faltam pesquisadores. Nossa cultura não foi de formar pesquisadores. Creio que, com o avanço das empresas em Campinas, isso poderá até acontecer. Afinal, as empresas mudaram muito seus conceitos. Os pesquisadores estão entre as demandas das empresas, de forma que teremos que formá-los aptos para dar conta desta demanda.

- 9) Com relação à Conferência Internacional de Cidades Inovadoras, a Secretaria de Cooperação Internacional estará lá?**

É possível. Há interesse, pois, nesses eventos, nós vendemos a imagem da cidade.

- 10) No que tange à questão ambiental, eu estive participando da Conferência que a Secretaria organizou com o Consulado da Dinamarca, a respeito do aquecimento global, e inclusive escrevi sobre a possibilidade de se seguir o exemplo de cidades que estão fechando acordos entre si, ao invés de esperar um entendimento entre os Estados-**

nação. Qual o intercâmbio da Secretaria de Cooperação Internacional com Secretaria Municipal de Meio Ambiente neste sentido?

Creio que é fundamental as cidades se conscientizarem com a questão do meio ambiente e trabalhem nesta linha. Porém, na Prefeitura de Campinas, a Secretaria que cuida dessa questão é a de Meio Ambiente. Por quê o evento pré-Copenhague? Porque ele tinha um laço forte com a questão internacional. Mas, não é nossa área.

11) Qual a participação da Secretaria de Cooperação Internacional no Conselho Consultivo da Região Metropolitana de Campinas?

Nenhum.

12) Como o senhor vê a atuação da Secretária de Cooperação Internacional entre os períodos pré-RMC e pós-RMC?

Para a atuação da Secretaria não houve mudança. Está, sim, havendo um entrosamento mais direto com a AGEMCAMP. Fora isso, o fator de maior diferença para a Secretaria é Viracopos.